

Roberta Gilet Brasil

Forjando-se Imaginariamente Mulher:



Fonte: Schimdt, 1996

**um estudo sobre as representações de gênero das jovens
no Grupo de Mulheres do Benguí.**

**Belém
2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Roberta Gilet Brasil

Forjando-se Imaginariamente Mulher: um estudo sobre as representações de gênero das jovens no Grupo de Mulheres do Benguí.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Universidade Federal do Pará.

Orientador Prof. Dr. André Maurício Lima Barretto.

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B829f Brasil, Roberta Gilet

Forjando-se Imaginariamente Mulher: um estudo sobre as representações de gênero das jovens no Grupo de Mulheres do Benguí / Roberta Gilet Brasil; orientador Prof. Dr. André Maurício Lima Barretto. – 2007.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007.

1. Psicologia 2. Gênero 3. Mulher-representações-imaginários I. Título.

CDU: 159.9

Roberta Gilet Brasil

Forjando-se Imaginariamente Mulher: um estudo sobre as representações de gênero das jovens no Grupo de Mulheres do Benguí.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Psicologia para
obtenção do título de Mestre em Psicologia da Universidade Federal do Pará.

Orientador Prof. Dr. André Maurício Lima Barretto.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. ANDRÉ MAURÍCIO LIMA BARRETTO
(Universidade Federal do Pará)
ORIENTADOR

Prof.^a Dr.^a. MIRTHIS MIRIAN AMORIM
(Universidade Federal do Ceará)

Prof.^a Dr.^a. MARIA ANTÔNIA C. NASCIMENTO
(Universidade Federal do Pará)

Aprovado em ____ / ____ / 2007.

Conceito Geral: _____

AGRADECIMENTOS

À Deus, por aliviar minhas dores quando atingi o limite da exaustão,
permitindo-me andar quando não mais sentia meus próprios pés.
Muito obrigada.

À Eliete, mãe, mulher, exemplo, amor.
Chão de onde brotei e sempre me nutri,
que me fez florescer e ao qual vou sempre pertencer.
Te amo.

À Nazaré, tia, mulher, exemplo.
Amor que Deus me deu de “graça”,
que me faz olhar pro céu e nunca deixar de ser grata.
Te amo.

Ao Adriano, amor, cumplicidade, companheirismo.
Dose extra de alegria, que chega a mim sempre,
e todos esses anos, como um raio de sol,
contagante, enérgico e fundamental
na paisagem da minha vida.
“Ti amo”

À Carolina, Paula, Andresa e Adriana, amigas,
irmãs de coração que, na presença e na ausência
de todos esses anos, são carinho, alegria, compreensão
e complementam meu pedaço de paz neste mundo.
Amo vocês.

À André Barretto, mestre,
que todos esses anos foi fundamental
nos difíceis caminhos da vida acadêmica.
Muito obrigada.

**Às jovens e educadoras do Jepiara e às
integrantes do GMB**,
sem as quais este projeto não se concretizaria.
Obrigada pela solicitude, compreensão e
solidariedade, tão caros nos dias atuais.
Um afetuoso abraço.

**Aos meus colegas de trabalho do CREAS, em
especial, à Suely, Consuelo, Arimatéia e Luzia**,
sempre complacentes nos momentos
em que tive que me fazer ausente.
Muito obrigada pela cooperação.

À Eliane e todas as outras pessoas
que, direta ou indiretamente, contribuíram
para a realização deste objetivo profissional.
Obrigada.

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender as representações de gênero de jovens, identificando as significações sociais e entendendo subjetivamente seus posicionamentos imaginários sobre ser mulher. Foi utilizada a metodologia qualitativa e realizadas observação participante e entrevistas semi-dirigidas, para obtenção das informações. Foram entrevistadas seis jovens entre quatorze e dezoito anos, moradoras do bairro do Benguí, em Belém. Os resultados demonstraram que, na socialização primária, as jovens internalizaram valores patriarcais. Havendo, contudo, coexistência de significações patriarcais e igualitárias de gênero em suas representações. Estas últimas, internalizadas na socialização secundária com o grupo de amigos e integrantes do Jepiara/GMB. Contexto social potencializador de questionamentos às normativas patriarcais, mas também restritivo da mulher ao âmbito privado, dado às contingências sócio-econômicas. Trama de fatores subjetivos e sociais, na qual as jovens forjam-se mulheres, reproduzindo e elaborando singularmente discursos sociais adquiridos em suas trajetórias de vida. Esboçando autonomia em meio à heteronomia, que as constitui enquanto indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: representações, gênero, imaginário.

ABSTRACT

This work aimed the comprehension of the young gender representations, identifying the social meanings and trying to understand the imaginary positions about being women subjectively. A qualitative methodology was adopted and a participative observation was realized with semi-guided interview in order to obtain the necessary data. Young women from 14 to 18 years living in Benguí (a section of the capital Belem) were interviewed. In a primary socialization, results indicated that the younger internalized some patriarchal values although there were patriarchal and equalitarian meanings of gender coexisting in their representations which were internalized during the secondary socialization with a group of friends and some Jepiara/GMB components. It was reported an empowering social context which contests the patriarchal rules but also being restrictive about women in privacy considering the socio-economic contingencies; a net of subjective and social factors in which the teenagers pretend to be women (adults), singularly reproducing social speech formed during their lives, sketching autonomy on the heteronomy that constitute them as individuals.

KEY WORDS: representations, gender, imaginary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	GRUPO DE MULHERES DO BENGUÍ -----	54
FIGURA 2	ESPAÇO FÍSICO DO GMB -----	55
FIGURA 3	SALA DE ESTAR DO GMB -----	56
FIGURA 4	ESPAÇO FÍSICO DO GMB: GRUPO DE PRODUÇÃO, ESCRITÓRIO E DEPÓSITO -----	56
FIGURA 5	ÁREA EXTERNA DO GMB -----	57
FIGURA 6	LOCALIZAÇÃO DO GMB NO BAIRRO DO BENGUÍ --	57
FIGURA 7	DISTRITO ADMINISTRATIVO DO BENGUI -----	58
FIGURA 8	IGREJA CATÓLICA RAINHA DA PAZ -----	60
FIGURA 9	IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS -----	60
FIGURA 10	NÚCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR -----	61
FIGURA 11	ESCOLA FORMAL E DE PRODUÇÃO DA CIDADE DE EMAÚS -----	61
FIGURA 12	PRECARIEDADE INFRA-ESTRUTURAL DO BAIRRO DO BENGUÍ -----	62
FIGURA 13	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE -----	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GMB	Grupo de Mulheres do Benguí
ONU	Organização das Nações Unidas
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
MRE	Movimento República de Emaús
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
UFPA	Universidade Federal do Pará
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração Metropolitana de Belém
PAME	Pastoral do Menor
AMIB	Associação de Moradores Independentes do Benguí
AMOB	Associação de Moradores do Benguí
DABEN	Distrito Administrativo do Benguí
ONG	Organização Não Governamental
GPA	Grupo de Produção Artesanal
TECLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	IMAGINAR, CONDIÇÃO DA EXISTÊNCIA HUMANA	14
2.1	A NOÇÃO DE IMAGINÁRIO EM CASTORIADIS	17
2.2	SOCIALIZAÇÃO DA PSIQUE: FABRICANDO O INDIVÍDUO SOCIAL	23
2.3	A REALIDADE COMO ENTRELAÇAMENTO PSICOSSOCIAL	26
2.4	SUBJETIVAÇÃO: A AUTONOMIA COMO HORIZONTE DO SUJEITO	32
3	FORJANDO MULHERES NA PERSPECTIVA GÊNERO	37
3.1	A PERSPECTIVA DE GÊNERO	38
3.1.1	Quanto ao caráter histórico	38
3.1.2	Quanto ao caráter analítico-interdisciplinar	42
3.1.3	Quanto ao caráter relacional	44
3.2	RELAÇÕES DE GÊNERO E SUA IMPLICAÇÃO NA VIDA SOCIAL	45
3.3	AS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO NO CONTEXTO BRASILEIRO	50
4	CONFIGURANDO O LOCAL E A AMOSTRA DA PESQUISA	53
4.1	O LOCAL DA PESQUISA	53
4.2	A AMOSTRA DA PESQUISA	64
5	A PESQUISA DE CAMPO: OBTENÇÃO, CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	71
5.1	OS PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO AO CAMPO DE PESQUISA	71
5.2	SITUAÇÕES E CONTINGÊNCIAS DO CAMPO DELIMITADO	72
5.3	A INSEÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA	74
5.4	A CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES	77
5.5	FINALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO	81
5.6	A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	82
6	RESULTADOS DA PESQUISA	86
6.1	RETRATO DE LUCIANA	86
6.2	RETRATO DE MÔNICA	89
6.3	RETRATO DE CARLA	94
6.4	RETRATO DE DÉBORA	97
6.5	RETRATO DE OLÍVIA	100
6.6	RETRATO DE BIANCA	103
7	SIGNIFICAÇÕES SOCIAIS QUE FORJAM O “SER MULHER”	108

7.1	AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DAS JOVENS	108
7.2	VALORES PATRIARCAIS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO	117
7.3	ADOLESCÊNCIA E MORATÓRIA DE GÊNERO	121
8	SUBJETIVANDO O GÊNERO: FORJANDO-SE MULHERES	125
8.1	TRAMAS AFETIVAS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO	125
8.2	CONTEXTO SOCIAL E HETERONOMIA	137
8.3	SUBJETIVANDO O GÊNERO: QUAL A AUTONOMIA POSSÍVEL?	142
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	150
	APÊNDICES	157
	ANEXOS	159

1 INTRODUÇÃO

Casamento, noivado, amizade colorida, namoro, ficar, curtir. Retrocedendo às últimas décadas, é possível visualizar os diversos modos de vivenciar a sexualidade, que passaram a compor o cenário cotidiano das relações sociais. Diante desta diversidade, a primeira oportunidade de pesquisar a temática me pareceu bastante atrativa, por instigar, ao mesmo tempo, um processo de descoberta e auto-descoberta.

Interesse que resultou na pesquisa intitulada: “AIDS e o Amor Romântico: uma relação nada preventiva”¹. Através desta primeira experiência investigativa, estranhei concepções instituídas socialmente, percebendo o caráter histórico e, portanto, mutante do tema em questão.

Sob o efeito da premissa de que a realidade é construída socialmente, conforme teorizam Berger e Luckmann (1983), quatro anos mais tarde, graduada, trabalhando como psicóloga no Programa Sentinela² e me especializando em Serviço Social, elaborei a monografia “Exploração Sexual: re(apresentação) do significado da comercialização do corpo”³, na qual investiguei a representação acerca da sexualidade das jovens encaminhadas ao serviço psicológico do referido programa, por serem consideradas promíscuas.

Nas conclusões da referida pesquisa, como subproduto inesperado dos resultados obtidos, visualizei superficialmente relatos em que havia, no mesmo discurso, a coexistência entre referências ao lugar doméstico da mulher e também à liberdade sexual, à inserção da mulher no mercado de trabalho e a igualdade de direitos.

A partir de tais discursos passei a me interessar pelas representações de ser mulher. Fato que se somou as impressões que tive do trabalho como psicóloga do Jepiara⁴ (em 2004), no qual desenvolvi oficinas temáticas sobre sexualidade, aborto, drogas, entre outros, com jovens mulheres.

Tais discussões me causaram a impressão de haver, possivelmente, questões importantes a serem trabalhadas num processo investigativo sobre as

¹ BRASIL, Roberta G. Belém: UFPA, 2000.

² O Programa Nacional Sentinela tem como objetivo enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. É executado pela Prefeitura Municipal de Belém há cinco anos, através da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, executora do Sistema Único de Assistência Social deste município.

³ _____. Belém: UFPA, 2004

⁴ O Projeto Jepiara objetiva prevenir a ocorrência de exploração sexual entre as adolescentes. É executado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais.

teorizações de “ser” mulher, mãe, adolescente. Incômodo acadêmico que dirigiu minha atenção aos discursos sociais sobre a mulher e seus possíveis efeitos subjetivos.

Assim, sob o efeito reflexivo das experiências profissionais supracitadas, elaborei o projeto de pesquisa para o mestrado, no qual o interesse pela questão de gênero e sua transformação em pesquisa acadêmica, cumpriu, a um só tempo, as finalidades de atender aos meus anseios e questionamentos pessoais quanto ao “ser mulher” na atualidade; de contribuir com o conhecimento acadêmico sobre essa temática, especialmente no que se dirige ao contexto belenense, cujo conteúdo é escasso, segundo constatou a revisão bibliográfica, realizada em 2005; e, de produzir um conhecimento socialmente relevante, promotor de reflexões críticas aos enquadramentos teóricos prévios, que norteiam minha atuação profissional e a de tantos outros psicólogos e profissionais afins, inseridos no contexto dos projetos sociais que trabalham com jovens moradores das periferias da cidade.

Com efeito, a partir deste percurso profissional e acadêmico, foram delimitadas as categorias mulher, socialização, subjetivação, significações imaginárias sociais, utilizadas na proposta de pesquisa, a qual foi norteadas pelas questões: Que significações sociais elas atribuem ao “ser mulher”? Como se dá o processo de construção subjetiva destas jovens?

Vale ressaltar, que a expressão “ser mulher” grafada inicialmente com aspas, indica que não se objetivou discutir possíveis características essenciais da mulher ou a construção da feminilidade, mas de refletir as representações de ser mulher mediante ao entrelaçamento entre as significações sociais que perpassam a socialização das jovens e seus posicionamentos subjetivos. Proposta afinada com a perspectiva de gênero, na qual se ressalta o caráter histórico, interdisciplinar e relacional do tema a ser investigado.

Assim, o objetivo geral proposto neste trabalho foi o de compreender as representações imaginárias de ser mulher das jovens, inseridas no contexto social do Benguí. Bairro periférico da cidade de Belém, que possui precárias condições sociais, sendo marcado, porém, por uma história de movimentos sociais atuantes na luta pela melhoria de suas condições de vida.

A partir do contexto social descrito, buscou-se especificamente conhecer a história de vida das jovens, identificando as significações sociais de ser mulher, aprendidas em seu processo de socialização; e, compreender a maneira como em seu

cotidiano, elas reproduzem e se reapropriam subjetivamente dos discursos sociais, criando posicionamentos imaginários sobre si mesmas.

A pesquisa foi fundamentada teoricamente em dois capítulos. O primeiro apresenta o pensamento de Cornélius Castoriadis, do qual foram destacadas as noções de imaginário radical e sócio-histórico, socialização da psique, significações imaginárias sociais, subjetivação e representações imaginárias, os quais permitiram refletir acerca da inter-relação conflitiva e complementar entre psique e sociedade.

Ainda no primeiro capítulo, foram utilizadas também referências ao pensamento de Sigmund Freud, no que tange às noções psicanalíticas de identificação e Complexo de Édipo, destacando-se o entendimento de como são introjetados os conteúdos simbólicos ao longo do desenvolvimento psicosssexual dos indivíduos

O segundo capítulo foi dirigido à apresentação da perspectiva de gênero que norteou a pesquisa, havendo descrição dos pressupostos adotados e sua relação com o pensamento de Castoriadis; breve discussão sobre as relações de gênero na atualidade e sua implicação na vida social; e, contextualização da discussão de gênero, no Brasil, para direcionamento das reflexões à realidade social dos sujeitos da pesquisa.

Metodologicamente, a pesquisa foi pautada pelos pressupostos qualitativos, diante dos quais foram analisadas as informações extraídas dos momentos de interações com as jovens e das entrevistas semi-dirigidas, que foram gravadas, transcritas, digitalizadas e previamente autorizadas pelos responsáveis.

Participaram deste estudo, seis jovens mulheres com faixas etárias entre quatorze e dezoito anos, freqüentadoras das atividades lúdicas do Jepiara, desenvolvidas no espaço físico do Grupo de Mulheres do Benguí – GMB.

Os resultados do percurso investigativo e as discussões que eles suscitaram vocês terão a oportunidade de conferir no decorrer da leitura, os quais desejo apenas que possibilitem ao leitor, minimamente, compreender o trabalho acadêmico empreendido e compartilhar da perspectiva de que a construção dos gêneros e, por conseguinte, do ser mulher, pode ser pensado como um processo sempre inacabado de criação imaginária de si, no qual há tanto reprodução social quanto posicionamento subjetivo, que prefiro chamar de “o forjar-se mulher”, demarcando que, a cada dia, a cada tempo, em cada sociedade os gêneros estão em construção e mulheres são gestadas como me fez imaginar a pintura de Dânae⁵, disposta na capa.

⁵ Imagem da capa da dissertação, Dânae de Gustav Klimt. Pintor do final do século XIX. O erotismo sofisticado expressa uma sociedade requintada e grávida de constantes mudanças. Fonte: Schimdt, 1996.

2 IMAGINAR, CONDIÇÃO DA EXISTÊNCIA HUMANA

No contexto contemporâneo, em que as tradições não representam, a rigor, a verdade (HOBSBAWN, 1996) e que a razão foi destituída de sua supremacia pelas críticas feitas por diversas áreas do conhecimento como a psicanálise, a lingüística, o feminismo e o pensamento de Michel Foucault (HALL, 2001), estudar o ser humano se tornou indissociavelmente compreender suas contingências sócio-históricas.

Segundo Augras (2000) paralelamente às críticas ao sujeito cartesiano feitas pelos saberes supracitados, os teóricos do imaginário também foram importantes atores nas modificações epistemológicas de conceber o humano e a realidade.

Tais modificações corresponderam à adoção de uma nova acepção de imaginário, até então, tradicionalmente concebido como o lugar do devaneio, da fantasia, da patologia e do engano.

Acepção demarcada desde a Antiguidade através das formulações de alguns filósofos gregos, entre eles Aristóteles. Pensador a quem Castoriadis (1987) atribui a descoberta da imaginação nas considerações que formulou sobre o tratado aristotélico “De anima”.

Neste tratado, Castoriadis (1987) destaca haver referência a duas dimensões da imaginação, uma alusiva ao caráter “simplesmente reprodutivo e recombinatório de sua atividade, estatuto deficiente, ilusório” (idem, p.338), e outra, que ressalta a imaginação com uma “função muito mais radical” (idem)

De acordo com as análises de Castoriadis, esta imaginação primeira (radical), emerge quase no final da obra “De Anima” e, de alguma forma, rompe a ordenação proposta pela mesma, encobrindo na história da filosofia a:

[...] ruptura positiva das determinações já dadas, da criação como não apenas indeterminada mas determinante, ou seja, como instauração de novas determinações. Em outras palavras, ela acarretou sempre, a ocultação do imaginário radical e, correlativamente, a ocultação do tempo enquanto tempo de criação e não de repetição. (idem, p.335)

Além de Aristóteles, Castoriadis (1987) destaca outros atores na filosofia que retomaram as formulações sobre o psiquismo e também sobre a imaginação, a exemplo de Kant, Hegel, Heidegger, Merleau-Ponty, entre outros.

Pensadores que fizeram, sem dúvida, elaborações conceituais significativas, inseridas na filosofia ocidental e constituidoras de um campo epistêmico viável, para que a imaginação viesse a ser pressuposta como originária condição humana, embora os mesmos não tenham sido teóricos que abandonassem totalmente a tradição do imaginário, como fonte de ilusão.

Augras (2000) e também Pitta (2005) situaram como marco desta mudança de concepção a obra do filósofo Gaston Bachelard, o qual atribuiu à imaginação a função criativa, dinâmica e positiva do ser humano, colocando-a como objeto de estudo científico. Campo epistemológico adotado posteriormente por estudiosos como: Paul Ricoeur, Edgar Morin, Michel Maffesoli, Gilbert Duran.

Assim, dentre tais teóricos do imaginário, destaco o pensamento de Cornélius Castoriadis, filósofo grego que, radicado na França, propôs uma nova forma de entendimento do psiquismo humano, a partir da relação crítica estabelecida ao longo de sua trajetória intelectual com saberes como o marxismo, a psicanálise e a filosofia Aristotélica.⁶

Pressupondo a positividade da imaginação estabelecida por Bachelard, as formulações de Castoriadis contribuíram especialmente para demonstrar a extensão da capacidade criativa humana, para além dos âmbitos da produção poética e artística, situando-a enquanto fundamento e condição existencial.

Ao descaracterizar o imaginário como instância secundária, fantasiosa e alheia à racionalidade, Castoriadis trouxe à tona importantes críticas aos paradigmas científicos modernos, ao conceber a razão necessária, mas insuficiente enquanto possibilidade explicativa do ser humano e suas múltiplas dimensões.

Assim, criticando os determinismos modernos, especialmente as visões estruturalista, funcionalista e marxista, Castoriadis propôs uma “inversão do procedimento tradicional” (LOSADA, 2006), a partir da qual em seu projeto teórico, destacou a dimensão imaginária da psique como condição de indeterminação humana.

Em Losada (2006, p.24), podemos compreender melhor a ruptura que Castoriadis promoveu com a maneira moderna de conceber o ser humano e sua proposição teórica alicerçada na criação de “uma nova maneira de entender o ser, uma nova compreensão do homem, uma nova maneira de organizar o conhecimento”.

No que tange ao ser, Losada (2006) compreende que Castoriadis

⁶ Para saber mais sobre as articulações teóricas de Castoriadis, ver o livro *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1982).

promoveu uma “inversão ontológica”, ao substituir a razão pelo imaginário enquanto instância considerada constituinte do ser humano. Pressuposto que possibilitou pensar o sujeito como não encerrado aos limites de suas determinações biológicas e sociais, mas potencial criativo, fluxo, devir e projeto.

Vale ressaltar, que atribuir indeterminação ao ser não corresponde a considerá-lo como algo arbitrário, irracional, desprovido do mundo racional e simbólico, que regula suas ações e modos de ser. Enquanto indeterminado, o ser humano é visto como permeado pelas exigências impostas por sua condição biológica e social, mas é, sobretudo, percebido como possibilidade incessante de criação, de instituição de novas formas de existir e de alteridade.

Assim, imaginar possibilita ao ser humano criar a sociedade, mas também, sempre transpô-la, na medida em que a psique é concebida como constante fonte de criação de novos sentidos existenciais, mesmo constituída pelo aparato biológico e social, que lhe impõe configurações específicas em cada tempo e sociedade.

Por essa razão, a inversão ontológica promovida por Castoriadis, também trouxe uma nova perspectiva à visão de ser humano, ao conjugá-lo enquanto racionalidade, mas principalmente, enquanto imaginário radical. O imaginário, considerado raiz/princípio do psiquismo, foi reputado como fundamento ontológico, definindo o ser humano como criação, como capacidade de fazer surgir novas formas de existência individual e social.

De acordo com Losada (2006) o conjunto das formulações de Castoriadis promoveu uma reorganização do conhecimento (epistemologia), ao compreender a criação do ser e da realidade, a partir do movimento de circularidade, a qual tem como premissa a crença de que a relação entre o sujeito e a sociedade é de constante tensão e interdependência, não havendo a possibilidade de apontar a origem ou a ordem do mundo. O ser humano e a realidade são tomados como movimento contínuo de criação e recriação de significados demarcados pelas contingências históricas e sociais de cada tempo e espaço.

Para Losada (2006) foi em função da posição epistemológica exposta acima, que Castoriadis adotou um posicionamento transdisciplinar para explicar o ser humano, buscando abarcar suas várias dimensões não contempladas pela disciplinarização do conhecimento.

Portanto, nesta pesquisa, será adotada a perspectiva teórica de Castoriadis, autor cuja obra promoveu importantes modificações no cenário científico e

representa uma possibilidade de pensar o psiquismo humano enquanto dimensão criativa e sócio-histórica. Assumindo-se com isso, o posicionamento teórico de que o imaginário institui o ser humano e a sociedade, produzindo os significados que atuam em nosso cotidiano, quando fabricamos objetos, falamos, nos relacionamos, teorizamos, enfim, vivemos.

Assim, para subsidiar a discussão acerca dos significados relativos à condição de ser mulher, neste capítulo, será feito um recorte do pensamento de Castoriadis especialmente no que tange à concepção de ser humano e sociedade; aos processos de socialização e subjetivação, através dos quais aprendemos, reproduzimos e construímos os significados que permeiam nossa realidade; e às significações e representações imaginárias, enquanto expressões destes significados.

Para explicitar os aspectos relacionados acima, o texto a seguir foi elaborado de maneira a apresentar primeiramente a noção de imaginário enquanto princípio organizador da vida humana, a partir do qual advém a visão de ser humano e de sociedade para Castoriadis; posteriormente, será introduzida a discussão sobre a socialização da psique, enquanto processo de atravessamento social no psiquismo; em seguida, será demonstrada a articulação entre o simbólico e o imaginário, na qual se situam a linguagem, o processo representativo e a significação imaginária; e por fim, será dada visibilidade à subjetivação, enquanto processo de autonomização da psique e surgimento do sujeito instituinte (criativo).

2.1 A NOÇÃO DE IMAGINÁRIO EM CASTORIADIS

Castoriadis (1987, p.337) atribuiu a Aristóteles a descoberta da imaginação. Considerou, no entanto, que no tratado *De Anima* o filósofo teria postulado duas imaginações humanas, a saber, a imaginação com caráter “simplesmente reprodutivo e recombinatório de elementos” - concepção adotada hegemonicamente pela filosofia ocidental - e outra com caráter diferenciado, na qual a capacidade criativa é considerada como “função muito mais radical”.

Foi exatamente à imaginação, tomada como operação radical de criação de novos sentidos, que Castoriadis (1987, p.335) dedicou-se teoricamente, na medida em que a concebeu como demonstração do potencial humano de promover ruptura positiva com as determinações biológicas e sociais já dadas, e de restabelecer o tempo

como “tempo de criação e não de repetição”.

A partir de Castoriadis a imaginação deixou de ser considerada uma dinâmica meramente combinatória, pois o imaginário radical é concebido enquanto “criação, gênese ontológica, posição/instituição de uma *nova forma de ser*”. (LOSADA, 2006, p. 32, grifo do autor)

De acordo com Castoriadis (1982) o imaginário é um fluxo representativo próprio e indeterminado inerente à condição humana. Embora inerente, não está alheio às configurações biológicas e sociais que a constituem, sendo por essa razão, implicado na relação de interdependência entre o corpo, a psique e a sociedade.

No cerne da imaginação, encontra-se o imaginário radical. Instância responsável pela atribuição de significados à realidade, o qual possui duas expressões – a denominação de imaginário radical, quando remetido à psique, e de imaginário sócio-histórico, quando remetido à sociedade.

As asserções de Castoriadis (1982, p. 323) sobre o imaginário radical têm em certa medida relação com a influência do pensamento freudiano em suas elaborações teóricas.⁷ Especialmente, a partir da noção de inconsciente enquanto lugar psíquico dos desejos individuais, das fantasias inaceitáveis para a sociedade, movidas no psiquismo pelas pulsões.

Ao pressupor a existência do inconsciente no psiquismo, Freud (1915) trouxe à tona a singularidade do sujeito, sua possibilidade de constante subversão ao que está posto pela regras sociais, abalando, por conseguinte, a supremacia da racionalidade e abrindo a possibilidade de conceber o sujeito através da criação, do novo, do desconhecido.

Motivo pelo qual Castoriadis (1982) considera como essencial na obra freudiana a descoberta do inconsciente enquanto “elemento imaginário da psique”, através da qual foi demonstrada a relativa autonomia psíquica em relação às demais contingências.

Assim, anunciada a congruência conceitual de Castoriadis (1982) com algumas proposições freudianas, vejamos então alguns aspectos fundamentais para o entendimento das formulações sobre o funcionamento psíquico humano.

A noção de indeterminação da psique proposta por Castoriadis (1982) teve seu alicerce no pressuposto freudiano de que a elaboração psíquica é sustentada

⁷ Para aprofundamento desta discussão, remeto o leitor ao texto *A instituição social-histórica: o indivíduo e a coisa*, na *Instituição Imaginária da Sociedade* (1982, p. 315-383).

pelo aparato biológico, sem com ele estabelecer relação de submissão ou aprisionamento. Interdependência entre o soma e o psíquico, que acontece num âmbito nem de total “liberdade”, nem de total “obediência”.

Por isso, apesar de delimitados por um corpo biológico com funcionalidade em geral semelhante, os seres humanos não lidam com estas funcionalidades da mesma maneira nos vários locais, tempos e grupos. Assim como, as elaborações psíquicas sobre o corpo são diferenciadas individualmente e, também podem mudar para a mesma pessoa, ao longo de sua vida.

Partindo então da premissa de que o psiquismo é afuncional, Castoriadis (1982) também compartilhou da visão freudiana de que a pulsão é conteúdo inconsciente, que se manifesta psiquicamente através da representação. Produzir representações é, então, ação fundamental, que põe em funcionamento toda dinâmica imaginativa através de relações entre idéias, imagens, afetos e intenções.

Assim, para Castoriadis (1982, p.317) o inconsciente é constituído (não ler-se originado) pelas primeiras experiências de prazer e desprazer, que tem como força motriz a capacidade de transcender às delimitações biológicas e também sociais (como veremos no próximo item) correspondendo “ao fluxo indissociavelmente representativo/afetivo/intencional”.

As representações originadas deste fluxo não ficam dispersas no psiquismo, elas estabelecem relações que, segundo as proposições de Freud sobre o inconsciente⁸, ocorrem em função da intencionalidade e da carga de afeto que as acompanham.

A questão da origem da primeira representação no psiquismo é alicerce importante no pensamento de Freud como no de Castoriadis, podendo ser considerada o primeiro divisor de águas entre suas posições teóricas, e marco sobre o qual foi formulada a noção de imaginário radical.

De acordo com Castoriadis (1982) a primeira representação psíquica não teve como origem uma falta constitutiva - a experiência do desprazer e, por conseguinte a satisfação alucinatória do desejo. Para ele, este processo nem é plausível, na medida em que no início da vida humana, não poderia existir falta, sem existir diferenciação entre as fronteiras do eu e não-eu, as quais seriam então criadas ao mesmo tempo.

⁸ O leitor interessado pode consultar as obras freudianas *A Interpretação dos Sonhos* (1900) e *O Inconsciente* (1915), respectivamente, publicadas por Edições Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. RJ: Imago, 1972. v. 4 e 5, e, 1974. v. 14.

Assim, as representações são produzidas porque a psique é capaz de ser afetada pelos estímulos exteriores, como por exemplo, sensações corpóreas, mas para Castoriadis, ela é, sobretudo, condição criativa existencial de onde podem emergir representações sem que sejam respostas imediatas à estimulação externa, simplesmente por ser ação inerente ao humano, resultado de nossa evolução animal. Sendo um “um formante, uma imaginação radical que faz surgir uma ‘primeira’ representação a partir do nada” (CASTORIADIS, 1982-1992 p.325).

Exatamente para evidenciar a indeterminação como característica primordial da psique, Castoriadis (1982, p.373) pressupôs o inconsciente, mas o concebeu enquanto imaginário radical, isto é, instância produtora de impulsos solitários de criação de imagens e representações, acompanhadas de afeto e intencionalidade. Como demonstra no trecho:

A representação é imaginação radical. O fluxo representativo é, faz-se, como auto-alteração, emergência incessante do outro na e pela posição de imagens ou figuras, colocação em imagens que desenvolve, faz ser e atualiza constantemente o que aparece retrospectivamente, à análise reflexiva, como condições pré-existentes: temporalização, espacialização, diferenciação, alteração.

Diferenciados de maneira tênue, inconsciente e imaginário, não são pressupostos pelo autor com funcionamentos alheios. Conforme descreve no final da citação acima, Castoriadis (1982) compreende que o processo imaginário também é regido por princípios como atemporalidade, não contradição, processos de deslocamento e condensação de sentidos, tal qual ocorre no inconsciente.

Em função disso, considera que as relações estabelecidas entre as representações no imaginário radical não seguem as divisões temporais e espaciais socialmente convencionadas, podendo unir sentidos reputados conscientemente como contraditórios através de migrações (deslocamento) e de junções (condensação) reguladas pelo princípio do prazer.

Assim, pode-se dizer que a realidade psíquica é constituída pelo imaginário radical, no qual se pressupõe o funcionamento inconsciente, embora Castoriadis (1982) o conceba com maior radicalidade representativa.

Contudo, o distanciamento teórico ora limítrofe, ora alargado, entre o pensamento freudiano e as proposições de Castoriadis, não se encerram nos aspectos citados até o momento, e com isso entraremos no conceito de imaginário sócio-histórico.

Freud produziu importantes textos em torno das discussões sobre os conteúdos e os pactos sociais que fundam a civilização, e a relação deles com o funcionamento do superego no psiquismo⁹. Em Castoriadis (1982) este mesmo raciocínio foi colocado, com a diferença significativa de que os conteúdos advindos da sociedade foram considerados explicitamente produzidos pela psique, mais precisamente, pela mesma instância que produz a realidade psíquica – o imaginário.

Foi apenas para diferenciar os fluxos representativos como acontecem na psique e quando eles se dirigem da psique à sociedade, que Castoriadis (1982), atribuiu aos últimos, denominação de imaginário sócio-histórico, caracterizando que seus produtos são configurados em sociedades e tempos históricos sempre variáveis.

Quais os produtos do imaginário sócio-histórico? Pelo envolvimento crítico de Castoriadis (1982, p.175) com o pensamento marxista¹⁰, ele compreende que:

Nenhuma sociedade pode existir se não organiza a produção de sua vida material e sua reprodução enquanto sociedade. Mas nenhuma dessas organizações são ou podem ser ditadas inevitavelmente por leis naturais ou por considerações racionais.

Por esta razão, ele concebeu o imaginário sócio-histórico como o responsável pela criação dos símbolos, convenções e instituições, que constituem as sociedades nas diferentes culturas. Evidenciando que nenhuma configuração societária é constituída ou transformada a partir de uma liberdade de significados. O que está instituído sempre atravessa de diversas maneiras o que é produzido no presente, sendo por isso o mundo simbólico uma seqüência de “encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e conseqüências, que não eram visadas nem previstas” (CASTORIADIS, 1982, p.152).

Os significados produzidos pelo imaginário social ou sócio-histórico são produzidos pelo coletivo anônimo, sancionados mediante os dispositivos sociais como leis, regras, convenções, instituições entre outros, e são sempre o universo de significações que, em certa medida, determinam o funcionamento psíquico.

É através da relevância dada, por esse autor, ao entrelaçamento entre a produção imaginária radical e sócio-histórica, que chegamos ao segundo aspecto demonstrativo da peculiaridade das formulações castoriadianas sobre o psiquismo.

Assim, como o aparato biológico sustenta a elaboração psíquica, os

⁹ Por exemplo, em obras como *O ego, o id* (1923-1925) e *O Mal-estar na Civilização* (1930).

¹⁰ Apresentado na primeira parte do livro *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1982)

conteúdos sociais são percebidos como aqueles que, além de configurar a maneira de pensar de cada pessoa em cada lugar específico, nutrem a psique de significados a partir dos quais é possível que o fluxo representativo humano mantenha-se vivo.

Portanto, Castoriadis (1982) ressalva que, embora o imaginário radical produza representação a partir do nada, sem as organizações gregárias e seus significados, os seres humanos não conseguiriam sobreviver, seriam fluxo representativo sem a interação com o único elemento que lhes possibilita sobrevivência – o Outro.

Marcado a “ferros” por essa impossibilidade de imaginar (logo – existir) sem o Outro, a psique é proposta como criação e essência humana, a qual só existe no e pelo social e, por isso, não está remetida ao campo da divindade ou das premissas subjetivistas. Assim, o psiquismo e, por conseguinte, o sujeito foi preconizado enquanto condição imaginária demarcada pelos efeitos históricos e sociais das diferentes culturas, como explica o teórico no trecho a seguir:

O sujeito em questão não é pois o momento abstrato da subjetividade filosófica, ele é sujeito efetivo totalmente penetrado pelo mundo e pelos outros. [...] A verdade própria do sujeito é sempre participação a uma verdade que o ultrapassa, que se enraíza finalmente na sociedade e na história. (CASTORIADIS, 1982, p.128-129)

Com efeito, foi baseado na encruzilhada entre psique-sociedade, que o autor propôs o ser humano enquanto um aparato biopsicossocial, no qual há uma interdependência entre os registros biológicos, sociais e psíquicos. Sem desconsiderar, no entanto, que este último possui capacidade de romper, inovar e criar representações e significados, mesmo diante das contingências que se apresentam.

Assim, para exemplificar como o imaginário atua cotidianamente na construção do que chamamos de realidade, posso dizer que, quando expressamos o que significam termos como: amor ou mulher estarão relacionados de maneira singular, as representações compostas de imagens/afetos/intenções produtos do imaginário radical, bem como, os sentidos aprendidos socialmente em nossas interações ao longo da vida. O que faz dos significados que designamos como “nossos” e que nos orientam na vida, resultados de um mosaico de entrelaçamentos, entre nossas interações e nosso fluxo psíquico criativo.

A partir da premissa de que o Outro é tão imprescindível e de que os significados instituídos socialmente são fundamentais para o psiquismo, propõe-se então as seguintes questões: como acontece o processo de interiorização destes

conteúdos na psique? Qual a receptividade da psique a esses conteúdos? Para explicar este processo, Castoriadis (1982) nos remete ao que denominou de socialização da psique, assunto sobre o qual falaremos a seguir.

2.2 SOCIALIZAÇÃO DA PSIQUE: FABRICANDO O INDIVÍDUO SOCIAL

Para Castoriadis (1982) o fluxo incessante de representações está presente no ser humano desde seu nascimento. Ele não é produto de nossa constituição biológica, embora nela se sustente para existir. Assim, esclarecido no tópico anterior a interdependência entre corpo-psique, passaremos à visualização da intersecção psique-social. Aspecto que demonstra a construção sócio-histórica do indivíduo, mediante a relação tensional entre a psique e a sociedade.

Castoriadis (1982, p. 343) nomeou o núcleo da psique, de onde provém o incessante fluxo representativo, de mônada psíquica, a qual concerne a uma unidade simples e enclausurada em si mesma que é “um formante-formado, formação e figuração de si”, que transforma toda estimulação sensorial em “representação, ou seja, colocação em imagens, emergência de figuras”.

Das experiências de prazer e desprazer provenientes do contato do bebê com seus cuidadores, provém a solicitação para que a mônada psíquica se abra para os sentidos e representações que a transcendem historicamente, os quais possibilitarão sua adaptação à convivência social.

Mas no princípio, incapaz de diferenciar o eu e o outro, o bebê vive numa condição auto-erótica, que Castoriadis (1982) denominou de identificação autística, uma vez que o bebê aliena o outro (o seio materno) em si mesmo. Sendo apenas um estado fusional, indiferenciação psíquica.

A separação entre o eu e o Outro, que produz a inserção do princípio da realidade no funcionamento psíquico do bebê, é o passo decisivo para que haja o entrelaçamento entre o soma-psique e a sociedade, tirando o ser humano da primazia do princípio do prazer.

Entrelaçamento fundamental e irreduzível, que acontece através do processo de socialização da psique no qual “a mônada é forçada a abandonar (jamais completamente) seu sentido original monádico, pelo sentido participado, fornecido pela

sociedade” (CASTORIADIS, 1999, p.271).

Processo imposto de maneira violenta, na medida em que representa a invasão “dos outros como outros, mediante o qual se constitui, para o sujeito, uma ‘realidade’ como, ao mesmo tempo independente, maleável e participável [...] ruptura constitutiva do que será o indivíduo” (CASTORIADIS, 1982 p. 344)¹¹.

Para Castoriadis (1982), os processos psíquicos que promovem a socialização são os mesmos pressupostos por Freud, ao teorizar as fases de desenvolvimento psicosssexual e seus desdobramentos subjetivos¹².

A partir da vivência dos processos de repressão dos conteúdos inconscientes, da descoberta das zonas erógenas, da diferenciação sexual e em especial, da vivência do Complexo de Édipo, o qual introduz a criança na relação triádica sujeito-outro-objeto, fazendo-a “reconhecer o outro e os outros humanos como sujeitos de seus desejos autônomos” (idem, p. 353), opera-se a passagem para o que o autor chamou de identificação transitiva, isto é, com alguém ou alguma coisa, no qual o Outro é percebido como diferente do Eu.

Dessa forma, é a repressão dos desejos sexuais que estabelece para o sujeito os modelos e marcos identificatórios disponíveis no social, uma vez que representa um profundo golpe na onipotência imaginária, a partir do qual percebemos que nem tudo pode ser manipulado segundo nossa própria vontade.

Iniciada a diferenciação Eu-Outro, instala-se o processo de interiorização dos sentidos sociais, através de dois mecanismos imaginários, a saber: a introjeção e a projeção, os quais traçam a primeira fronteira entre o interior e o exterior e introduzem o Outro na constituição psíquica como objeto ambivalente. A ambivalência do Outro existe, porque sua presença traz o infortúnio de tentar evitar a tendência da mônada de sempre fechar-se sobre si mesma, embora sua imposição violenta seja o que também extraordinariamente a mantém apta para vida social.

Vale ressaltar, no entanto, que Castoriadis (1982) adotou as posições freudianas, fazendo a elas duas críticas pertinentes. A primeira refere-se ao teor patriarcal de seus pressupostos, para o qual o autor reivindica a necessária relativização da concepção de família. A segunda remete à necessidade de relativização também do que se preconiza sobre o desenvolvimento psicosssexual, alertando para que

¹¹ Concepção teórica que pode ser encontrada na obra *Violência da Interpretação* (Paris, P.U.F, 1975) de Piera Castoriadis-Aulagnier.

¹² Remeto o leitor às obras de Freud já citadas nas notas anteriores e em especial aos *Três Ensaios sobre a Sexualidade* (1905).

consideremos as diferentes configurações culturais e suas diversas formas de significação do corpo e da realidade, nas quais, por exemplo, as zonas erógenas podem não ser valoradas da mesma forma em outros tempos e espaços.

De acordo com Castoriadis (1987-1992, p.220), mediante a socialização da psique advém o indivíduo social, ou seja, “entidade falante, que tem identidade e estado social, ajusta-se mais ou menos a certas regras, busca certos fins, aceita certos valores e age conforme motivações e modos de fazer suficientemente estáveis”.

Contudo, o indivíduo social foi considerado apenas uma de nossas facetas, pois segundo o autor, falar de ser humano é abarcar as várias partes que compõem o humano e constroem um mundo *para si*¹³, as quais compreendem:

- O vivente – enquanto espécie que possui auto-finalidade, que cria um mundo para si através de seu fluxo representativo indeterminado;
- O psíquico – enquanto pluralidade de processos que são conflitivos e indissociáveis, nos quais estão presentes representações, afetos e intenções. Imaginação que possui relativa autonomia de criar significados próprios na relação com o mundo, frente às determinações biológicas e sociais,
- O indivíduo social – artefato social que engloba a pluralidade e que forja a unidade (identidade) do ser, escondendo as contradições da psique. Criação de um lugar social a partir da “atribuição/imputação sem a qual não há funcionamento da sociedade (quem fez isso? A quem se deve dar aquilo?)” (CASTORIADIS, 1987-1992, p. 221);
- A sociedade – enquanto criação coletiva de um mundo *para si*, a partir do que se define a realidade, a verdade e todo o simbolismo necessário para o pacto civilizatório.

De acordo com Castoriadis (1987-1992, p.217), essas partes coexistem nos processos que constituem o psiquismo humano, participando de uma estratificação na qual a mônada psíquica, inicialmente fechada sobre si mesma, “estoura durante uma fase triádica, depois atravessa uma fase edipiana para chegar ao diversos processos de sublimação, ao indivíduo social”.

Como culminância da socialização da psique tem-se o processo de sublimação, no qual a energia psíquica é convertida da descarga motora para o fluxo representativo. Ação que corresponde à abdicação de investimento libidinal num

¹³ Para aprofundamento desta discussão o leitor interessado pode consultar o texto de Castoriadis *O estado do sujeito hoje* em *As Encruzilhadas do Labirinto III* (1987-1992).

“objeto privado” e direcionamento para um “objeto público”, ou seja, construídos e sancionados socialmente. Processo que dá vida à articulação entre o imaginário radical e sócio-histórico, pois:

Implica, de um lado, a psique como imaginação, a saber, como possibilidade de estabelecer isto no lugar daquilo; por outro lado, o social-histórico como imaginação social, a saber, posição na e pela instituição, de formas e de significações que a psique como tal está na impossibilidade absoluta de fazer ser. (CASTORIADIS, 1987-1992, p. 356).

Em suma, o ser humano é concebido como a paradoxal composição de um corpo biológico; uma psique consciente, inconsciente/imaginária; e um indivíduo social. Este último, resultado do processo de socialização da psique, que rompe violentamente a mônada psíquica e promove a abertura do psiquismo à identificação com as idéias e práticas sociais vigentes numa dada cultura.

Processo que entrelaçando a história da sociedade com a do indivíduo, torna o soma-psique em “entidade definida e orientada em seu papel sexual e profissional, no seu estado de pertenças, nas suas motivações, idéias e valores.” (CASTORIADIS, 1987-1992, p. 207).

Assim, a partir das premissas de Castoriadis acima dispostas, acredito que é em nossa faceta de indivíduo social que acontece o encontro máximo entre nossa dimensão social e nosso potencial criativo, entre nossa existência coletiva e nosso projeto de sujeitos.

Contudo, explicitado o processo de socialização da psique, do qual resulta o indivíduo social, antes de inserir a discussão sobre a possibilidade de também ser sujeito, vejamos no tópico a seguir, como é constituída a sociedade, enquanto realidade psicossocial, expressa através das significações sociais e representações imaginárias produzidas e reproduzidas por seus membros.

2.3 A REALIDADE COMO ENTRELAÇAMENTO PSICOSSOCIAL

Para compreender como é constituída a sociedade como realidade psicossocial, é preciso compreender como o indivíduo social se relaciona com ela através das instâncias do simbólico (instituído) e do imaginário (instituinte).

A primeira questão importante a ser destacada é que, partindo da premissa da circularidade, da mesma forma que Castoriadis (1992, p.90-91) elevou o imaginário enquanto potencial criativo, o autor também evidenciou a historicidade como condição de existência deste fluxo. Assim, afirma que:

O homem é primeiramente psique. Homem, psique profunda, inconsciente. E o homem é sociedade. Ele é apenas na e pela sociedade e sua instituição e pelas significações imaginárias sociais que tornam a psique apta para a vida. E a sociedade é sempre também história [...] Mesmo na sociedade mais arcaica, o presente é sempre constituído por um passado que o habita e por um futuro que o antecipa. Trata-se sempre de um presente histórico.

Diante da imprescindível imbricação do indivíduo com a sociedade, destaca-se o lugar das representações imaginárias enquanto via de acesso aos sentidos que cada ser humano incorporou em sua socialização e/ou criou singularmente. Com efeito, é somente através da compreensão das representações de cada ser humano que se torna possível o entendimento de como ele significa sua realidade.

Representações que, constituídas na relação conflitiva e complementar entre a psique e a sociedade, são sociais - pois há nelas apropriação do que foi incorporado na relação com o outro (sociedade corporificada em família, escola, amigos, etc.), e individuais - na medida em que são elaborações imaginárias, nas quais os conteúdos sociais são transformados de inúmeras maneiras e devolvidos à sociedade através do que chamamos de posicionamento subjetivo.

Para explicitar um pouco mais o processo de constituição de uma realidade que será, portanto, sempre psicossocial, destaca-se as proposições de Castoriadis acerca das duas dimensões que constituem a realidade, a saber: a dimensão imaginária e a dimensão conjuntista- identitária.

Não me deterei mais à explicitação da dimensão imaginária, pois sobre ela estamos falando desde o primeiro item deste capítulo. Lembrarei apenas ao leitor, da importância que Castoriadis (1982) atribuiu a ela, enquanto responsável pela extrema maleabilidade do psiquismo (indeterminação) e singularidade de cada ser humano.

Focalizando no entendimento da dimensão conjuntista- identitária, pode-se dizer que esta corresponde à lógica formal, responsável pela organização racional do conjunto de sentidos sancionados socialmente, que identificam e sedimentam idéias e práticas numa coletividade. Dimensão a que Losada (2006, p.40) se refere como lógica aristotélica, composta por um “código de inteligibilidade, [...] pela lógica da identidade, [...] embutida num mundo determinista e estático”.

É porque existe esta dimensão, que há a instituição do mundo simbólico. Criação humana que, segundo Castoriadis (1982, p.155), “supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um ‘represente’ o outro”. Contudo, a relação entre o simbólico e o imaginário é de eterna interdependência, pois para que haja a organização simbólica também é imprescindível a capacidade de criação imaginária, responsável pela produção de sentidos e pelo movimento instituinte que sempre traz novas exigências ao que está sancionado como regra social.

Operação psicossocial que, ao mesmo tempo, forja uma identidade simbólica através do estabelecimento da unicidade de sentido entre palavras, por exemplo, casa, termo que remete, em geral, ao lugar de moradia, residência; bem como, insere estes sentidos numa rede de conjuntos simbólicos, marcos de pertencimento que são convencionados socialmente. Assim, a palavra casa não possui um significado natural, seu significado de moradia, foi convencionado socialmente, é histórico e designa uma maneira de organizar o mundo e a realidade.

Como expoente do encontro entre a dimensão imaginária e a conjuntista-identitária encontra-se a linguagem, ação que ao mesmo tempo expressa a condição criativa de instituir outras significações para o que está constituído socialmente, e também, de difundir os sistemas simbólicos vigentes, compreendendo que:

Uma organização da economia, um sistema de direito, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos. Eles consistem em ligar à símbolos (significantes) significados (representações, ordens, injunções para fazer ou não fazer) e fazê-los valer como tais, ou seja, tornar essa ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou grupo considerado. (CASTORIADIS, 1982, p.142).

Com efeito, a relação entre o simbólico e o imaginário é vista como permeada de conflito e interdependência (jogo entre as formas instituídas e instituintes), uma vez que a psique precisa do conteúdo simbólico para se apropriar e resignificar, da mesma forma que, o simbólico só pode ser instituído a partir da existência da condição criativa humana. Interdependência que faz do imaginário sócio-histórico sempre indissociável do mundo simbólico, embora nele não se encerre.

Portanto, as instituições, enquanto convenções simbólicas, não são constituídas aleatoriamente. São modos de organização do social, que põem em coexistência o que já existe historicamente e os elementos inovadores provenientes do imaginário radical. Neste aspecto, há uma questão fundamental a ser considerada: como

as instituições sócio-históricas são sancionadas? Como se tornam verdade e realidade para os diversos grupos sociais e culturais?

A reflexão que Castoriadis propôs a este respeito é de suma importância para o entendimento de como, ao nos tornarmos seres sociais, incorporamos, a princípio, o sistema simbólico que nos constitui como uma verdade. Por exemplo, vivendo num sistema cultural monogâmico, posso acreditar durante muito tempo ou toda a minha vida, que este sistema é a verdade, o certo e a lei a ser seguida por todos os seres humanos. Dessa maneira, as significações sociais são reputadas como verdades universais e reproduzidas em nossa vivência cotidiana, embora sejam históricas.

Em suas elaborações críticas sobre o marxismo¹⁴, encontramos tais reflexões, as quais têm como fio condutor a proposição do autor de ampliar a noção de alienação elaborada por Marx.

De maneira simplificada, podemos dizer que esta ampliação do termo, significou partir da noção marxista de alienação como naturalização da exploração das classes trabalhadoras, submetidas ao sistema capitalista através da manobra ideológica da classe burguesa, para a perspectiva de que, o processo de naturalização de verdades que são históricas, não se remete apenas à situação existente especificamente no modo de produção e organização capitalista, mas é inerente ao próprio processo de socialização da psique, de habilitação do ser para o convívio social.

Assim, Castoriadis (1982, p.133) entendendo a alienação como uma condição de aculturação da psique, de humanização do ser, denominou este processo de heteronomia. Evidenciando que, quando a mônada é violentamente rompida e levada à situação de interação social, a socialização que produz o indivíduo social faz com que a psique interiorize e naturalize como verdade as normas, leis e valores instituídos, sem que haja noção de que tais conteúdos são históricos e não propriamente relações de significação imutáveis ou autônomas, como explica no trecho a seguir:

O sujeito não se diz, mas é dito por alguém, existe pois como parte do mundo de um outro. [...] O essencial da heteronomia – ou da alienação, no sentido mais amplo do termo – no nível individual, é o domínio por um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo.

Por ser um processo constitutivo, a heteronomia acontece mediante a

¹⁴ Para aprofundamento da discussão, remeto o leitor à primeira parte do livro *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1982) intitulada *Marxismo e Teoria Revolucionária*, e também aos textos *Marx Hoje, Natureza e o Valor da Igualdade, A Instituição da Sociedade e Religião*, todos reunidos no livro *As Encruzilhadas do Labirinto II*. (1987).

socialização da psique, a qual assegura de certo modo a manutenção das instituições sociais que normatizam a sociedade, através das divisões por classe, sexo, entre outros. Assim, o indivíduo social assume para si o discurso do Outro que, se inicialmente é corporificado nos primeiros cuidadores, com o decorrer da socialização, torna-se fruto do “coletivo anônimo”, perpassado pela linguagem e presentificado nos dispositivos que regulamentam a vida social.

A linguagem é, portanto, atividade na qual há inserção do indivíduo nos sentidos simbólicos, e também acesso às atribuições culturais estabelecidas nas significações imaginárias instituídas socialmente. Socializados, somos fragmentos da rede simbólica que nos constitui e, por isso, todos reprodutores, em maior ou menor grau, das significações sociais que nos constituem, como por exemplo, a idéia cristã sobre Deus, a matriz democrática grega, entre outros. Destacando-se que, entre elas, estão também circunscritos os lugares sociais de homens e mulheres historicamente construídos pela sociedade ocidental.

Assim, as significações, por serem constitutivas dos indivíduos, sobrevivem na vida social em nossos modos de ser e são expressas através das representações imaginárias que produzimos e verbalizamos. Uma adesão que não é, a priori, uma escolha, mas uma contingência do processo de socialização, que permite relativa manutenção e sobrevivência das instituições que regulam nossa vida diária.

Significações que são sociais, pois são construídas pelo coletivo anônimo e incorporadas através da socialização da psique, mas que quando inseridas nas representações imaginárias produzidas pelos indivíduos são articuladas de maneira singular, uma vez que o ser humano não é considerado objeto passivo no processo de significação do mundo, sendo considerado fluxo imaginário ativo que se apropria do que está posto como verdade sancionada, criando significados singulares.

Singularidade que corresponde à força instituinte (criativa) com a qual o imaginário radical reveste o ser humano, possibilitando-o a criação de outros sentidos e modos de existir. Condição que, segundo Castoriadis (1987, p.230), não deve ser considerada originalidade, pois uma vez implicados nos sentidos sociais que nos transcendem, o ser humano passa a manter com as instituições uma relação de interdependência, utilizando-se do que existe para criar o “novo” como explicita o autor no trecho abaixo:

Não pergunte: como é possível que a maioria das pessoas não venha a

roubar, ainda que tivessem fome? Pergunte-se antes: qual é a parcela de todo o meu pensamento e de todas as minhas maneiras de ver as coisas e de fazer as coisas que não está condicionada e co-determinada, em um grau decisivo, pela estrutura e pelas significações de minha língua materna, pela organização do mundo que essa língua carrega consigo, pelo meu primeiro ambiente familiar, pela escola, por todos os faça e não faça com que frequentemente fui assediado, pelos meus amigos, pelas opiniões correntes ao meu redor, pelos modos de fazer que me são impostos pelos inúmeros artefatos que me cercam, e assim por diante. Se você puder verdadeiramente responder, com toda sinceridade, mais ou menos um por cento, você será com certeza o pensador mais original que já existiu.

Segundo Castoriadis (1982), as normas sociais são instituídas através de duas organizações específicas presentes na lógica conjuntista-identitária, a saber, o *legein* – distinguir, escolher, estabelecer, contar, dizer; e o *teukhein* – juntar, ajustar, fabricar, construir. Organizações que, através das operações descritas, produzem o dizer e o fazer social cotidiano, lugar de criação e reprodução dos significados que:

Impregnam, orientam e dirigem a vida daquela sociedade e todos os indivíduos concretos. [...] tecido que chamo magma das significações imaginárias sociais ...que são por exemplo: espíritos, deuses, cidadão, nação, dinheiro, pecado, virtude...[...] **Mas também: homem/mulher/criança, tais como especificados numa dada sociedade.** (CASTORIADIS, 1982, p. 230-231, grifo nosso).

As significações imaginárias sociais são, portanto, o conjunto de explicações, significantes, valores, idéias e práticas a partir das quais são formados (pelo dizer e fazer social) os indivíduos.

Assim, impregnados pelo conteúdo e pela organização de cada sociedade que tomam como verdade e vivem como realidade, os indivíduos se definem como homem, mulher, criança, adolescente, idoso, negro, branco, brasileiro, americano, enfim, assumindo identidades relativamente estáveis, a partir da inserção em grupos de pertencimento, incorporação de atributos culturais e assunção de imputações sociais.

Dessa maneira, através da linguagem e dos dispositivos sociais, o indivíduo participa de uma realidade que existe para ele, apenas pela capacidade que possui de representar e significar seu mundo. Sua realidade é, portanto, sempre psicossocial, marcada pela rede simbólica e pelo fluxo criativo, que de tão imbricados fazem do que se considera social (o Outro) e do que se considera subjetivo uma tênue fronteira, minimamente demarcada pela busca e projeto humano de ser autônomo.

2.4 SUBJETIVAÇÃO: A AUTONOMIA COMO HORIZONTE DO SUJEITO

Chegamos então ao último item deste capítulo. Momento no qual será destacada a subjetivação enquanto processo que também constitui o psiquismo. Sua importância consiste em expressar a pulsação da imaginação radical enquanto fonte criadora, que possibilita ao ser humano, permanentemente, resignificar sua relação com a sociedade que o institui e, por conseguinte, sua socialização.

A subjetivação entendida como o “ato de subjetivar, relativo ao sujeito, pessoal, individual, particular, válido para um só sujeito” (FERREIRA, 1986, p.1620), é considerada a via de acesso à resignificação social e o estabelecimento de uma singularidade. Possibilidade de que não exista apenas o indivíduo social – produto da socialização da psique, mas o sujeito – ser que não incorpora passivamente os conteúdos sociais e estabelece com eles uma forma diferenciada de relação, através de um posicionamento subjetivo perante a rede simbólica que o precede e constitui.

Assim, de acordo com Castoriadis (1982, p.127), a subjetividade é a condição de relativa autonomia que o sujeito pode vivenciar frente às suas determinações biológicas e sociais, em decorrência de possuir uma imaginação indeterminada, concebendo que:

No sujeito existe por certo como momento “o que jamais pode tornar-se objeto”, a liberdade inalienável, a possibilidade sempre presente de desviar o olhar, de fazer abstração de todo conteúdo determinado, de colocar tudo entre parêntesis, inclusive a si mesmo.

Proposição que nos remete à seguinte questão: O que significa autonomia para Castoriadis? Em diversos textos distribuídos ao longo de suas obras, a discussão sobre a autonomia apresenta-se relacionada a vários âmbitos como, por exemplo, sujeito, política, sociedade, entre outros.

Destaco neste item, suas elaborações teóricas sobre a autonomia enquanto horizonte do ser humano, enquanto salto qualitativo, produto de sua condição imaginária. Discussão na qual, Castoriadis (1982), partiu novamente da interseção com o pensamento freudiano, para propor um novo entendimento teórico sobre o sujeito.

O ponto de apoio reflexivo utilizado pelo autor, foi o sentido de autonomia expresso por Freud, na proposição que estabelece como finalidade terapêutica última da psicanálise fazer emergir no sujeito “onde era o Id será o Ego (Wo

Es war, soll Ich werden)”?¹⁵

Analisando de maneira pormenorizada a assertiva, Castoriadis (1982, p.123) pontuou que, sendo o Ego considerado a consciência e o Id o inconsciente, a idéia freudiana corresponderia não a total supressão das pulsões, mas a possibilidade de a consciência tomar o lugar de instância de decisão no psiquismo. Movimento que tornaria a autonomia “o domínio do consciente sobre o inconsciente”.

Raciocínio freudiano, no qual o inconsciente seria concebido de acordo com a premissa lacaniana, considerando-o como lugar do Outro em mim, isto é, “depósito de desígnios, dos desejos, dos investimentos, das exigências, das expectativas – significações que o indivíduo foi objeto desde sua concepção, e mesmo antes, por parte dos que o engendraram e criaram”. (idem, p. 124)

Assim, sendo o inconsciente remetido como a lei do Outro que me regula, a tomada do poder de decisão da consciência significaria para Freud (1916-1917), exercitar relativamente à auto-regulação, a colocação de minha própria lei.

Castoriadis (1982) inseriu nesta reflexão o questionamento quanto à impossibilidade de haver a separação entre a “lei do Outro e minha própria lei”, o “discurso do Outro e o meu discurso”, ao considerar a heteronomia pertinente ao ser humano, o qual, uma vez socializado, torna-se indivíduo situado impreterivelmente no entrelaçamento psicossocial, na encruzilhada onde minha lei e meu discurso são também a lei e o discurso social (Outro), como já foi explicitado nos itens anteriores.

Entrelaçamento que coloca a autonomia como um problema de dimensão social, motivo pelo qual Castoriadis (1982) a propôs exatamente como inversão da asserção freudiana - “Onde é o Ego o Id deverá surgir (Wo iche bin, soll Es aufatauchen)”.

Com efeito, a perspectiva de inversão coloca a autonomia dentro da impossibilidade de que haja dissociação entre os significados imaginários radicais e os sócio-históricos, considerando que ela “não é elucidação sem resíduo e eliminação do discurso do Outro, não reconhecido como tal. Ela é a instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito”. (CASTORIADIS, 1982 p.126)

Vista como outra possibilidade de relação, a autonomia passou, então, a ser considerada atividade permanente de resignificação do que nos instituí como

¹⁵ A frase encontra-se no texto *Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise* (v. XVI, 1916-1917) na seguinte passagem: “Seu objeto (dos esforços terapêuticos da psicanálise) é de reforçar o Ego, de torná-lo mais independente do Superego, de ampliar seu campo de visão estendendo sua organização de tal maneira que ele possa apoderar-se de novas regiões do Id. Onde era o Id será o Ego.”.

indivíduos sociais, a partir do que podemos produzir verdades subjetivas elaboradas. Posicionamento que transgride o dualismo abstrato, entre a completa obediência social ou liberdade individual, e a coloca enquanto ação cotidiana e horizonte sempre a ser alcançado pelo indivíduo como projeto de sujeito.

Assim, o sujeito não é posto como pessoa idealmente autônoma, mas considerado como pessoa real demarcada por contingências, capaz de alterar, refazer, criar incessantemente a relação entre “lucidez e função imaginária, em uma *outra* atitude do sujeito, relativamente a si mesmo, em uma modificação profunda da mistura atividade-passividade” (CASTORIADIS, 1982, p.126).

Dessa maneira, Castoriadis (1982, p.127) propôs que onde reine a consciência (heteronomia, indivíduo fabricado socialmente) surja o inconsciente/imaginário (fluxo criativo indeterminado), pois assim existirá a “possibilidade permanente e permanentemente atualizável de olhar, objetivar, colocar a distância e finalmente transformar o discurso do Outro em discurso do sujeito”.

Como mecanismo de manifestação da subjetividade e, portanto, da autonomia, Castoriadis (1987, 1992) apontou o uso da capacidade de reflexividade, isto é, do auto-questionamento do indivíduo e elaboração de verdades do sujeito, através dos quais é possível perceber as demarcações sociais e, ciente do potencial criativo humano, adotar e transformar os significados que ordenam nossa vida, conscientes de que são o “Outro” em nós e que, ao refleti-los, pode-se relativamente designá-los como nossos.

A atividade deliberada do sujeito seria o segundo passo da condição de existência do sujeito, promotora da incorporação das elaborações na vida prática. Movimento que nos conduziria a uma práxis, isto é, ação-reflexão-ação.

Manifestações subjetivas possíveis, apenas pela pressuposição de que há no psiquismo humano quatro elementos que podem colocar em operação a reflexividade e a atividade deliberada, que são: a sublimação, a existência de um *quantum* de energia livre, a labilidade dos investimentos e a capacidade de questionar.

Os dois primeiros elementos foram preconizados pela metapsicologia freudiana, e como descritos anteriormente, correspondem ao investimento nos objetos socialmente instituídos, através da conversão da energia libidinal da ação motora para o fluxo representativo.

Castoriadis (1987, 1992) chamou atenção, no entanto, para os dois últimos, uma vez que, se a existência da energia libidinal e da sublimação produzem o indivíduo, é especialmente em função dos investimentos libidinais poderem ser

deslocados (labilidade) que é possível a existência do sujeito, enquanto questionamento e deliberação sobre o que simbolicamente foi instituído como verdade.

Todavia, como a proposta teórica de Castoriadis apresentada até o momento, assenta-se sobre a circularidade do conhecimento, de modo que o sujeito é pensado mediante suas contingências sócio-históricas e vice-versa, o autor colocou a capacidade de questionar a si mesmo como objeto instituído, uma proposta de autonomia que não pode ser circunscrita apenas a uma dimensão individual.

Por isso, para Castoriadis (1987, p.421) a autonomia deve também ser pensada como um projeto de dimensão social¹⁶, enquanto perspectiva das sociedades que se põem em questão, isto é, que possui “concretamente indivíduos capazes de questionar as leis vigentes – e o aparecimento de tais indivíduos só é possível se ao mesmo tempo alguma coisa tiver mudado, ao nível da instituição global da sociedade”.

As mudanças sociais são compreendidas como sinalizadores para os indivíduos de que eles podem ultrapassar seu estado heterônimo constitutivo e perceber o caráter histórico da realidade com a qual se deparam. Ação que, para além de individual, precisa ser coletiva, pois é o “coletivo anônimo” que corporifica os dispositivos do dizer e do fazer social.

Para Castoriadis (1987), na história das sociedades ocidentais, o movimento de ruptura com as instituições e a manifestação coletiva de produção de novas formas de organização social só ocorreu em dois momentos específicos da história, a saber: na Grécia antiga (com a criação da filosofia e da democracia) e, de maneira distinta, na Europa Ocidental – precisamente ao final dos anos 60, com os manifestos contra o capitalismo e os movimentos de reivindicação das minorias.

Momentos de demonstração explícita do questionamento subjetivo e de criação imaginária da sociedade, na qual houve visibilidade de que a subjetividade é “uma bola pseudofechada, que pode autodilatar-se, pode interagir com outras pseudobolas do mesmo tipo, e pode questionar as condições de sua clausura” (CASTORIADIS, 1987-1992, p.237). Perspectiva que torna o ser humano para além de indivíduo, um sujeito, um projeto de autonomia, um devir, um forjar-se, cuja única certeza deve ser a de que:

¹⁶ Discussão que é o cerne do capítulo *Teoria e Projeto Revolucionário*, do livro *Instituição Imaginária da Sociedade* (1982), e também do texto *A polis grega e a criação da democracia*, contido no livro *Encruzilhadas do Labirinto II* (1987).

É somente a partir dessa convicção, profunda e impossível, da mortalidade de cada um de nós e de tudo o que fazemos, que se pode viver como ser autônomo – e que uma sociedade autônoma se torna verdadeiramente possível. (CASTORIADIS, 1987, p.428).

Então, a partir da apresentação das proposições de Castoriadis, acerca do ser humano, da sociedade e dos processos de socialização e subjetivação, considero possível a formulação de análises teóricas sobre as informações fornecidas pelas participantes da pesquisa, através da qual se objetiva compreender os significados que as mesmas atribuem à condição de ser mulher.

A partir de Castoriadis, pressupondo a possibilidade transdisciplinar de compreender a relação psique-sociedade; considerando as implicações biológicas e sociais sobre o psiquismo humano não como determinantes últimos; e, alcançando a sutileza através da qual se manifesta o poder psíquico humano; podemos dizer que somos início, meio e fim, dos significados que qualificam nossa existência e produzem nossas organizações societárias e culturais.

Significados que, como demonstramos, são sociais e históricos, pois foram constituídos na socialização pela qual passam todos os seres humanos, mas que, mediante a subjetivação, podem ser elaborados singularmente, uma vez que o mundo humano é regido pelo movimento circular de criação e recriação, possível apenas porque o ser humano tem como condição existencial a imaginação.

Sendo assim, no próximo capítulo, veremos algumas idéias relativas à condição de ser mulher, na perspectiva de gênero, que sobrevivem na rede simbólica da sociedade ocidental e que, portanto, atuam na socialização dos indivíduos, forjando suas identidades.

3 FORJANDO MULHERES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Pressupondo a construção social dos indivíduos e a capacidade imaginária do sujeito, Castoriadis (1982) destacou que, entre as significações sociais que configuram a socialização da psique, há as relativas à condição de ser homem e de ser mulher, uma vez que, havendo em todo agrupamento animal organismos biológicos com diferenças anatômicas e funcionais, seria impossível sobrepujar este fenômeno natural na instituição de qualquer sociedade.

De acordo com o que foi apresentado no capítulo anterior, considerando nossa condição biológica suporte e não fim último da existência humana, Castoriadis (1982) ressaltou que ela também deve ser tomada como ponto de referência, a partir do qual cada sociedade cria significados sociais, prescrevendo a condição de ser homem e ser mulher. Criação que para ele:

[...] ocorre em e por uma transformação do *fato natural* de ser-homem ou de ser-mulher em *significação imaginária social* de ser-homem ou de ser-mulher, o que se liga a todas as significações imaginárias da sociedade considerada. (CASTORIADIS, 1982, p. 268, grifo do autor).

Dessa maneira, toda sociedade transforma a condição biológica numa construção imaginária e simbólica, passível de alteração no tempo e espaço. Significação que se entrelaça aos elementos peculiares de cada cultura, visto que cada rede simbólica é uma forma instituída de interpretação do mundo.

Assim, a partir do estabelecimento do conjunto de significações sociais, há para cada sociedade a definição do que “é e não é, aquilo que é pertinente e aquilo que não é, o peso, o valor, a ‘tradução’ daquilo que é pertinente – e a resposta correspondente.” (CASTORIADIS, 1982, p.273)

A partir da perspectiva de criação imaginária da sociedade, considera-se, portanto, que ser homem e ser mulher são modos de ser construídos ao longo da socialização da psique, através da qual são impostas “todas as atitudes, posturas, gestos, práticas, comportamentos, habilidades codificáveis [...] graças a isso, os indivíduos sociais são feitos, enquanto valendo para tal ‘papel’, ‘função’, ‘lugar social’”. (CASTORIADIS, 1982, p.302).

Com efeito, para fundamentar este estudo, que se propõe investigar os significados atribuídos à condição de ser mulher num contexto sócio-histórico

específico, neste capítulo, será apresentado um recorte teórico das relações de gênero compreendidas enquanto significações imaginárias sociais, que organizam os modos de ser de ambos os sexos, com ênfase nas considerações sobre a mulher.

Acreditando-se, que as significações sociais de gênero compõem os conteúdos simbólicos atuantes na socialização dos indivíduos contemporâneos. Sendo por isso, tomados como possibilidades de entendimento das representações (re)produzidas pelas participantes da pesquisa.

A argumentação teórica terá a seguinte organização: apresentação da perspectiva de gênero, para elucidação do surgimento desta categoria teórica e articulação de suas premissas com as formulações de Castoriadis; em seguida, a exposição da implicação das relações de gênero na vida social dos indivíduos; e posteriormente, breve retrospecto da discussão sobre gênero no Brasil, para aproximação do contexto psicossocial possivelmente encontrado na pesquisa de campo.

3.1 A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Conciliando a perspectiva castoriadiana, adotada nesta pesquisa, de que ser mulher é uma condição imbuída das significações sociais de cada cultura e do seu período histórico, com a de autores que, tendo como objeto de estudo específico a mulher, e/ou os gêneros, seguem a mesma premissa da construção sócio-histórica dos indivíduos e da sociedade, apresento neste item, a perspectiva de gênero. Pressuposto que norteará este estudo com mulheres, situando-o enquanto uma investigação de caráter histórico, analítico-interdisciplinar e relacional.

3.1.1 Quanto ao caráter histórico

Por ser a distinção biológica significada de maneira diferente entre as sociedades e numa mesma sociedade ao longo do tempo, Costa (1995) assinala a importância de se compreender que foi apenas nos séculos XVIII e XIX que esta distinção passou a ser concebida como “diferença entre os sexos”.

Como recurso para esta compreensão, ao citar a obra de Laqueur (1991) “A invenção do sexo”, Costa (1995) argumenta que, até a virada científica e cultural dos séculos supracitados, a visão neoplatonista dominava o pensamento ocidental concebendo as distinções anatômicas e funcionais como parte de um único modelo de sexualidade, o chamado *one-sex model*, no qual o homem era considerado como grau máximo de perfeição humana e a mulher sua versão invertida, não evoluída e por isso, inferior.

De acordo com Alves e Pitanguy (1985), desde a Grécia Antiga, a mulher ocupava uma posição socialmente desigual, pois era considerada equivalente ao escravo, no sentido de que ambos executavam trabalhos manuais, desvalorizados pelo homem livre. Sendo a democracia uma criação restrita a homens atenienses livres.

À mulher era atribuída a função primordial a reprodução da espécie, tanto no que correspondia à geração de filhos, quanto ao que era produzido para a subsistência dos homens: fiação, tecelagem, alimentação, trabalho agrícola, etc.

Função forjada pela educação coercitiva da época, sobre a qual se pode encontrar pensamentos como o de Xenofonte, no século IV a.C.: “que viva (a mulher) sob uma estreita vigilância, veja o menor número de coisas possível, ouça o menor número de coisas possível, faça o menor número de perguntas possível...” (Apud ALVES; PITANGUY, 1985 p.12)

Assim, as mulheres eram, em geral, excluídas do pensamento, da educação e do conhecimento tão valorizado na civilização grega, com a exceção, das hetairas, cortesãs cujo cultivo das artes tinha como objetivo torná-las agradáveis companheiras dos homens (o que faz lembrar o papel das gueixas no Oriente). Havendo, todavia, a exceção da existência de um único centro para formação intelectual das mulheres, estabelecida por Safo, poetisa, nascida em Lesbos no ano de 625 a.C.

No que tange à civilização romana, seu código legal, legitimava a instituição jurídica do *paterfamilias*, a quem era atribuído poder sobre a mulher, filhos, servos, escravos. O direito, tão caro a essa e as outras civilizações, foi usado para manter relações assimétricas de poder entre sexos, culturas e sociedades.

Na passagem para a Modernidade, diversos autores ressaltam que foi para atender aos interesses políticos, sociais e culturais do século XVIII, marcado pela ascendência iluminista e a institucionalização dos interesses da burguesia no Estado Moderno, que a distinção biológica passou a ser concebida como existência de dois

sexos diferentes, o chamado *two-sex model*. (COSTA 1995; PERROT 2005; PETIT, 1994).

Estratégia que colocou a concepção restrita de sexualidade remetida à genitália, como elemento de justificação da desigualdade política e social instituída em pleno estabelecimento de um regime societário, baseado na “igualdade, liberdade e fraternidade”, pois, se no período Antigo e Medieval o *one-sex model* determinava que homens e mulheres fossem uma mesma imagem, havendo entre eles uma hierarquização (evoluído-inferior). Na Modernidade, o sexo foi visto como descontínuo e por isso, determinante de desigualdades políticas, sociais e culturais entre homens e mulheres.

Assim, através da exposição de alguns autores, podemos compreender como a desigualdade social entre homens e mulheres foi aprofundada mediante o argumento da racionalidade, a partir do qual a sociedade moderna foi sendo instituída, destituindo a mulher de sua condição racional (via de acesso à vida social e política) e atribuindo a ela o lugar de mantenedora do espaço privado-doméstico, da família nuclear e da garantia da propriedade. Lugar social construído através de uma rede de relações sociais baseadas principalmente em três práticas (contratos), a saber: o cerceamento dos direitos políticos; a submissão moral, financeira e jurídica aos homens (pai, marido, irmão); e a consideração das peculiaridades da sexualidade da mulher (corpo, reprodução, ciclos biológicos) como marca de inferioridade, incapacidade e inabilidade para vida pública. (DUBY; PERROT, 1991; PATEMAN, 1993; PETIT, 1994).

Os mecanismos simbólicos que instituíram na modernidade a significação da distinção biológica como diferença sexual e seus efeitos na construção do “ser mulher e ser homem” foram referidos por Bourdieu (1999) como *dominação masculina*, uma vez que não foram impostos apenas através de idéias, mas através da organização de toda uma estrutura institucional (Família, Igreja, Escola, Estado) que disciplinou e tornou natural o ponto de vista dos dominantes, os quais não eram assexuados, já que o poder expresso pelas instituições simbolizava o poder, a lei do homem.

Contudo, diante da *dominação masculina* não houve apenas conformação e reprodução da norma social. Como exemplo do poder instituinte do imaginário radical e sócio-histórico, no final do século XIX, surgiu o chamado feminismo, palavra emblemática do questionamento à condição social de exclusão pública da mulher, e da mobilização social e discursiva de contraposição aos valores

instituídos. (DUBY; PERROT, 1991)

De acordo com Nogueira (2001, p.147), o feminismo, desde seu surgimento histórico, possuiu três momentos distintos, bem como, foi composto por teorias diferentes entre si (correntes: socialista, radical, liberal, cultural, etc.) que, apesar de possuírem aspectos divergentes, tem em comuns objetivos como “autonomia e independência, assim como, críticas aos modelos dominantes de relações sociais”.

Especialmente o segundo momento do feminismo, que nos interessa destacar. Iniciado no final da década de 60, com a eclosão dos movimentos sociais e a proposição da contracultura, foi denominado de “novo” feminismo por propor uma reivindicação para além da igualdade jurídica entre os gêneros. Dirigindo-se expressamente às relações sociais estabelecidas entre ambos, sendo por isso, período no qual começou a ser alicerçada a perspectiva de gênero, como afirma Sadenberg e Costa (1990 apud BRANDÃO; BINGEMER, 1994, p. 92):

[...] o “novo” feminismo propôs ir além das lutas por igualdade jurídica, dirigindo-se ao questionamento do papel da mulher na família, na sociedade e no trabalho, lutando por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social e de gênero.

Inspiradas pelas idéias de Beauvoir (1949), autora precursora da crítica sobre discursos sociais que delimitam a condição de ser mulher aos interesses ideológicos da sociedade, surgiram, no contexto internacional da década de 70, autoras de importante difusão ideológica como: Betty Friedan (1963), *A Mística Feminina*; Kate Millet (1970), *Política Sexual*; Juliet Mitchell (1971), *A Condição da Mulher*; Nancy Chodorow (1978) *The Reproduction of Mothering: psychoanalysis and the Sociology of Gender*; Margaret Mead (1963), *Sex and Temperament*; entre outras, as quais, apesar das diferentes produções, dirigiram suas críticas aos modos de ser mulher e ser homem, concebendo-os como construções sócio-históricas, que socializam os indivíduos e por isso, são reproduzidas como condições naturais dos gêneros.

De acordo com Saffioti (2004) foi a partir de produções teóricas feministas ocorridas na segunda metade do século XX, como as acima referidas, que o termo gênero passou a ser veiculado enquanto categoria histórica, indicativa da construção social da diferença entre os sexos.

A autora explica que o primeiro estudioso a mencionar o conceito de gênero foi Robert Stoller (1968), contudo, foi apenas a partir do ano de 1975, com o

artigo de Gayle Rubin - “Mulher”, que o conceito passou a ser amplamente veiculado e frutificaram os estudos identificados como inseridos na perspectiva de gênero.

Dessa maneira, segundo descreve Heilborn (apud COSTA; BRUSCHINI, 1992), o termo gênero, que foi tomado de empréstimo da gramática e utilizado para distinguir os diferentes sexos, tornou-se o conceito de gênero – referendado enquanto construto teórico, que sinaliza a diferença entre os sexos, enquanto os diferentes atributos culturais alocados a cada um deles.

Conceito a partir do qual se preconiza a diferença sexual como construto social e cultural que institui o modo de ser de ambos os sexos, sendo referido por Castoriadis (1982) como significação imaginária social de ser homem e ser mulher.

3.1.2 Quanto ao caráter analítico-interdisciplinar

Diante da construção histórica do conceito de gênero, destaca-se o caráter analítico-interdisciplinar que passou a demarcá-lo enquanto campo de saber articulador das mais variadas disciplinas acadêmicas.

O gênero como categoria analítica das diversas disciplinas acadêmicas, de acordo com Dias (apud COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.59), passou a ser concebido como: “estudo das relações de gênero, substituindo a noção de identidade, privilegiando o exame dos processos de construção dessas relações e das formas como o poder se articula historicamente”.

Categoria, que além de analítica tornou-se interdisciplinar, teorizada a partir de diversos referenciais teóricos que propõe a migração paulatina dos estudos sobre mulher para os estudos de gênero. Caminho que, segundo Dias (apud COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.39), “é minado de incertezas, saturado de controvérsias movediças e pontuado de ambigüidades sutis”.

Sendo assim, vejamos a contribuição de alguns autores da Sociologia e Antropologia (disciplinas que tematizam o gênero há várias décadas), que nos permitem articular suas proposições às formulações de Castoriadis, configurando a fundamentação teórica deste estudo.

Se no caráter histórico tem-se como prerrogativa compreender a diferença sexual como produção sócio-histórica, na perspectiva interdisciplinar destaco duas outras prerrogativas, a saber: o entendimento das relações de gênero como parte do

conjunto das relações sociais e a linguagem como via de acesso para a compreensão dos significados.

No que diz respeito à Antropologia, Heilborn (apud COSTA; BRUSCHINI, 1992), ressalta os debates sobre a necessidade de perceber o gênero como construto histórico, variável no tempo e espaço; a positiva ampliação dos estudos sobre a mulher para os de gênero como abdicação do estudo de “objetos-gueto”; e, principalmente, a observação de autores como Collier e Rosaldo (1980) que sugerem o estudo de gênero como:

Estudo do sistema cultural, onde se relacionam as diferenças atribuídas aos sexos com as outras práticas sociais tais como as relações de parentesco, as relações conjugais, entre outras. (HEILBORN apud COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.100)

O entendimento do gênero como sistema cultural possui consonância com a proposição de Castoriadis (1982) para quem a significação de ser homem e ser mulher faz parte do conjunto de significações imaginárias, que permeiam uma dada sociedade. Desse modo, o ser mulher pode ser visto como condição híbrida, na qual estão implicadas as noções de criança, família, adolescente, maternidade, Deus, entre tantas outras possibilidades.

Com efeito, para identificar e compreender tais implicações de significado, Aguiar (1997, p.44) destacou como a grande contribuição do saber antropológico, a necessária posição etnográfica do estudioso, para quem “é preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam em vez de escutar o que os outros dizem que elas fazem e pensam”.

Posição epistemológica que pode nos remeter a discussão do processo de socialização das participantes da pesquisa e a compreensão de como, em meio à condição de heteronomia do ser humano, proposta por Castoriadis (1982), elas tem se apropriado dos valores e práticas instituídos sobre os gêneros e representado o ser homem e ser mulher.

Segundo Hollanda (apud COSTA; BRUSCHINI, 1992), no campo da Sociologia os estudos de gênero foram demarcados por três tendências, a saber: os que se detêm nas elaborações sobre a origem do patriarcado; os que propõem a articulação teórica entre o patriarcado e o marxismo; e por fim, os que se situam como pós-

estruturalistas enfatizando o papel central da linguagem enquanto sistema de significação e ordem simbólica.

Dentre as tendências acima referidas, considerando que este estudo tem como norteador a investigação dos significados imaginários, será dada ênfase à linguagem como via de acesso primordial para compreensão dos mesmos. Acreditando-se que, nas representações imaginárias expressas pelos sujeitos, há possibilidade de se perceber a reprodução da ordem simbólica instituída (significações sociais) e a criação de significados singulares, conforme as idéias de Castoriadis apresentadas anteriormente.

3.1.3 Quanto ao caráter relacional

Scott (1990, p.72), ao propor a perspectiva de gênero, acentuou como premissa o caráter relacional de seu objeto de estudo, preconizando que “mulheres e homens são definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado”.

A partir de sua demarcação relacional, a condição de ser homem e de ser mulher assumiu duas dimensões importantes, apontadas pela autora. A primeira ratificou o posicionamento de considerar o gênero como uma relação social que interage com diversas outras, como por exemplo, as de classe, de raça, entre outras. A segunda concerniu à constatação que, sendo de origem exclusivamente social (intersubjetiva), o gênero não pode ser pensado como atribuição de essências fixas, invariáveis no tempo e espaço.

Partindo da observação destas duas dimensões, Scott (1990), Costa e Bruschini (1992) afirmam não ser suficiente escolher a mulher como objeto empírico para produzir-se conhecimento sobre a condição de ser mulher, considerando que, para atender a este objetivo, é necessário um posicionamento teórico que sirva de instrumento analítico.

Assim, por entender que o campo de saber sobre gênero é constituído por diferentes correntes, autores e posicionamentos, sem o objetivo de entrar em maiores discussões sobre as divergências existentes neste campo de saber, afirmo que além dos

pressupostos supracitados, a noção de gênero adotada nesta pesquisa, corresponde especificamente à conjugação das idéias das autoras Scott (1990) e Saffioti (2004).

Nesse sentido, o gênero é entendido tanto como *ordem simbólica* evocadora de representações e significados, que normatizam as organizações e instituições sociais, bem como, as identidades subjetivas; quanto *gramática sexual*, regulando não apenas as relações homem-mulher, mas também as relações homem-homem e relações mulher-mulher.

Postura, a partir da qual se considerar sexo e gênero uma unidade, na medida em que não se concebe a condição biológica independente do contexto social em que é exercida.

Segundo Scott (1990, p.82), a compreensão dos modos pelos quais as sociedades significam o gênero e servem-se dele para articular as regras de relações sociais, é fundamental, pois “sem significado não há experiência; sem processo de significação, não há significado”.

Desse modo, a condição de ser mulher será discutida neste estudo, considerando-se que ela condiz a uma construção social de caráter histórico, analítico-interdisciplinar e relacional. Posicionamento que, coerente à proposição do ser humano como processo contínuo de criação imaginária de si e do mundo, possibilita pensar-se nas relações de gênero como criações imaginárias interdependentes de outras significações sócio-históricas, sancionadas pela coletividade e reguladoras da sociedade.

3.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E SUA IMPLICAÇÃO NA VIDA SOCIAL

De acordo com as referências teóricas discutidas nesta fundamentação, a relação entre os gêneros e sua normatização social possui sempre um contexto sócio-histórico, que estabelece possibilidades de entendimento para as representações do ser mulher e ser homem em cada sociedade, cultura e tempo histórico.

Nesta pesquisa, o interesse de investigação está voltado para o contexto da atualidade, período que, segundo Spink (2004 p.12), “não apresenta uma ruptura tão nítida, tão clara como na transição do feudalismo para a sociedade moderna, marcada pela emergência dos Estados-nação e pelo capitalismo contemporâneo”, mas que pode

ser considerado diferenciado da modernidade pelas transformações tecnológicas, culturais e sociais vivenciados do final do século XX até o presente momento.

Assim, focalizando as relações de gênero a partir das últimas décadas do século XX (década de 70) e, considerando que segundo Arán (2003), neste período, o discurso feminista foi o principal articulador da discussão sobre o lugar social do homem e da mulher, vejamos a seguir, algumas contribuições teóricas que discutem as relações de gênero e suas implicações nos vários âmbitos da vida social dos indivíduos. Oferecendo possibilidades de compreensão das representações de ser mulher das participantes desta pesquisa.

De acordo com Arán (2003) a partir das discussões acadêmicas sobre feminismo e gênero, as lutas jurídicas, os movimentos de massa e fóruns específicos, especialmente a partir da década de 70, a mulher passou a ocupar o espaço público através do exercício de sua cidadania, de seus direitos políticos, da inserção na formação escolar e no mercado de trabalho, questionando a responsabilidade por funções do âmbito privado (maternidade e cuidados com o lar) que antes eram tomados como atribuições naturais de sua condição biológica.

Processo que operou (e opera) gradativas transformações nos referenciais simbólicos que socializam os indivíduos, inserindo possibilidades identitárias diferentes para ambos os gêneros, das delineadas na modernidade (modelo patriarcal). Transformações que vem afetando a configuração familiar, as relações amorosas e sexuais, e a formação profissional na atualidade, sobre as quais podemos destacar algumas observações importantes.

No que diz respeito à família, Castells (2002) ressaltou que o modelo patriarcal vem sendo contestado por três processos paralelos, a saber: o crescimento urbano/industrial; as mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie; e o impulso promovido pelas lutas feministas.

Contestação que, para o autor, ganhou visibilidade nos indicadores sociais das sociedades ocidentais na década de 90, a partir do questionamento da supremacia da heterossexualidade e da família nuclear burguesa, enquanto padrão social e institucionalização de novos rearranjos familiares, nos quais o lugar de provedor e de autoridade social/moral deixou de ser necessariamente do homem; o número de filhos

diminuiu; bem como, o número de uniões (formais ou não), separações e famílias chefiadas por mulheres, aumentou.

Modificações que, na perspectiva de Giddens (1993, p.96), estão incluídas dentro do panorama de transformações da intimidade promovidas pela contestação dos valores modernos, onde:

Na sociedade que se separa e se divorcia, a família nuclear gera uma diversidade de laços de parentesco associados, por exemplo, às chamadas famílias recombinadas. No entanto, a natureza desses laços muda à medida que estão sujeitos a maior negociação do que outrora. As relações familiares costumavam ser tomadas como certas, na base da confiança; agora, a confiança precisa ser negociada, barganhada, e o compromisso assume as mesmas proporções que o existente nos relacionamentos sexuais.

Sendo assim, as novas configurações familiares estão diretamente entrelaçadas às transformações ocorridas na sexualidade contemporânea, demarcada pelos avanços científicos de contracepção (pílula, preservativo, entre outros) e de reprodução *in vitro* (vulgo produção independente), entre outras, as quais promoveram a “liberdade” sexual das mulheres, que deixaram de estar, a priori, atreladas aos imperativos de sua biologia.

A possibilidade de vivenciar o sexo como busca de prazer e não como objetivo reprodutivo e/ou como consequência fatalmente reprodutiva, concedeu especialmente às mulheres, o poder de escolha sobre seu corpo, sua vida reprodutiva, sexual e amorosa. Causando a coexistência de diferentes modos de tematizar os valores modernos de virgindade, honra, passividade, fidelidade, entre outros.

Com isso, de acordo com Giddens (1993) e Costa (1999), os relacionamentos sexuais passaram a não ser necessariamente amorosos e a sexualidade se tornou propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados, visto que:

É algo que cada um de nós “tem”, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas pré-estabelecido. De algum modo, que tem de ser investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do *eu*, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais. (GIDDENS, 1993, p.25).

Mediante a superação da condição biológica como destino, e a possibilidade de vivência da sexualidade como escolha para ambos os sexos, de acordo com Kelh (1996), ganhou visibilidade “a mínima diferença” entre os gêneros, na qual as demarcações modernas entre o ser homem e ser mulher, estabelecidas através de seus

modos de vestir, cuidar do corpo, fazer atividades domésticas, trabalhar em atividades públicas, exercer o poder, liderar, fazer sexo, seduzir, cuidar dos filhos encontram-se cada vez mais maleáveis. Movimento familiar e sexual que também reverberou no espaço público, segundo Alves e Pitanguy (1985), principalmente através da gradativa escolarização de mulheres e sua inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Castells (2002), ainda há enormes diferenças quanto às oportunidades de trabalho e aos salários pagos a homens e mulheres, no mundo em geral. Contudo, teve-se como maior resultado da participação das mulheres no mercado de trabalho a recolocação da divisão sexual do trabalho, enquanto norma simbólica.

Situação que gerou a necessidade de pensar o homem e sua inserção na vida privada, a reorganização do mercado de trabalho, a reorganização familiar e como alicerce de todo este processo, a reorganização estatal de suporte para as novas dinâmicas cotidianas estabelecidas na atualidade.

Arán (2003) destacou que a entrada progressiva da mulher no mercado de trabalho, a partir das décadas de 60 e 70, deixou de ser progressivamente uma questão de ajuda econômica à família (renda considerada como segundo salário) e passou a ser da ordem da relação mulher-trabalho com dimensão de “exigência individual e identitária das mulheres” (LIPOVETSKY, 1997, apud ARÁN, p.403).

Portanto, considerando as implicações das modificações nas relações de gênero atuais e sua reverberação em diversos âmbitos da vida social, acredita-se que a atualidade pode ser referida como tempo de coexistência de múltiplas formas de representar-se homem ou mulher, nos quais valores modernos e atuais estão imbricados de diversas maneiras, em maior ou menor grau. Motivo pelo qual, nesta investigação de cunho psicossocial, privilegia-se o interesse na maneira como cada pessoa forja a si mesma, isto é, a compreensão de quais valores e significados incorporou em sua socialização, como os articula em seu contexto sócio-histórico e principalmente, como subjetivamente isto se reflete em suas vidas.

Questões que se dirigem especialmente à representação de ser mulher, haja vista que, mediante as modificações sociais ocorridas a partir da década de 70 (acima referidas), Lipovetsky (1997, apud ARÁN, 2003 p. 418) ressalta que:

O destino do feminino entrou pela primeira vez em uma era da imprevisibilidade ou de abertura estrutural [...] Tudo na existência feminina se tornou escolha, objeto de interrogação e arbítrio, mas nenhuma atividade

é em princípio fechada para as mulheres, mais nada fixa imperativamente seu lugar social.

Imprevisibilidade que me fez retomar a questão de Beauvoir (1949, p.9): O que é uma mulher? Compreendendo, no entanto, que tal discussão deve ser pautada tanto como uma “questão de sentido que deve ser particularizada, especificada e localizada historicamente” (HOLLANDA, apud COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.55), quanto pela observação de que:

Os homens e mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias de análise. [...] devendo-se examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas. (SCOTT, 1990, p.15 apud COSTA; BRUSCHINI, 1992, p. 40).

Desse modo, a partir dos referenciais teóricos apresentados neste capítulo, entendo que ser mulher é uma condição socialmente construída, na qual estão implicados múltiplos fatores culturais. Significado acessível através de nossa faceta de indivíduos sociais, isto é, de fragmento social que somos constituídos pelo discurso do Outro que nos precede e nos atravessa na rede de significados simbólicos necessários para a vida em sociedade.

Contudo, concebendo que também somos constituídos por fluxo imaginário incessante (CASTORIADIS, 1982), a condição de ser mulher será compreendida enquanto condição identitária, que segue o contínuo processo de criação e recriação imaginária humana, na qual coexistindo socialização e subjetivação, são forjadas mulheres. Pluralidade constituída tanto pelas múltiplas maneiras de articulação da história de vida com os conteúdos simbólicos implícito às relações de gênero (movimento histórico e relacional), quanto pelas formas singulares com que cada ser humano busca a autonomia para si, sendo neste sentido, sempre constante devir e projeto de sujeito.

Com efeito, explicitadas as implicações das relações de gênero na vida social dos indivíduos, entraremos no último item deste capítulo, no qual a discussão de gênero será transposta para o contexto brasileiro, objetivando-se a aproximação com as nuances da realidade social das participantes, as quais, por conseguinte, poderão nos auxiliar na compreensão das representações imaginárias produzidas pelas mesmas.

3.3 AS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Se nos Estados Unidos e Europa a difusão das idéias feministas foi marcada por uma história de lutas, conquistas e derrotas, havendo um processo de discussão intensa e de constituição de diferentes gerações na produção de conhecimentos sobre as diferenças entre gêneros; no Brasil, a inserção do discurso feminista, na década de 70, ocorreu de maneira diferenciada, em função do contexto de ditadura militar e cerceamento dos direitos civis vividos à época.

Em meio a este contexto político específico, Pinto (2003) explica que o feminismo brasileiro assumiu configurações sociais e culturais específicas, pois se tornou inicialmente um movimento que compunha o conjunto de segmentos sociais que combateram a ditadura e promoveram a redemocratização do país.

Na década de 70, pelas condições de desigualdade social, já existiam no Brasil vários movimentos de mulheres entre as classes médias e populares, a saber, movimentos contra carestia, clube de mães, entre outros, que tinham como objetivo intervir no espaço público e na realidade que as cercava, sem questionar, a priori, a situação da mulher.

De acordo com Sadenberg e Costa (1990 apud BRANDÃO; BINGEMER, 1994), o ano de 1975 foi chamado de Ano Internacional da Mulher. Momento em que houve um amplo seminário promovido no Rio de Janeiro pela Organização das Nações Unidas – ONU, a partir do qual as correntes feministas no Brasil foram delineadas pela perspectiva de que “o pessoal é político”. Idéias que questionavam: a divisão sexual do trabalho e o lugar tradicional que ela engendra para a mulher na família e na sociedade.

A partir desta iniciativa, começaram as associações entre as organizações feministas e os movimentos de massa constituídos como uma força política e de transformação social, que se desenvolveram (e desenvolvem) através da realização de atividades permanentes como: grupos de trabalho, pesquisas, debates, cursos, publicações e campanhas.

Assim, quando na década de 80 os Estados Unidos e Europa estavam entrando no terceiro momento do feminismo (chamado contemporâneo e marcado por avançadas discussões de gênero), no Brasil estavam sendo inseridas as discussões sobre os direitos da minoria e constituído um processo de existência paralela entre os

movimentos sociais, de mulheres e/ou feministas que ora estavam entrelaçados ora dissociados; bem como, no campo acadêmico, houve a introdução paralela das discussões feministas e de gênero, sem que houvesse um período de maturação de suas proposições conceituais.

A Constituição promulgada no Brasil, em 1988, segundo Álvares ([19--] apud FERREIRA, 1999, p.49) foi a que tornou melhor explicitada a igualdade jurídica entre homens e mulheres no país, ao determinar no inciso I do art. 5º que: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

De acordo com Sadenberg e Costa (1990 apud BRANDÃO; BINGEMER, 1994), através da criação de leis, de conselhos deliberativos e fiscalizadores, da reivindicação por políticas públicas e sociais, de dispositivos jurídicos, entre outros, foram abertas (e continuam sendo) várias frentes feministas que, apesar das especificidades locais e históricas, convergem em torno de temas como família, sexualidade, saúde, violência e trabalho, causando a coexistência de diferentes modos de significar a condição de ser mulher.

Portanto, segundo Alves e Pitanguy (1985), na década de 80, diante das crises políticas, econômicas e sociais do país, o feminismo brasileiro incorporou a luta pela igualdade de direitos e o questionamento às raízes culturais destas desigualdades, no rol das mobilizações contra o colonialismo, a discriminação racial, os direitos das minorias e as reivindicações estudantis, ampliando seu campo político e a compreensão das contradições sociais, para além do campo econômico.

Na década de 90, segundo Saffioti (2004), o conceito de gênero se alastrou rapidamente no Brasil, fundamentado principalmente nos artigos de Scott (1983;1998). Motivo pelo qual neste período, segundo descreve Costa e Bruschini (1992, p.7-8), foram promovidos vários debates na tentativa de ampliar a capacidade de institucionalização do gênero enquanto campo de estudo, visto como uma área onde há “ausência de construção sistemática, com corpo consistente de conceitos teóricos, e onde os estudos enfrentam desafios e impasses a serem superados”.

Dessa forma, a partir dos anos 90, foram abertas no Brasil várias frentes de discussão sobre as relações de gênero que, apesar das especificidades locais e históricas, convergiram em torno de alguns temas que, segundo Alves e Pitanguy (1985), se tornaram reivindicações básicas das mulheres no Brasil, a seguir resumidas.

No âmbito da sexualidade, foram estabelecidas discussões em torno do modelo de contenção da liberdade sexual das mulheres, na qual valores como virgindade, a honra, a castidade, a passividade são ainda propagados, ao mesmo tempo, em que há o discurso que visa liberdade de escolha e a desconstrução de tabus e preconceitos na sexualidade.

Em paralelo à sexualidade, o tema da violência também se fez presente nas discussões de gênero, as quais denunciam a manipulação do corpo da mulher, através do controle da contracepção e as agressões cotidianas a que é submetida (física, sexual, psicológica). Advogando o exercício da sexualidade desvinculado da reprodução, o direito ao aborto, ao prazer e a livre opção pela maternidade.

No âmbito da saúde, passou-se a discutir a necessária reapropriação do conhecimento do corpo da mulher, frente aos discursos científicos sobre ela, reivindicando o direito à conscientização de seus direitos reprodutivos.

No campo das Ciências Sociais foram questionadas as noções de masculino e feminino circunscritos na dualidade superior e inferior, culturalmente apreendidos na modernidade. Por fim, no que diz respeito ao âmbito do trabalho, passaram a ser reivindicadas: a igualdade de funções, salários, direitos, de acesso à formação e ao mercado de trabalho; a divisão dos encargos domésticos; e a construção de creches e estruturas que facilitem a realização das tarefas.

Com efeito, explicitado como as relações de gênero constituem as significações sociais ser mulher, veremos a seguir, a configuração do local e da amostra da pesquisa, sobre os quais foi pautada a discussão sobre a representação de ser mulher, teoricamente introduzida nos dois capítulos apresentados até o momento.

4 CONFIGURANDO O LOCAL E A AMOSTRA DA PESQUISA

Esta pesquisa foi pautada na metodologia qualitativa, na qual há perspectiva de abordagem compreensiva dos fenômenos, não havendo a utilização de recursos quantitativos, pois objetiva a apreensão dos sentidos que o ser humano atribui a sua realidade. Proposta que, segundo Denzin e Lincoln (1994, apud TURATO, 2003, p.191) “significa que os pesquisadores qualitativistas estudam coisas em seu *setting* natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos em termos das significações que as pessoas trazem para eles”.

Abordagem metodológica que se inspirou na fenomenologia, considerando a realidade fenômeno não “puro” ou natural, mas “significado que transparece na intersecção de minhas experiências e das experiências alheias, pela engrenagem de umas nas outras e, portanto, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade” (MERLEAU-PONTY apud AUGRAS, 1995 p. 23).

Sendo assim, neste capítulo, apresento a configuração do local e da amostra da pesquisa, através dos quais se pode compreender a realidade psicossocial das participantes que, acredito, implicam nos significados que atribuíram ao “ser mulher”.

4.1 O LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada no espaço físico do Grupo de Mulheres do Benguí - GMB, localizado no bairro do Benguí, em Belém do Pará.

O GMB é uma organização não-governamental (ONG), fundada por algumas mulheres em 1986, que assumiram para si a busca por soluções criativas diante dos problemas sociais e das discriminações vivenciadas em seu contexto local, propondo como missão do grupo:

Contribuir na construção de uma sociedade solidária, humana, democrática, sem exclusão social, racial, sexual, política, econômica e cultural com a perspectiva da equidade e igualdade nas relações de gênero baseadas no desenvolvimento sustentável ampliado. (GRUPO DE MULHERES DO BENGUÍ, [200-], p.3)

A ONG iniciou suas atividades voltadas à capacitação de jovens e mulheres para o mercado de trabalho e, atualmente desenvolve um trabalho com base no projeto “Construindo a Cidadania”, o qual abrange além da geração de emprego e renda, os temas de saúde da mulher e o combate à violência contra a mulher. Utilizando como metodologia a realização de debates, fóruns, oficinas, reuniões, campanhas, organização de grupos profissionalizantes e, de monitoramento de políticas públicas.

FIGURA 1 - GRUPO DE MULHERES DO BENGUI



FONTE: GRUPO DE MULHERES DO BENGUI, [200-].

❖ *Escolha do espaço físico e sua disposição espacial.*

Em 2004, conheci o Grupo de Mulheres do Benguí ao realizar as oficinas temáticas para jovens, promovidas pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA-EMAÛS, como parte integrante das ações do Projeto Jepiara.

A palavra Jepiara significa “defender-se”, em tupi-guarani, e traduz o objetivo do projeto social de “empoderar” os jovens de baixa renda, alvo da violência e da exploração sexual, com atitude protagonista e cidadã, possibilitando através da

conscientização e da proposição de alternativas sociais sua não vitimização.

Iniciativa coordenada, em Belém, pelo Movimento República de Emaús (MRE), organização de caráter popular, cuja missão institucional é “Lutar pela garantia dos direitos e pela cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua e exclusão social na região amazônica” (MRE, 2007)

Assim, no momento de elaboração do projeto acadêmico que originou esta pesquisa, tomei como ponto de referência, para fazer as escolhas metodológicas, a experiência profissional com a qual estava envolvida no momento, e da qual obtive além de conhecimentos teóricos e boas relações profissionais, boas lembranças das fervorosas reflexões críticas feitas com as jovens sobre temáticas como: família, sexualidade, violência, entre outros, desenvolvidas no espaço do GMB.

Reflexões que me incitavam a estudar mais os temas, mas principalmente, a conhecer mais a realidade das jovens das oficinas, a partir do que seria possível avaliar criticamente a relação teoria e prática, que permeava minhas atividades no Projeto Jepiara e também os atendimentos psicológicos que realizava (e realizo) diariamente, numa unidade de assistência social do município de Belém.

Assim, o espaço físico escolhido foi o GMB, por acreditar que nesta ONG, haveria colaboração institucional, bem como, público adequado para realização da pesquisa. Considerações avaliadas no decorrer da execução da mesma, que estarão disponíveis no próximo capítulo.

O espaço físico do GMB é o de uma casa de alvenaria, composta por seis cômodos. Disposto da seguinte maneira:

FIGURA 2 – ESPAÇO FÍSICO DO GMB



FONTE: PESQUISA/2007

FIGURA 3 – SALA DE ESTAR DO GMB



A sala de estar é utilizada para reuniões. Sendo o local onde estão afixados informativos e os slogans defendidos pela ONG.



FONTE: PESQUISA/2007

FIGURA 4 – ESPAÇO FÍSICO DO GMB: GRUPO DE PRODUÇÃO, ESCRITÓRIO E DEPÓSITO

Perto da sala de estar, encontra-se o espaço utilizado pelo grupo de produção (GPA), cooperativa constituída por mulheres, que produzem e vendem artesanatos locais, como artefatos com caroço de açaí, chapéus, travesseiros aromáticos, bolsas de crochê, entre outros.

Em frente ao GPA, localiza-se o escritório, no qual há um computador, linha telefônica e arquivos de documentos expedidos e recebidos pela ONG.

Existem ainda no espaço interno da casa, um quarto pequeno, utilizado como depósito de cadeiras e materiais; um banheiro; e, um espaço de copa-cozinha, onde estão dispostos uma mesa grande com múltiplas utilidades, os eletrodomésticos e utensílios.



FONTE: PESQUISA/2007

FIGURA 5 – ÁREA EXTERNA DO GMB

O GMB possui uma enorme área externa, havendo dois pátios cobertos para reuniões ampliadas, eventos, comemorações e as atividades previstas pelos projetos sociais, entre eles, as dirigidas às jovens do Jepsiara.



FONTE: PESQUISA/2007

❖ *Conhecendo o Benguí*

O GMB fica localizado na Rua Benfica, parte central do Benguí, área onde há a melhor infra-estrutura de saneamento, pavimentação e proximidade da unidade de saúde, das igrejas, dos colégios públicos e do policiamento. Condições não disponíveis para a maioria da população do bairro, nem para o local de moradia das participantes da pesquisa.

FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DO GMB NO BAIRRO DO BENGUI

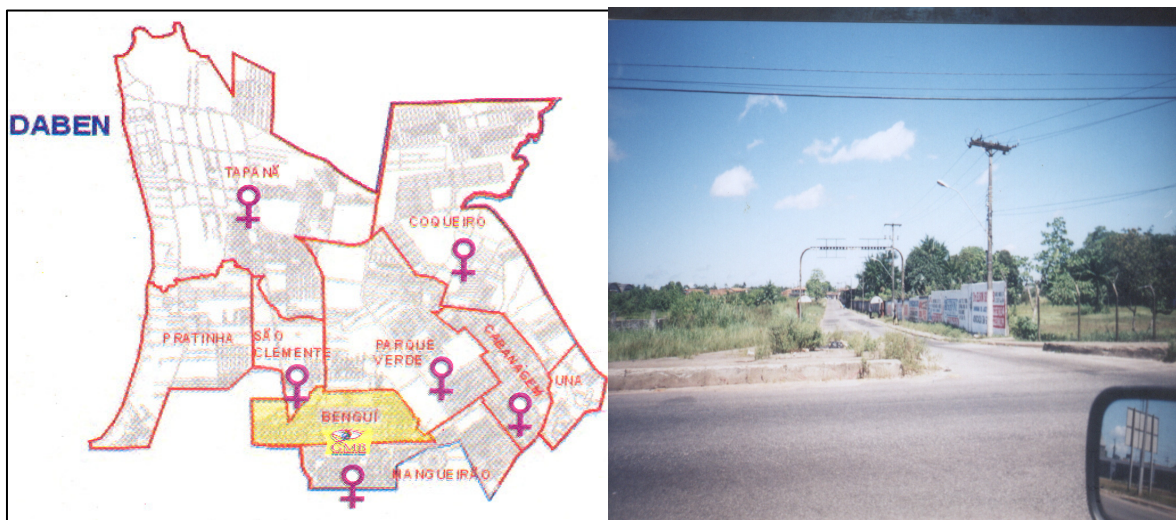


FONTE: PESQUISA/2007

Localizado ao lado esquerdo da Rodovia Augusto Montenegro, o bairro se encontra acerca de uma hora de distância do Centro Comercial de Belém e, embora seja mais um bairro periférico e populoso do município, com população de 237.303 pessoas residentes, segundo censo demográfico do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE) de 2000, nesta pesquisa, o Benguí será pensado através de uma peculiaridade que, acredito, atravessa a história de seus habitantes e instiga seus

frequêntadores - a intensa mobilização comunitária que possui frente aos contrastes sociais vivenciados.

FIGURA 7 – DISTRITO ADMINISTRATIVO DO BENGUI



FONTE: GRUPO DE MULHERES DO BENGUI; FASE PARÁ – AMAZÔNIA/ 2004

O bairro do Benguí faz parte do Distrito DABEN – Distrito Administrativo do Benguí, instituído em 1994, através da lei municipal nº. 7.862, o qual agrega além do Benguí, os bairros da Pratinha, Tapanã, São Clemente, Parque Verde, Cabanagem, Una e Coqueiro, como demonstra o quadro acima. Ao lado tem-se a foto da entrada do bairro do Benguí pela Rodovia Augusto Montenegro.

Na busca por informações sobre o Benguí, chega-se geralmente a uma mesma constatação – não há sobre o bairro registros oficiais sobre seu surgimento e desenvolvimento. Conclusão a que cheguei após percorrer o banco de dados da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e das informações disponíveis pela Internet.

Mediante a escassez de informações oficiais sobre o local são utilizados como instrumentos informativos apenas o Relatório da Cidadania III (2002), realizado pelo Observatório de Direitos Humanos, que mapeou o contexto social do bairro através do relato de seus jovens moradores; e, reportagens de jornal¹⁷, nas quais é possível compreender um pouco a origem e a história do logradouro, através dos relatos de

¹⁷ Reportagens oriundas dos jornais *O Liberal*, de circulação municipal e, *O Benguí*, de circulação no bairro.

antigos moradores e das lutas comunitárias travadas com o poder público para melhorias estruturais.

De acordo com a versão mais comumente propagada no bairro, reputada como única versão “oficial” sobre sua origem e, adotada recentemente por Lamarão e Maciel (2006) no livro “Mulheres do Benguí”, a denominação de Benguí foi cunhada porque, nos anos 40, nas terras onde hoje se localiza o bairro, morava uma família de imigrantes italianos, cuja propriedade ficava às margens da estada de ferro Belém-Bragança. Para sinalizar a parada do trem de ferro em frente a sua propriedade, a mãe dos garotos, Benjamim e Guilherme, teria afixado uma placa com suas iniciais BEN e GUI. Fato que fez com que os moradores ao entorno passassem a chamar a parada de BENGUI. Termo mantido com o decorrer do tempo, mas depois popularmente pronunciado como Benguí.

Segundo consta em reportagens de jornais de circulação municipal e no bairro do Benguí, a família de imigrantes doou as terras posteriormente para a Sociedade Eunice Weaver, responsável por cuidar de filhos sadios de hansenianos. Nos termos da doação, o terreno deveria ser usado pela entidade para subsídio, não havendo permissão para que fosse vendido a terceiros, sob pena de ser incorporado pelo Estado.

Pelo entendimento que extraí do material jornalístico, o bairro do Benguí surgiu e foi sendo expandido, através da sucessão de invasões populacionais ocorridas a partir das décadas de 60 e 70, que ignorando as prerrogativas legais do direito de posse e propriedade das terras, promoveram uma enorme ocupação desordenada da área.

Ocupado por pessoas que pensavam que o terreno era de propriedade da “Liga dos Leprosos”, como era conhecida a entidade para filhos de hansenianos, as moradias e comércios foram sendo dispostos sem controle e nem planejamento público. Processo que desencadeou a constituição de associações comunitárias, que tomaram a frente dos inúmeros embates travados com o poder público.

De acordo com Lamarão e Maciel (2006), os moradores do Benguí são em geral belenenses, mas também em grande parte, descendentes de imigrantes (principalmente japoneses) e pessoas provenientes dos Estados do Maranhão, Ceará, Piauí e interior do Pará. Vindos, provavelmente para a região norte, na época da ditadura militar, atrás da promessa de trabalho e riqueza, anunciada pelos projetos de ocupação da Amazônia.

Desse modo, desde a década de 70, o bairro foi sendo expandido a partir da necessidade de seus moradores, com melhorias infra-estruturais alcançadas apenas na medida em que as associações comunitárias reivindicavam a intervenção estatal.

Por esta razão, no Benguí, floresceram e florescem inúmeros movimentos ligados aos diversos segmentos sociais, que conjuram seu poder de mobilização na busca contínua por alternativas sociais, para um lugar nunca eleito deliberadamente como objeto de investimento público, ao longo de sua história de existência. Sem saber ao certo o número de organizações comunitárias existentes no bairro, segundo o Relatório da Cidadania III (2002), destacam-se as ações da Pastoral do Menor (PAME), da Associação de Moradores (AMOB), do Grupo de Mulheres do Benguí (GMB), da Associação dos Moradores Independentes do Benguí (AMIB), da Comunidade São José Operário, da Comunidade da Piçarreira, Igreja Nova Aliança, além das demonstradas abaixo:

FIGURA 8 - IGREJA CATÓLICA RAINHA DA PAZ



FONTE: PESQUISA/ 2007

FIGURA 9 – IGREJA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS



FONTE: PESQUISA/2007

FIGURA 10 - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO POPULAR (NEP)



FONTE: PESQUISA/2007

FIGURA 11 - ESCOLA FORMAL E DE PRODUÇÃO DA CIDADE DE EMAÚS



FONTE: PESQUISA/2007

Processo comunitário que não significa total integração e harmonia entre os diversos segmentos sociais existentes no Benguí, mas que faz com que seus moradores se sintam “pertencentes ao lugar”, como afirmou um morador antigo com quem conversei no espaço GMB. Proveniente do interior do Estado, ele veio para Belém na década de 80 e morou no Benguí, ajudando a fundar o time de futebol, a escola de samba, o centro comunitário e o jornal do bairro. Por isso, quando voltou ao interior não se acostumou mais, e decidiu voltar para morar em Belém, novamente no Benguí. Lugar onde tem uma história e que o povo “costuma fazer movimento” (sic).

Nos últimos anos, o bairro está sendo cercado por conjuntos habitacionais planejados e condomínios residenciais para pessoas com alto padrão financeiro, nos quais se observa o estabelecimento de infra-estrutura, tais como: pavimentação, postos policiais, médicos e comerciais, que parecem denunciar que no

Brasil o investimento privado e pior, o público, atende aos interesses exclusivos do capital financeiro e não aos requisitos estabelecidos por lei como obrigação estatal para com seus cidadãos.

De acordo com o Relatório da Cidadania III (2002), há no bairro cerca de dezoito ruas e trinta e cinco travessas, das quais apenas sete são ruas principais: Ajax de Oliveira (onde coletivo urbano faz itinerário); Benfica (onde há o Pronto Socorro); Marex (onde ficam diversas Igrejas); São Clemente (onde fica o Cemitério e a Cidade de Emaús); Ferreira Filho (onde se localiza o Centro de Saúde e o colégio Maria Luzia da Costa); Betânia (onde fica a Feira Livre e o Mercado Municipal); e a rua da Yamada (que liga Benguí a outros bairros).

No entorno das ruas principais, acima citadas, foi possível constatar a precária infra-estrutura habitacional do bairro, exposta na ausência de asfaltamento, saneamento básico, iluminação e nas construções inacabadas de madeira ou alvenaria de seus moradores, como demonstram as fotos a seguir:

FIGURA 12 – PRECARIIDADE INFRA-ESTRUTURAL DO BAIRRO DO BENGUI



FONTE: PESQUISA/2007

Ainda mediante a avaliação do Relatório (2002), o local possui escola, hospital e delegacia, em oferta bem menor que a necessidade. Além de oferecer baixíssimas oportunidades de trabalho, moradia, lazer e cultura. Daí seus moradores possuírem, em geral, baixos níveis de escolaridade, estar no mercado informal e os que estão no mercado formal, receberem em média até dois salários mínimos.

Avaliação ratificada por Lamarão e Maciel (2006), que apontam o Benguí como um bairro de altos índices de desemprego, violência, falta de infraestrutura e saneamento básico. Sendo a renda nominal média por mês das pessoas que sustentam domicílios particulares de R\$382,48 (IBGE, 2000).

No retrato social fornecido pelos autores supracitados, no que diz respeito à educação, o Benguí apresenta ensino regular de baixa qualidade e apenas três escolas públicas, que estão em estado precário de segurança, limpeza, iluminação, ventilação, entre outros. Havendo uma única escola com computador e biblioteca.

Quanto à área de saúde, os autores ressaltam as informações obtidas pela pesquisa realizada pelo GMB (2004), “Mulheres do Benguí de Olho na Saúde”, cujos resultados indicaram que as duas Unidades Básicas de Saúde e o Posto da Família Saudável, eram insuficientes para a demanda local, que sofre com a precariedade de infra-estrutura, a má qualidade dos atendimentos, e com o necessário deslocamento para o Pronto Socorro Municipal de Belém (que fica a uma hora aproximadamente do centro da cidade) nos casos com maior gravidade, que necessitem por exemplo de raios-X, e outros procedimentos especializados.

FIGURA 13 – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE



FONTE: PESQUISA/2007

Segundo Lamarão e Maciel (2006), no âmbito da segurança pública, a sensação de insegurança é constante em moradores e frequentadores do bairro, os quais estão expostos à violência através dos muitos assaltos feitos às pessoas, escolas e comércios, dos estupros, tráfico de drogas e outros delitos cometidos cotidianamente no local. Situações para as quais os equipamentos de segurança estão defasados, as unidades móveis da polícia são insuficientes e a Delegacia da Polícia Civil, que funciona apenas durante dias úteis e até as dezoito horas, não atende à realidade da comunidade.

Por fim, no que se refere às alternativas de lazer, esporte e cultura, o bairro não possui espaços público destinados para este fim. Possui duas praças que estão desativadas. As programações culturais são promovidas pelas associações comunitárias e religiosas, sendo prevalente os espaços privados como arenas de futsal e casas de show, onde ocorrem nos finais de semana as chamadas “festas de aparelhagens” (festas com enormes aparelhagens de som, comuns em Belém).

4.2 A AMOSTRA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com seis jovens mulheres, com idades que variaram entre 14 e 18 anos, frequentadoras das atividades do Projeto Jepiara realizadas no espaço físico do Grupo de Mulheres do Benguí – GMB.

❖ *A escolha dos sujeitos.*

Pretendendo utilizar como sujeitos o grupo de jovens das oficinas do Jepiara, pautei a delimitação da amostra desta pesquisa, utilizando os mesmos critérios de inserção adotados pelo projeto social, no qual são aceitas, prioritariamente, adolescentes mulheres que, segundo define o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069), possuem faixa etária entre 12 e 17 anos incompletos (havendo também participantes com 18 e 19 anos).

Contudo, apesar de adotar o mesmo critério por sexo e idade, preferi não denominá-las de adolescentes não partindo, a priori, de um referencial teórico que as enquadrassem “no caráter universal da crise de identidade” (OSÓRIO, 1989) sem

conhecer as nuances sociais e culturais de suas experiências de vida.

Vale ressaltar, que no espaço do Grupo de Mulheres do Benguí são realizadas atividades variadas, havendo grupo de geração de renda (produção de artesanato) e oficinas para mulheres adultas da comunidade que ocorrem, concomitantemente, aos outros projetos sociais dirigidos ao público jovem, como por exemplo, o Agente Jovem¹⁸, Primeiro Emprego, sendo o Jepsiara apenas mais um deles.

Desse modo, inseridas no projeto Jepsiara, as jovens não foram (ou podem ser) consideradas, a priori, integrantes do GMB, ou seja, não se inseriram neste movimento social por afinidade ideológica ou para fins de produção de sobrevivência, e sim, passaram a frequentar o espaço para participar das atividades programadas. Não se desconsiderando com isso, a possível influência das integrantes do movimento e de suas idéias na maneira de ser das jovens, dada convivência diária entre os grupos.

❖ *O tamanho da amostra*

Das doze jovens voluntárias que se propuseram a participar da pesquisa, seis tornaram-se efetivamente sujeitos da pesquisa, ou seja, passaram pelas duas etapas – observação e entrevista. Isto porque, pela frequência instável das jovens no grupo do Jepsiara, fator anunciado pelas educadoras desde minha inserção no campo, não houve possibilidade de aguardar que as outras seis retomassem sua participação no grupo.

Por motivos diversos: gravidez, doença, trabalho, conflitos familiares, seis das doze voluntárias, ao longo do período da pesquisa de campo, rarearam suas participações no Jepsiara ao ponto de impossibilitar, naquele momento, melhor apreensão de suas histórias de vida, bem como, a realização das entrevistas.

Frente a esta contingência, colocada pela dinâmica do grupo delimitado para amostra da pesquisa, percebi que a escolha por um grupo de pessoas reduzido e de frequência oscilante não foi avaliada corretamente no planejamento da pesquisa, considerando-se os imprevistos que ocorrem no campo. Contudo, apesar do risco de não conseguir informações suficientes, que contemplassem os objetivos da pesquisa, decidi

¹⁸ O Programa Agente Jovem é de âmbito federal. É executado pela prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, com o objetivo de incentivar o protagonismo juvenil, fomentando a cidadania, a profissionalização e educação.

não me lançar em nova busca por participantes (dentro ou fora do GMB) ou à espera imprevisível de retorno das seis voluntárias evadidas do Jepiara.

Inserida há seis meses no campo de pesquisa, determinada a conhecer a realidade das jovens daquele grupo, e, sem duvidar da importância da discussão teórica deste estudo, resolvi continuar no GMB e terminar a construção das informações com as seis jovens sobre as quais consegui levantar informações.

Numa primeira impressão, os conteúdos obtidos até aquele momento, demonstram possibilitar a concretização dos objetivos da pesquisa, motivo pelo qual não foram tomadas outras providências para constituição da amostra.

Desse modo, diante das contingências do local e do grupo escolhido, a amostra foi composta por seis participantes, cujas informações possibilitaram atender-se ao critério de homogeneidade ampla (TURATO, 2003), viabilizando, portanto, a comparação e análise das informações obtidas na pesquisa de campo e a discussão do tema proposto.

Assim, considerando que nas pesquisas qualitativas, no tamanho da amostra “o que está em jogo não é a ingênua ambição de abarcar o todo, mas o suficiente para atender à demanda de curiosidade científica” (TURATO, 2003 p. 364), pode-se dizer que a amostra constituída atendeu aos objetivos propostos.

❖ *Caracterizando a amostra da pesquisa.*

Diante do contexto social do Benguí, descrito anteriormente, vejamos algumas especificidades da realidade social, que circunscrevem as histórias de vida das seis participantes, disponíveis no quadro e comentadas a seguir.

QUADRO 1 – SITUAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA¹⁹

DADOS	SUJEITOS COM SEUS RESPECTIVOS NOMES FICTÍCIOS					
NOME	LUCIANA	MÔNICA	CARLA	DÉBORA	OLÍVIA	BIANCA
IDADE	14 anos	16 anos	17 anos	17 anos	17 anos	18 anos
SÉRIE ESCOLAR	6ª série do E. Fund. (evadiu)	6ª série do E. Fund. (evadiu)	8ª série do E. Médio	2º ano do E. Médio	2º ano do E. Médio	6ª série do E. Fund. (evadiu)
ATIVIDADE	Apenas Jepiara	Apenas Jepiara	Estudo Trabalho voluntário	Estudo Agente Jovem	Estudo Manicura	Apenas Jepiara
RESIDE COM:	Mãe e irmão	Mãe, padrasto e cinco irmãos	Jepiara Mãe, padrasto e cinco irmãos	Jepiara Mãe, padrasto e irmã	Jepiara Mãe, pai e dois irmãos	Mãe, irmão, irmã e sobrinho.
PROFISSÃO DOS CUIDADORES	Mãe: Empreg. Doméstica	Mãe: Empreg. Doméstica Padrasto: Carroceiro	Mãe: Empreg. Doméstica Padrasto: Carroceiro	Mãe: Balconista (desemp.) Padrasto: Ferreiro	Mãe: Dona de casa Pai: Motorista Aposent.	Mãe: Empregada Doméstica
SITUAÇÃO ECONÔMICA	Média de um salário mínimo	Média de dois salários mínimos	Média de dois salários mínimos	Média de três salários mínimos	Média de dois salários mínimos	Média de menos de um salário mínimo.
OBS:	Dois familiares em conflito com a lei	Estava em situação de conflito com a lei	Um familiar em conflito com a lei	Um familiar em conflito com a lei	Um familiar em conflito com a lei	-----

De acordo com as informações obtidas, na configuração familiar das jovens apenas uma situação corresponde ao modelo tradicional composto por mãe, pai e filhos. Em cinco situações as jovens residiam, em geral, com a mãe e irmãos, e às vezes, padrasto. Citando como familiares também pessoas fora do âmbito doméstico, como

¹⁹ Todos os nomes usados na pesquisa são fictícios.

amigos, educadoras, ex-padrastos, entre outros, com quem estabeleciam vínculos emocionais e/ou financeiros.

Das seis famílias, três apresentavam um número de filhos variando de seis a oito. As demais apresentavam redução, sendo composta por dois a três filhos. Os arranjos familiares eram, na maioria, de famílias recombinadas, havendo por isso a convivência de filhos de genitores diferentes.

As separações e recombinações parentais ocorridas em cinco situações, em geral, foram seguidas de conflitos afetivos entre as mães e as jovens; de dificuldades de subsistência dos filhos; e de episódios de dispersão dos mesmos para casa de outros parentes e até vizinhos. Havendo em todas as famílias, relatos de conflitos familiares, manifestados através de constantes brigas, agressões verbais e/ou físicas, entre a mãe e/ou padrasto, mães e as jovens, irmãos, padrastos e as jovens.

Todas as famílias possuíam renda mensal de até dois salários mínimos, valor considerado baixo para a satisfação de necessidades básicas (saúde, educação, alimentação, etc.) frente ao número de membros familiares, principalmente nos arranjos com maior número de filhos.

Os cuidadores das jovens (mãe, pai ou padrasto) eram segundas ou terceiras gerações descendentes dos primeiros ocupantes do bairro do Benguí, provenientes do interior do Estado ou de outros Estados.

Atravessados pelas difíceis condições de habitação e acesso aos serviços básicos de educação, saúde, relatados no item anterior, os pais e cuidadores responsáveis pelas jovens eram, em geral, pessoas com ensino fundamental ou médio incompleto e trabalhadores informais. Destacando-se que, neste contexto, três mães participavam ativamente do provimento da família como empregadas domésticas.

As famílias residiam em casa de alvenaria pequenas (com exceção de uma situação), que estavam inacabadas e, em geral, possuíam banheiro no espaço externo da casa. As moradias eram localizadas em áreas de invasão ou bem próximas a elas, nas quais não há o usufruto das melhorias estruturais conquistadas pelo movimento comunitário, disponíveis na área central do bairro.

Assim, não sendo o Benguí um bairro com estrutura e serviços minimamente satisfatórios às necessidades da população, havia nas áreas em que as jovens e suas famílias residiam piores condições de saneamento básico, pavimentação, iluminação, habitação, bem como, o acesso à saúde, educação e lazer, as quais não foram fotografadas pela periculosidade do local. Sendo as fotos desta pesquisa todas

feitas do interior de um carro.

Das seis participantes, cinco moravam na fronteira do bairro do Benguí com a área de invasão chamada de Piçarreira, local cujo índice de violência era considerado o mais alto do bairro pelos moradores, sendo cotidianas as ocorrências de roubos, estupros e tráfico de drogas. Havendo, portanto, nestas cinco famílias, o convívio direto e diário com armas, confronto policial e com pessoas que praticavam crimes, entre as quais se encontravam em conflito com a lei seus próprios familiares.

Das seis jovens, quatro estavam no Ensino Fundamental, em idades acima das previstas para suas séries. Atraso escolar decorrente de episódios de repetência ou abandono causados por uma variedade de motivos familiares e pessoais.

No período da pesquisa de campo (2006), três jovens evadiram da escola e as outras três não possuíam, ou possuíam de maneira vaga, planos para continuação dos estudos e inserção profissional.

Apenas uma das jovens trabalhava como manicura e tinha dinheiro para suas necessidades imediatas, condição não existente para as outras cinco, as quais dependiam exclusivamente da baixa renda familiar. Todas desenvolviam cotidianamente as atividades escolares e do Projeto Jepiara, ou somente deste último.

A frequência das jovens no Projeto Jepiara era oscilante. Marcada por períodos de evasão e retorno constantes, seguidos sempre de relatos de ocorrência de brigas em casa ou na escola, agressões familiares, problemas financeiros, período de provas escolares, gravidez, doenças, depressão, trabalho, entre outros. Dinâmica grupal semelhante a dos grupos de auto-ajuda, nos quais a participação depende exclusivamente da vontade do participante e varia de acordo com os eventos ocorridos em sua vida cotidiana.

Entre as jovens, apenas duas declararam gostar de ler e ter interesse por computadores, a maioria, tinha como divertimento ouvir música e dançar, especialmente, o repertório de bandas de brega, calypso, e românticas.

As meninas quase não saíam do entorno do bairro para o centro da cidade de Belém. Costumavam passear pelo bairro de bicicleta ou a pé. Algumas nunca foram ao cinema ou teatro, tendo como costume frequentar as “festas de aparelhagem” dos bares do Benguí.

Em geral, seus familiares também possuíam os mesmos hábitos de lazer. Com a exceção das mães evangélicas, que possuíam modos de vestir e regras que proibiam tais atividades. Situação promotora de acirrados confrontos entre mães e

filhas.

Todas as jovens eram civilmente solteiras, havendo apenas uma delas com experiência de convívio marital (união estável). Todas estabeleciam relacionamentos sexuais e amorosos variantes entre o ficar e o namoro de porta, na maioria dos casos proibidos por seus responsáveis. Três tiveram iniciação sexual por volta dos quatorze anos, das quais duas ficaram grávidas, mas não levaram a gravidez a termo.

Todas declararam ter medo de engravidar acima de qualquer outra possibilidade de contaminação através do sexo. Nenhuma tinha conversas abertas sobre a sexualidade com os familiares, possuindo unicamente o conhecimento que aprendiam no Jepiara e no senso comum entre seus pares. Motivos pelos quais três ainda não haviam tido a primeira experiência sexual.

Das seis jovens, duas já foram convidadas para entrar na exploração sexual e até sair do Brasil. Duas (que são irmãs) tinham sido expulsas de casa três vezes, tendo que morar com amigos, parentes ou vizinhos, sendo a última vez em função de uma das irmãs ter se envolvido numa briga e esfaqueado outra jovem. Todas declararam já ter desejado fugir de casa em função dos conflitos familiares.

5 PESQUISA DE CAMPO: OBTENÇÃO, CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
--

Explicitadas as especificidades do local e da amostra, neste capítulo, passaremos ao relato da realização da pesquisa de campo e à descrição de suas implicações na construção e análise das informações obtidas na investigação empírica.

5.1 OS PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO AO CAMPO DE PESQUISA

Após o período de leitura bibliográfica e redação do projeto de pesquisa, comecei minha exploração de campo. Fui ao GMB em fevereiro de 2006, para falar com a coordenadora da ONG e com as educadoras sociais do Jepsiara, a fim de entregar o ofício expedido pelo Programa de Mestrado, para autorização da pesquisa no local.

Aproveitando que o GMB estava no momento de planejamento das atividades previstas para 2006, consegui ser inserida na pauta de reunião da entidade e expor a proposta da pesquisa, solicitando autorização e colaboração da ONG e do Jepsiara.

A permissão foi deliberada coletivamente mediante o esclarecimento das dúvidas quanto aos procedimentos a serem adotados (sigilo, gravação, etc.), bem como, da assunção do compromisso de devolver ao GMB o conhecimento produzido na dissertação, através da apresentação e discussão dessa temática com membros da entidade após a aprovação final da mesma. Autorização formalizada através do documento assinado por representantes do Jepsiara e do GMB (*vide anexo A*).

De posse da autorização, iniciei conversas informais com as educadoras sociais, fazendo um reconhecimento inicial do grupo de jovens, a fim de saber quantas jovens estavam no grupo ainda, quantas estavam desde 2004, quantas tinham sido desligadas ou evadiram do Jepsiara, quantas foram inseridas e como estava funcionando a dinâmica das atividades.

5.2 SITUAÇÕES E CONTINGÊNCIAS DO CAMPO DELIMITADO

Através das conversas com as educadoras, comecei a reconhecer caminhos e percalços que poderiam estar presentes na execução da pesquisa, entre os quais destaquei:

- ❖ O não conhecimento das jovens - pois daquelas que participavam do Jepiara em 2004, apenas uma ainda estava no grupo. Ao todo elas eram 19 jovens;
- ❖ A percepção das educadoras quanto à dinâmica do Jepiara, em 2005, na qual observavam que as jovens possuíam frequência muito instável nas atividades. Provavelmente por não haver vínculo formal e financeiro com as famílias;
- ❖ A consideração de que a maioria das jovens vivenciava intensos conflitos familiares, motivo que também afetava sua participação no Jepiara e o deslocamento até o GMB;
- ❖ E, por fim, a impressão das educadoras, quanto à necessidade de estabelecer prévio relacionamento com as jovens, para saber mais sobre elas. Impressão proveniente da enorme resistência que as próprias educadoras sentiram, no início das discussões temáticas com elas, as quais foram superadas apenas depois de algum tempo de convivência com as mesmas.

Com efeito, as informações supracitadas me fizeram optar por não simplesmente apresentar a pesquisa às jovens e pedir sua participação voluntária, mas criar estratégias de convívio com elas de maneira que, por uma possível empatia, elas aceitassem falar de si mesmas, relatando suas experiências de vida.

Decisão que me fez planejar, aproximadamente, um mês ou dois indo ao GMB, duas vezes por semana, especialmente nos dias de discussão temática, uma vez que esta atividade imprimia uma rotina de diálogo, crítica e de associação das idéias com as experiências de vida das jovens. Conteúdo que serviria de aproximação interpessoal e de levantamento de informações importantes para a preparação das entrevistas a serem realizadas.

As atividades do Jepiara, no espaço GMB, iniciaram apenas no mês de abril, pois em março, devido ao dia internacional da mulher, o grupo de jovens e os membros da entidade participaram das várias atividades políticas, culturais e sociais promovidas pelos setores governamentais e não-governamentais de Belém.

Assim, no começo de abril fui para o GMB e finalmente entrei em contato direto com as jovens. Curiosas, desconfiadas, mas jovialmente receptivas, elas foram apresentadas a mim, pelas educadoras, que abriram espaço para que eu me apresentasse, falasse da minha intenção de pesquisa e da necessidade que eu tinha de que elas autorizassem minha inclusão em suas atividades, para que no futuro pudessem decidir participar ou não da pesquisa.

O grupo ficou calado até que algumas meninas mais falantes se manifestaram positivamente a minha presença nas atividades. Por imitação, as demais acabaram aceitando, mesmo com a expressão curiosa e desconfiada em minha direção. Logo após as atividades foram iniciadas e mesmo com a formalidade cumprida, restava em mim o sentimento de invasão do espaço e de ser uma estranha no grupo.

Com o decorrer de duas semanas, convivendo com a sensação de ser observada e me sentir uma estranha no grupo, meus contatos começaram a se estreitar. Algumas meninas começaram a me perguntar mais sobre o que eu fazia, sobre a pesquisa e sobre minha vida. As mais desconfiadas passaram a se relacionar comigo através de piadas “hostis”, nas quais desferiam quase que “ameaças” quanto ao perigo de eu estar no Benguí, da possibilidade de ser roubada ou violentada e de ser uma possível “X-9” (dedo-duro) para as educadoras e para seus responsáveis.

Esse contato inicial foi ainda mais dificultoso, porque as atividades temáticas previstas não ocorreram no mês de abril, em decorrência de problemas institucionais. Assim, as jovens ficavam tendo atividades práticas de manicura ou ficavam dispersas simplesmente conversando pelo GMB, momentos que estavam fora do que eu imaginava observar no espaço e que evidenciava mais minha presença lá.

Foi apenas quando aprendi a lidar com estes momentos de observação, sem atividades programadas, passando a me inserir nas conversas aleatórias sobre o tempo, os “Rebeldes”, as novelas, entre outros, que comecei a me sentir menos intrusa e mais ambientada. Fato que ocorreu também em relação às mulheres e às educadoras que ficavam no espaço trabalhando.

Comecei a prestar atenção, então, nos temas conversados pelas jovens tais como namoro: shows de brega e festas de aparelhagem, reclamações dos pais e dificuldades na escola, crimes, amizades, entre outros.

Esses temas começaram a permear as possibilidades do roteiro das entrevistas, bem como, a reflexão sobre uma possível associação de métodos para obtenção das informações. Contudo, a aplicação de uma mini-proposta para sondagem do interesse em participar da pesquisa (*vide apêndice I*), feita três semanas após a apresentação da proposta para as jovens, demonstrou que elas possuíam pouco interesse pelas atividades escritas, além de produzirem textos, em geral, dúbios de serem utilizados como conteúdo para análises teóricas.

Diante de tais fatores e das orientações feitas pela banca de qualificação do projeto (ocorrida em maio/2006), decidi contar com as informações obtidas através da observação do campo, juntamente com a realização das entrevistas, como forma de obter as informações necessárias ao alcance dos objetivos propostos. Descartando alternativas como produções escritas, questionários e discussões grupais.

A instrução de que seria preciso entrar em contato com os responsáveis para autorização das jovens na pesquisa, também foi motivo de sobressalto ao grupo, que logo expressou certa “paranóia”, quanto ao que seria conversado com os responsáveis e de possíveis trocas de informações com estes. Assim, considerando que o foco da pesquisa eram os significados produzidos pelas jovens, descartei a possibilidade de realizar visitas domiciliares, priorizando os dados das observações e das entrevistas com as jovens.

Após a qualificação, o projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências em Saúde da Universidade Federal do Pará, obtendo aprovação em junho de 2006 (*vide anexo B*).

5.3 A INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA

O momento de solicitar voluntárias à entrevista e a forma como fazê-lo foram então definidos diante da realização de duas entrevistas pilotos, feitas com jovens moradoras do Benguí não pertencentes às atividades do Jepiara, nas quais pude averiguar a pertinência, ou não, dos tópicos programados no roteiro, sua relação com os objetivos e o surgimento de temas importantes não previstos por mim.

As duas entrevistas foram de extrema relevância para a formatação da metodologia de entrevista a ser usada, pois sem implicar na perda de possíveis sujeitos, pude rever posicionamentos quanto ao tempo de estada no campo de pesquisa e a adequação da entrevista aos objetivos da mesma. Considerando que:

Para que o familiar possa ser percebido antropológicamente, ele tem que ser de algum modo transformado no exótico...assim se estará praticando de alguma forma a dúvida antropológica, base do trabalho de campo. (DA MATTA, 1991, p.162).

Assim, a implicação da pesquisa piloto foi a de minha maior e melhor inserção no cotidiano do GMB, período que estendi por mais aproximadamente quatro meses, e que me fez lidar com o tempo de maneira menos cronológica e mais ligada com a necessidade de apreensão da realidade investigada.

A inserção no campo passou, então, a tomar uma tonalidade de observação participante na medida em que aumentei o meu convívio com as jovens estabelecendo confiabilidade, mas, prioritariamente, buscando compreender seus sentimentos, ações, contextos de vida. Elementos fundamentais na discussão dos significados imaginários de ser mulher na perspectiva desta pesquisa.

A passagem (didática) da inserção no campo para a observação participante representou o posicionamento de estar no grupo a partir de “um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam, nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas” (BRUYN, 1966 apud HAGUETTE, 1997, p.70).

Nesse sentido, fiquei no espaço do GMB, indo aproximadamente de duas a três vezes por semana, com alguns intervalos decorrentes de feriados, outras programações do grupo ou impossibilidades pessoais/profissionais minhas.

Durante estes seis meses, participei das atividades das jovens, no espaço GMB; fiquei “jogando conversa fora”; assisti a encenação teatral do grupo em programações governamentais; participei de reuniões com os responsáveis; colaborei com a realização e participei da programação do dia das mães; assisti aos dois momentos de discussão temática sobre sexualidade e sobre teatro; participei da festa de São João e da comemoração dos aniversariantes do semestre.

De cada manhã que estive no espaço GMB, registrei fatos, emoções e impressões que me ajudavam a pensar quem eram essas jovens, como eram suas histórias de vida e como isso contribuía para a maneira como elas se concebiam enquanto mulheres. Pressupondo-se que elas se consideravam mulher, mediante sua socialização, sem com isso descartar a possibilidade de encontrar participantes que não se definissem desta maneira.

Da mesma forma, com o passar do tempo, familiarizei-me com o bairro depois de tantas vezes me perder (de ônibus ou de carro) em suas ruas. Circulei algumas vezes com as jovens pelas proximidades do GMB e aprendi com elas as divisões de território, de comunidades e de grau de periculosidade, existentes no Benguí.

Assim, mais familiarizadas comigo e eu com elas, as manifestações de raiva, choro e reclamações sobre a vida começaram a emergir e a serem manifestadas publicamente, provocando momentos de reflexão espontâneos das educadoras com elas e entre elas mesmas, que eram valorosas surpresas para mim.

Momentos que acabaram possibilitando estreitar os laços interpessoais com algumas jovens, que passaram a me procurar para contar dificuldades que não queriam ou conseguiam falar nos momentos grupais de conversa. Foi a partir da possibilidade destas conversas com estilo de confiança, que foi estabelecida a confiança, mediante a qual, algumas jovens posteriormente aceitaram o convite para participar das entrevistas.

Percebi que através destes momentos descompromissados com a pesquisa ou com um lugar institucional (pois até esse momento, conversava com elas sem saber se elas iriam aceitar serem entrevistadas) me inseri no universo familiar das jovens, seus problemas, suas idéias, suas dúvidas, sendo esta inserção o que de fato me possibilitou atender aos objetivos propostos pela pesquisa.

Entendi com o tempo, que este grupo constituído por dezenove jovens, com frequência instável nas atividades do Jepsiara, estava dividido entre dois subgrupos, os quais não se entendiam bem, fazendo com que em alguns momentos de reflexão nas rodas de conversa, houvesse silêncios decorrentes do medo das fofocas e das gozações que ocorriam fora do GMB.

Compreendendo a dinâmica destes dois subgrupos percebi, por exemplo, que depois de alguns meses não era mais minha presença a inibidora dos relatos, mas a

presença de algumas pessoas de grupos “rivais”. Fato que foi um alívio, porque meu maior temor neste momento era não conseguir alcançar a confiabilidade e o vínculo necessários para torná-las participantes efetivas.

Assim, através de um jogo de emoções e sensações intensas, ora desafiadoras, ora frustrantes, ora gratificantes tive a certeza de estar imersa no campo de pesquisa, quando recebi o apelido de “índia” (pois apelidar é prática comum entre elas); quando as piadas “hostis” passaram a ser convites como, por exemplo: “*Ah índia, vai lá por casa, eu digo pros cara. Oh! Não mexe com ela não, que ela é nossa amiga*” (sic); e quando numa das rodas de conversa, em que estavam membros de um dos subgrupos, ouvi relatos de que minha presença não as incomodava mais e elas se sentiam à vontade para falar.

Foi nesse período então, que senti segurança para perguntar, quem gostaria de participar efetivamente da pesquisa, permitindo a gravação da entrevista e do uso das informações obtidas até aquele momento, garantindo-se o sigilo quanto à identificação das participantes na dissertação.

5.4 A CONSTRUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Assumindo o posicionamento fenomenológico, de que o objeto de estudo é fruto da inter-relação entre a condição subjetiva do pesquisador e do pesquisado, utilizo a expressão construção dos dados (ao invés de coleta), para denotar que se considera toda e qualquer escolha metodológica e, proposição teórica uma forma peculiar de investigar o fenômeno delimitado, entre tantas outras possíveis. Maneira estabelecida pela implicação singular de fatores como delimitação do tema, contingências do campo, maneira de ser da pesquisadora, entre outros.

❖ *Métodos de obtenção das informações*

No que diz respeito à forma de construção das informações deste estudo, optei por fazer uma intersecção entre os métodos de observação participante e das

entrevistas individuais semi-dirigidas, como estratégias de compreensão da história de vida de cada participante e, por conseguinte, os significados imaginários que atribuem à condição de ser mulher.

O acúmulo de informações obtidas, na fase de observação participante potencializou a elaboração das questões formuladas nas entrevistas individuais, a partir do que foi possível fazer perguntas pertinentes e específicas para cada entrevistada, aprofundando assuntos que, talvez numa conversa sem tais conhecimentos prévios, não pudesse ter explorado, como, por exemplo, os conflitos familiares e a relação com familiares em conflito com a lei. Havendo, portanto, no conteúdo das entrevistas interferência direta dos relatos que presenciei nos momentos de conversa com o grupo, em geral, com os grupos menores, com as educadoras, entre as jovens e, delas comigo.

O segundo momento da pesquisa de campo foi o da realização das entrevistas. Após um período de aproximadamente, quatro meses de presença efetiva nas atividades realizadas no GMB, das dezenove jovens que constituíam o grupo, doze aceitaram ser entrevistadas, das quais seis se tornaram sujeitos efetivos da pesquisa.

Antes de realizar as entrevistas, aproveitei os momentos em que o Projeto Jepiara realizava atividades com os responsáveis (reuniões mensais e festas), para solicitar a autorização deles mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TECELE (*vide apêndice II*).

A entrevista foi escolhida como técnica para aprofundamento das informações, pois segundo Bosi (1998, p. 200), “possibilita maior flexibilidade, pelo contato mais próximo com o sujeito e pela possibilidade de colher sua atitude geral ante uma pergunta, pois a entrevista cria uma atmosfera de confiança”.

As entrevistas foram delimitadas com a perspectiva de abordagem biográfica ou história de vida, a qual, de acordo com Haguette (1997), permite a compreensão do modo de agir, sob o ponto de vista da própria pessoa.

Especialmente neste estudo, as entrevistas foram momentos nos quais, a partir das informações contextuais, pode-se conhecer de maneira mais organizada e profunda a história de vida das jovens; provocar questões que me permitiram compreender quais significações imaginárias de ser mulher permeavam seu contexto social; e compreender os significados individuais que elas construía, a partir destas representações.

As entrevistas obedeceram à configuração de semi-dirigidas, possuindo um roteiro de pontos importantes a serem abordados, mas que foram elencados apenas mentalmente pela entrevistadora, o que Nicolaci-da-Costa (1989) denomina de “estruturação invisível”.

Os aspectos importantes a serem abordados nas entrevistas foram definidos considerando-se tanto as proposições de Castoriadis, nas quais a construção social dos indivíduos é vista como processo intersubjetivo, de imprescindível relação com o Outro, presentificado na família, escola, comunidade, amigos, entre outros; quanto os resultados das entrevistas pilotos, que demonstram ser necessário um conhecimento especial sobre as relações familiares no momento de compreender a história de vida das jovens e identificar suas significações imaginárias.

Sendo assim, foram eleitos como tópicos do roteiro: a família, o grupo do Jepiara no GMB, a escola, o trabalho, a sexualidade, a diversão, religião, o bairro e as diferenças de gênero. Havendo entre esses temas apenas duas organizações pré-estabelecidas: a de começar perguntando sobre o grupo do Jepiara no GMB, em função de acreditar que este aspecto seria pouco mobilizador de ansiedade, pertinente a todas as jovens e à pesquisa, e um bom gancho para o *rapport* inicial da conversa; e a de fechar perguntando sobre o que era para elas “ser mulher”, questão na qual se pretendia visualizar as articulações feitas ao longo da entrevista com o significado apresentado ao final da mesma.

O tópico gênero inicialmente dizia respeito à formulação da pergunta final: “O que é ser mulher?”, na qual não se buscava discutir essencialismos, mas as representações imaginárias e os significados sociais e os deslizamentos de significados imaginários.

Contudo, ao perceber a dificuldade das entrevistadas em responder a esta pergunta ampla (prevista por SALEM, 1981), passei a utilizá-la conjuntamente com a formulação que indagava se havia diferenças entre homens e mulheres, e quais eram elas. Procedimento com efeito discursivo analisado nos capítulos de discussão.

Os demais aspectos foram sendo investigados a partir da ordem dada pelo relato das entrevistadas, nos quais busquei ao máximo, respeitar o fluxo de associações das jovens para introduzir os temas elencados no roteiro. Disposição que, como toda a ação humana, foi sujeita a falhas, isto é, momentos em que sem desejar e

controlar acabei interferindo de maneira abrupta nesse fluxo. Assim, a dinâmica das entrevistas foi delineada pela proposição de perguntas abertas, outras com intenção de melhor esclarecimento e algumas fechadas. Dispostas em uma ordem muito peculiar em cada entrevista e com constantes movimentos de passagens e retomadas de temas, tendo em vista que, minhas elaborações e das entrevistadas tinham de ser confrontadas para melhor entendimento das significações apresentadas.

Por conter poucas salas para contemplar as diversas atividades que ocorrem no GMB, as entrevistas foram feitas no segundo pátio externo da ONG. Local aberto sujeito à interferência de barulhos como passarinhos, som de rádio, falatório de pessoas, barulho de carros, entre outros. Ambiente que, embora sonoramente inadequado, atendeu aos objetivos da pesquisa, uma vez que era a melhor opção de possuir mínima infra-estrutura e aglutinar as jovens sem que houvesse necessidade de ir a casa delas. Fato que, segundo relatei, gerava enorme ansiedade nas mesmas.

Vale ressaltar que, apesar das interferências sonoras, as entrevistas puderam ser realizadas em função da colaboração das jovens e dos integrantes do GMB, que nos momentos de entrevista, evitavam circular no local. Fato que possibilitou melhor concentração das entrevistadas e minha, e maior disposição delas em falar de si.

As entrevistas foram realizadas no período entre junho e setembro (sem utilização do mês de julho por serem as férias escolares das jovens), duraram em média uma hora cada, sendo que, com quatro participantes houve a necessidade de realizar outra gravação para complementar a primeira entrevista.

Esta necessidade surgiu especialmente com as entrevistadas que na primeira gravação falaram bastante de suas relações e conflitos familiares, e que ao final de aproximadamente uma hora, pela mobilização emocional, não apresentavam mais o desejo de continuar a entrevista. Fato expresso na rarefação de sua verbalização e em solicitações expressas.

De acordo com Queiroz (1953, p. 166), esses fatos podem ocorrer, uma vez que na investigação da história de vida se objetiva mais do que um relato, busca-se um depoimento, isto é, “não apenas um relato cronológico de acontecimentos, mas trazer em si a riqueza de sentimentos, opiniões e atitudes da pessoa que a relata”. Exigindo, portanto, do pesquisador (a) um número maior de conversações, onde deve haver vagar e paciência para o trabalho, pois longas entrevistas podem “esgotar o

assunto – porque os detalhes se perdem e o cansaço do pesquisador e do informante deforma o relato”.

Sendo assim, respeitando o estado emocional das jovens e para melhor aproveitamento das informações obtidas, optei por fazer outra entrevista, quando necessário, para cumprir os aspectos do roteiro que porventura não fossem atendidos na primeira gravação.

Apenas em duas situações foram realizadas uma única entrevista, nas quais foi possível contemplar, logo no primeiro momento, todos os tópicos do roteiro. Ressaltando-se, no entanto, que sobre tais participantes já havia acúmulo maior de informações sobre os conflitos familiares existentes. Fato que por já ter sido esgotado em outros momentos de conversa, não teve o mesmo efeito mobilizador ocorrido nas outras entrevistadas.

Na realização de todas as entrevistas foram adotados procedimentos comuns à metodologia qualitativa, como “o uso do consentimento pós-informação por escrito, a disposição face a face, o emprego do gravador como registro da entrevista, a adoção da entrevista semi-dirigida e, o setting construído no ambiente usual do sujeito” (TURATO, 2003 p. 274).

O uso do gravador foi inicialmente motivo de estranhamento das jovens, já acostumadas a conversar comigo sem o aparelho, mas mediante a explicação de seu uso, da demonstração de seu funcionamento e do estímulo para que elas mesmas segurassem e conhecessem o aparelho, ao final das entrevistas não percebi mais a inibição. Havendo um bom transcorrer das gravações, mesmo nos momentos de choro e relatos mais enfáticos.

5.5 FINALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.

Após seis meses no campo de pesquisa, culminados na realização das entrevistas, conversei com as participantes e educadoras do GMB sobre a necessidade de deixar de frequentar o espaço e iniciar o período de redação da dissertação,

agradecendo a colaboração de todas e a oportunidade que me deram de compartilhar suas vidas durante aquele período.

A saída do campo de pesquisa, como a inserção, não foi um momento fácil. Após os percalços do processo de imersão num cotidiano desconhecido, deixar de ir ao GMB me impôs o afastamento de pessoas com as quais estabeleci vínculos afetivos fortes. Sensação que me fez crer que o melhor resultado desta experiência seria, além do conhecimento produzido a partir dela, o aprendizado intersubjetivo que vivenciei. Assim, concluída a pesquisa de campo, iniciou-se o período de organização das informações.

A organização do material se deu em duas etapas: 1) Transcrição e digitalização das entrevistas e 2) Leitura dos registros de campo para elaboração do resumo sobre a história de vida das participantes.

Vale ressaltar que na transcrição e na digitalização foram mantidas as maneiras de falar de cada participante sem alterações gramaticais. As citações literais foram grafadas de maneira a reproduzir suas expressões verbais, destacando-se também suas manifestações de risos, pausas, ênfases, engasgos que permearam as conversas, indicando conflitos, afetos e resistências das entrevistadas aos temas discutidos.

Nas histórias de vida, a versão das jovens sobre os acontecimentos e dinâmicas familiares foi tomada como ponto de referência para as interpretações propostas neste estudo, sem haver interlocução com o que poderiam expressar seus familiares.

5.6 A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Para compreender as representações imaginárias de gênero, em especial, de ser mulher das jovens do Benguí, optou-se por dispor os resultados da pesquisa de campo na forma de resumos biográficos, a partir dos quais, torna-se inteligível as significações sociais e as inscrições subjetivas trazidas à discussão elaborada posteriormente.

De acordo com Castoriadis (1987-1992, p. 56), a linguagem é central para compreensão do ser humano, uma vez que nela convergem tanto as significações

instituídas quanto as imaginárias. Sendo assim, adotou-se como metodologia de interpretação dos resultados a *Análise do Conteúdo*, perspectiva que viabiliza tornar a discussão sobre o tema em questão “um olhar especial...com o uso da imaginação, permitindo-nos melhor compreender o assunto...propondo novos conceitos e teorias, para proporcionar novos e úteis sentidos e usos à comunidade” (TURATO, 2003, p. 452)

Portanto, a análise realizada sobre os discursos das entrevistadas não teve “o objetivo específico de ganhar conhecimento sobre a natureza do fenômeno lingüístico per se” (NICOLA-DA-COSTA, 1994 p.325), focalizando-se os sentidos sociais e subjetivos subjacentes às representações.

A *Análise de Conteúdo* é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, com a função heurística de enriquecer a tentativa exploratória, aumentando a propensão à descoberta; e, de administrar provas, possibilitando a formulação de questões hipotéticas. Constituindo-se com isso, em “tarefa paciente de ‘desocultação’, que responde a atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica sua preocupação, honesta, de rigor científico” (BARDIN, 1977 p.9)

Dentre as técnicas disponíveis na *Análise do Conteúdo*, foi escolhida a análise categorial ou categorização, a qual funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, categorias, segundo reagrupamentos analógicos.

Ainda de acordo com Bardin (1977), entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas ou análise temática, é rápida e eficaz quando aplicada a discursos diretos.

A categorização se processa em duas etapas: o isolamento dos elementos (inventário); e, a classificação, na qual se procura impor certa organização às mensagens, operando-se com isso, a codificação das informações, isto é, “processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exactas características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI apud BARDIN, 1977 p.103)

Neste sentido, as informações foram agrupadas por temas, compreendidos enquanto unidades de significação complexa, cuja validade não é de ordem lingüística mas psicológica, visto que, fazer uma análise temática, consiste em “*descobrir os `núcleos de sentido` que compõem a comunicação e cuja presença, ou freqüência de*

aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977 p.105)

Assim, considerando a afirmação de que “*a metodologia de cada pesquisa deve ser construída segundo suas peculiaridades*” (LEITÃO e FRISON, 1994 p. 18), a análise dos resultados nesta pesquisa foi feita da seguinte forma.

Foi elaborado breve resumo da história de vida de cada jovem e destacados trechos literais das entrevistas semi-dirigidas. Diante deste primeiro desmembramento, foram sendo agrupadas as representações de gênero delas.

Após este destaque, a partir da leitura dos resultados mediante aos pressupostos teóricos da revisão de literatura, foram criadas as categorias temáticas cujo título anuncia a discussão a ser feita.

A partir da criação das categoriais temáticas foram elaborados dois capítulos de discussão: o primeiro expõe a leitura sobre as representações de ser mulher e as significações sociais identificadas através delas; e, o segundo, a leitura sobre a relação entre o significado de ser mulher e as especificidades subjetivas e contextuais das jovens.

A ordem das categorias foi escolhida de forma que o leitor possa compreender quais e como foram encadeadas as idéias da pesquisadora, extraídas paulatinamente no decorrer das análises. Dinâmica elaborativa que resultou na seguinte organização da discussão:

CAPÍTULO 7

1. *As representações de gênero das jovens*: Exposição do que pensam e como definem o “ser mulher”;
2. *Valores patriarcais e representações de gênero*: Discussão da significação social patriarcal subjacente as representações de “ser mulher”;
3. *Adolescência e moratória de gênero*: Discussão da relação entre a significação de adolescência nas representações de “ser mulher”.

CAPÍTULO 8

1. *Tramas afetivas e representações de gênero*: Leitura psicodinâmica das histórias de vida e sua implicação nas inscrições de gênero;
2. *Contexto social e Heteronomia*: Discussão dos fatores sócio-econômicos nas representações de gênero;
3. *Subjetivando o gênero: qual autonomia possível?*: Discussão da condição imaginária como possibilidade de resignificação e produção de outras representações de gênero.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Conforme foi esclarecido no capítulo anterior, neste estudo, os resultados serão apresentados em forma de resumos biográficos das jovens, os quais visam retratar, minimamente, as relações subjetivas e o contexto social que as constituíram como indivíduos sociais, especialmente em suas relações familiares de gênero.

6.1 RETRATO DE LUCIANA, 14 ANOS.

Extrovertida, espontânea e bem efusiva, chegava ao GMB quase sempre calada, aborrecida ou triste com seus familiares. Humor que mudava, apenas com o decorrer das atividades educativas. Foi a primeira jovem a se aproximar de mim no grupo e se interessar pela pesquisa

Durante suas tarefas, ou nas rodas de conversa, realizadas informalmente pelas educadoras sociais, Luciana verbalizou várias vezes e com pouca reserva seus problemas familiares, transparecendo uma sensação de desamparo.

Filha caçula do casal Rosa e Edmundo²⁰, a jovem possui três irmãos – Bruna (por parte de mãe), Rodolfo e Jorge; e recordou com tristeza a separação dos pais quando ela tinha por volta dos três anos de idade. Momento a partir do qual sua vida se tornou uma verdadeira peregrinação.

A mãe estabeleceu um novo relacionamento conjugal logo em seguida à separação, fato que fez com que sua tia materna – Elis, por receio de descuido com a criança e de possíveis violências, assumisse a criação de Luciana dos seis aos dez anos.

Do período em que passou com Elis, a jovem tinha boas recordações. Relatou que a família, além da tia, era formada pelo marido e três filhos, os quais usufruíam de boas condições financeiras. Sua tia é médica e a família tinha acesso a bons clubes e escolas de Belém, tendo por hábito uma rotina religiosa e social que Luciana achava muito importante em sua vida.

Contudo, por volta dos 11 anos de idade, Luciana voltou a morar com a mãe, em função de problemas familiares de sua tia. A esta altura, passados quatro anos,

²⁰ - Todos os nomes usados na pesquisa, assim como os das participantes são fictícios.

D. Rosa já vivia maritalmente com o seu José, o qual enfrentava problemas de relacionamento com os irmãos de Luciana. Situação que também aconteceu com ela.

A relação entre Luciana e o padrasto foi inicialmente tumultuada, mas gradativamente passou a ser cercada de uma grande afetividade filial, que dura até hoje, mesmo após a separação do casal. Conforme descreveu no trecho:

Meu padrasto não dexava a minha mãe me batê, não dexava meus irmão me batê. Tudo que eu pedia pra ele, ele me dava, ele me ensinava algumas coisa...que eu não podia sê ignorante, eu tinha que respeitá. [...] Eu chamô ele de tio, tomo bença dele. A mãe e o pai dele, eu chamo de vô. [...] Às vezes, ele vai em casa perguntá se eu preciso de alguma coisa. Uma coisa que meu pai nunca fez. (sic)

A proteção do padrasto sob Luciana começou a ser evidenciada quando ele se contrapôs à postura de D. Rosa, por delegar somente às filhas as tarefas domésticas (desobrigando os filhos homens), como destacou no trecho:

Ele (irmão) só fazia enchê garrafa e assim..., de vez em quando, varrê uma casa quando não tinha ninguém. Porque a mamãe dizia “é, mas ele é homi, homi não faz as coisa”. [...] Meu padrasto pensava assim, não é porque é homi que não vai fazer as coisa “como sô homem e faço até comida? E eles não podem fazer nada...”. Se enchesse uma garrafa, minha mãe brigava quando deixava eles (irmãos) encher garrafa. (sic)

Num sistema de violenta coerção dos três irmãos, e certa “conivência” da mãe, Luciana acabava sempre realizando as tarefas domésticas ou recebendo castigos físicos. Motivo das inúmeras brigas familiares e do desgaste da relação de Rosa e José.

Dos quatro anos de convivência diária com a mãe, Luciana destacou a sensação de desamor e desinteresse da genitora por ela. Pontuando que pela dificuldade de diálogo entre elas, a mãe não contribuía para o seu desenvolvimento pessoal, participando apenas como provedora da casa, ao que ressaltou:

Digo: - “Mãe bora conversá, a senhora tem que me ensinar várias coisa de mulher”, ela nem... (sinal com as mãos de nem aí). Vou ter que perguntar pro outros, eu não vou ficá sem saber. [...] Quando ela (mãe) perguntô: - “Por que tu não me contô logo? (sobre a primeira menstruação)”. Eu disse: -”A senhora não vai dar nenhuma força, não vai falar nada, a senhora não me ajuda mesmo em nada”. (sic)

Além da precária comunicação e demonstração de carinho, Luciana relatou fatos como ficar constantemente na casa da vizinha, por conta do trabalho da mãe, e o envolvimento dos irmãos com drogas ilícitas e em pequenos delitos, como fatores que contribuíram para o distanciamento afetivo entre ela e a mãe, uma vez que

ao longo dos anos a família passou a se consumir com prisões, invasões policiais na residência, agressões que apenas acentuaram os conflitos familiares já existentes.

Luciana tinha pouco contato com o genitor, com quem considerava ter pouquíssima afinidade. Além da tia materna e o padrasto, a jovem destacou a madrasta, como uma pessoa significativa em sua vida, por estabelecer com ela um bom diálogo.

D. Rosa (genitora) sustenta a casa com uma renda média de um salário mínimo. A família reside numa casa de alvenaria, numa região fronteira com a área de invasão. Mesmo deixando de residir com ela, seu José continuou suprindo as necessidades materiais de Luciana, construindo para ela até um quarto diferenciado. A jovem chamava os pais de seu José de avós e às vezes, costuma passar uns dias com eles. Ficando “desprotegida” quando o tio está viajando a serviço.

No ano de 2005, em meio ao turbilhão de problemas familiares, Luciana começou a participar do Jepsiara, considerando as educadoras e jovens do grupo a segunda família de sua vida. No grupo, aprendeu sobre sexualidade, adolescência e tantos outros assuntos, que não conseguia conversar com a mãe, mas que a inquietam bastante, por estar num período de intensas modificações corporais.

Sobre a vida amorosa, ela também apresentava muitas dúvidas, relatando que já teve um namorado de porta. Relacionamento que o padrasto fez questão de conversar com o rapaz advertindo-o a não se responsabilizar financeiramente por Luciana ou tomar iniciativas sexuais, conforme relatou a jovem:

Meu tio disse: - “olha não quero que tu dê nada pra ela, só quero saber se ela gosta de ti e tu gosta dela, que ela não precisa de ninguém não, que eu dô as coisa pra ela, é por isso que eu trabalho, aí tudo que ela me pede eu dô, aí eu não vô aceitá se tu fizer alguma coisa pra ela, tu sabe né?!”

Após seis meses de namoro, e de uma conversa com a mãe (rara, segundo ela), Luciana decidiu acabar o namoro, pois apesar de gostar do namorado se achava muito nova para ter relações sexuais. Assim, por receio de ter que dizer não às possíveis investidas dele ou ter que se relacionar sexualmente, possivelmente engravidando (como de sua irmã) ou abortando (como suas amigas), preferiu ficar sozinha e aproveitar mais sua vida antes de ter compromissos.

Em 2006, Luciana ainda enfrentava problemas com a mãe, o que se tornou motivo de sua evasão escolar. Assim, embora desejasse ser médica (como a tia materna), ficou ao longo do ano realizando apenas as atividades do Jepsiara e “aproveitando”, segundo ela, o que devia ter vivido na infância.

Agora esses tempo eu tô brincando, agora que eu tô aproveitando, as brincadeiras, meu tempo de lazer, porque antes eu não saía muito. [...] Agora tá evoluindo tudo..., meu seio, é (gagueira), agora em junho veio...(menstruação). [...] Minha cabeça que já tá pensando melhor. (sic)

A jovem freqüentava a igreja católica e não gostava de ler. Interessando-se mais por desenhos, novelas e filmes. Adorava ouvir música e se divertia passeando de bicicleta pelo bairro ou indo às festas de aparelhagem (proibidas para sua idade).

Diante deste contexto familiar e social, Luciana tentava fazer o que podia por si mesma, esbarrando, contudo, em sua pouca idade, como demonstram as condições em que ocorreu seu abandono escolar.

Segundo relatou, em função de ser chamada constantemente na diretoria, a mãe a agredia fisicamente demais (deixando marcas em seu corpo), por conta de suas dificuldades escolares. Cansada de apanhar, decidiu largar a escola.

Quando Luciana percebeu as conseqüências do abandono escolar e desejou voltar às aulas, a diretora condicionou seu regresso à presença de um familiar adulto. Com o padrasto viajando, a mãe e os irmãos se negaram a comparecer à escola. Razão pela qual, a jovem perdeu a vaga escolar e o ano letivo. Conforme revelou:

*Depois eu fui lá com a diretora, só que tinha que ir um de maior falar com a diretora, só que ninguém quis ir.
Como ninguém quis ir?
Nenhum dos meus irmão quis ir.
Nem a tua mãe?
Não com a cabeça. Aí eu falei então não vô mais pedir pra ninguém. (sic)*

Apesar das dificuldades afetivas e sociais, a jovem contabilizava conquistas no grupo Jepiara, exaltando principalmente modificações em seu comportamento agressivo. Todavia, sem condições de auto-sustento, Luciana está de certa forma a mercê de suas relações interpessoais, especialmente, a familiares, que podem lhe abrir ou fechar as portas para a possibilidade de um futuro melhor.

Eu quero é trabalhá, é morar sozinha, não quero morá perto da minha família. [...] É mas eu vô voltar a estudar ano que vem só, mas só se alguém for consegui uma vaga pra mim, porque tem que ser uma pessoa de maior. (sic)

6.2 RETRATO DE MÔNICA, 16 ANOS.

Extrovertida, falante e sorridente. Infelizmente, tive menos momentos com esta jovem do que gostaria, pois grande parte do período de observação participante, ela esteve ausente do Jepsiara, em função de doença (catapora) e da gravidez.

Ouvia sempre, entre suas colegas, comentários sobre seu estado de saúde, e principalmente, das dificuldades que atravessava com sua família por conta da gravidez inesperada. Assim, quando regressou, antes do esperado, para as atividades no GMB, surpreendeu-me seu interesse em participar da pesquisa.

Voluntariado que, pela dinâmica de monólogo e pelo volume de informações dados na primeira entrevista, logo se anunciou como necessidade de falar de si e de sua trajetória de vida. Dessa forma Mônica me forneceu depoimentos repletos de repetições (verbais e factuais), passagens atemporais e emoções ambivalentes dos quais extrai o resumo a seguir.

A jovem é a terceira filha de um grupo de sete irmãos. Sua mãe, a sra. Paula, engravidou pela primeira vez de um relacionamento que não prosperou. Sem condições financeiras de criar o filho, ela o entregou aos cuidados de uma ex-patroa, mantendo com ele contatos esporádicos até hoje.

Após este episódio, D. Paula engravidou de outro companheiro, cujo relacionamento logo acabou. Grávida, com pouca escolaridade e fazendo faxinas para sobreviver, foi neste período que conheceu o Sr. Daniel. Companheiro que assumiu a paternidade do bebê e com quem teve três filhos: Mônica, Larissa e Hugo.

Mônica relatou que desde criança ouvia sua mãe dizer que não gostava do pai dela, tendo se relacionado com ele apenas pela necessidade de ter uma pessoa que fosse responsável pelo sustento do bebê que ia ter.

A vida conjugal com o Sr. Daniel foi afetivamente tumultuada, havendo constantes episódios de violência física e psicológica. O ciúme excessivo e o consumo de álcool faziam com que, além das agressões, ele cerceasse a liberdade de ir e vir de D. Paula, proibindo-a de sair de casa e até de ir à igreja.

Apesar destes problemas, Mônica lembrou a infância com carinho, considerando um período bom, no qual seu Daniel (quando não estava bebido) era um bom pai e marido, especialmente, por ser um competente provedor.

Ao se referir à situação de violência doméstica, Mônica destacou a impotência de D. Paula frente às agressões sofridas, dada a dependência financeira a

que mãe e filhos estavam submetidos e à falta de apoio para que ela sáísse da relação conjugal, como descreveu no trecho:

Ela não gostava (das brigas), aísó que ela não podia fazê nada, que ela tava com um bocado de filho pequeno, e quando ela saía de lá de casa, que ele batia nela, às vezes, de noite, ela se mandava aqui pro Benguí, pra casa do meu avô. Aí ...não adiantava nada que ele já sabia que ela ia fazer isso, ele pegava, durmia tranqüilo, no outro dia, ia buscar ela de manhã, que o vovô: - “Ah, vai pra casa do teu pai...ôô vai pra casa do teu marido minha filha, porque isso, isso, aquilo”. (sic)

Foi através de amizades na igreja evangélica que D. Paula conseguiu dar um fim ao relacionamento. A família foi morar em outro bairro, dividindo o aluguel da casa com outra família também da igreja. Período no qual D. Paula arrumou um emprego fixo de doméstica e passou algum tempo sem companheiros amorosos.

Há oito anos ela conheceu o sr. Sílvio, com quem passou a residir junto, justificando para os filhos que era para o bem-estar de todos. Contudo, o padrasto que, a princípio, aceitou criar os quatro filhos de D. Paula, começou a tratá-los com violência, como destacou Mônica no trecho a seguir:

Quando ele se meteu com a mamãe, ele não batia, passô iche! Passô um tempo sem bater na gente, aí depois foi criando gosto, já começô a bater, batia, batia, batia. Se ele chegasse e visse um lixo sujo no canto da casa, ele metia a porrada na gente. Uma vez, ele deu porrada na Carla de pau, com cabo de vassora, que a vassora quebrô e ela ficou com o braço assim (gesto de inchado) (sic)

Da violência física que as crianças passaram a sofrer desde então, a jovem tinha recordações tristes, como a surra dada em sua irmã acima citada e a de seu irmão menor, cuja lembrança a fez exclamar “*ele meteu o tapa no meu irmão, meteu porrada mesmo no meu irmão, como se ele tivesse batendo num homem grande*”. (sic)

Quanto às atitudes da mãe frente à violência sofrida pelos filhos, Mônica frisou primeiramente que o padrasto só os agredia na ausência da mãe e que isto foi motivo de muitas brigas entre o casal. No entanto, no decorrer de seu depoimento, de maneira contida, em pequenos trechos ela se permitiu expressar os sentimentos hostis em relação à mãe. Mencionando os mecanismos de controle através dos quais D. Paula mantinha os episódios violentos em segredo, fazendo pactos de silêncio conforme ilustra o relato:

A minha irmã foi lá pra casa da mulher onde a mamãe trabalhava, sabe, aí ela falô: - “O que foi que aconteceu?”. Aí a mamãe disse; - “Se ela perguntar, fala que tu caiu de cima da árvore”. A mamãe sempre sabe, mandava a gente falar as coisas, inventar as coisas. Aí a mamãe nunca dexava... Tem um irmão do meu padrasto que ele é policial, que ele perguntava assim mesmo pra gente: - “O Sílvio bate em vocês?”. Aí a

mamãe falava: - “Se vocês falarem, eu vou dar porrada em vocês. Fala que não”. A gente falava que não, inventava que não. (sic)

Além da força física, o padrasto também usava como legitimação de sua autoridade o provimento das necessidades da família. Carroceiro, ele é o responsável pelo sustento da família, sendo a renda de D. Paula secundária no orçamento doméstico.

Nestes anos de convivência, o casal teve dois filhos e se separou inúmeras vezes. Numa das separações, sem ter para onde ir, D. Paula espalhou os filhos em diversas casas de conhecidos, entregando Mônica para ser criada por uma amiga. Período no qual a jovem, à época com doze anos, ficou desempenhando trabalho doméstico em troca da acolhida.

Mônica só passou a residir com a mãe, porque a senhora para quem “deu” a filha, faleceu. Desta forma, aos quatorze anos, a jovem voltou a residir na casa de alvenaria, em área de invasão, chefiada pelo padrasto e, para suprir suas necessidades, passou a desempenhar pequenos serviços domésticos remunerados, acrescentando a ajuda financeira que recebia do genitor.

A relação entre D. Paula e Mônica era bastante mediada pela religião, embora a filha não seguisse todos os preceitos da igreja evangélica como a mãe, a jovem se identificava com a resignação da mãe frente aos problemas, visualizando aspectos bons em qualquer situação adversa. Motivo pelo qual ressaltou o lado positivo de sua relação com padrasto, destacando sua função paterna e justificando suas intenções educativas no controle dos horários, dos namoros e das atividades domésticas, bem como seus atos punitivos ao que chamava de “*coisa de padrasto*” (sic).

Postura que, no entanto, não se sustentou durante o decorrer da conversa, na qual Mônica projetou sua raiva de ter que obedecer ao padrasto, afirmando que não deixaria os filhos serem submetidos a alguém que não fosse o genitor. Contrariedade, através da qual demonstrou o quanto “engole” sua hostilidade pelo padrasto, em virtude do desejo de agradar a mãe. Cuidadora que usava além do pacto de silêncio, os sentimentos de culpa (por possível dissolução do casal) e gratidão (devida ao provedor) como forma de manutenção da família, conforme demonstra o trecho da conversa:

*Alguma vez vocês questionaram isso (obedecer ao padrasto) com tua mãe?
Não (baixo)
Mas tu já tiveste alguma vez vontade?
Não. Nunca tive vontade de perguntar nada nem falar nada pra ela.
Não? Mas assim, nem de que as coisas fossem diferentes?
Às vezes só, porque assim, se for...(pausa, engasgo). Às vezes eu falo (tom baixo).
Se for falar o que acontece?*

Se for falar..., depois ela diz: - “Ah vocês fálo, vocês ficam falando muito as coisa, o Sílvia ajuda muito vocês, vocês fíco..., fíco falando as coisas dele, deixa ele, ele é assim, mas ele ajuda muito vocês”, assim mesmo que ela fala sabe.

Sei...

Prefiro nem falar nada mesmo, sabe. (sic)

Lidando com a ambivalência referente à mãe e ao padrasto, Mônica relatou compreender o “lado da mãe”, enquanto mulher. Considerando seu Sílvia “melhor” marido que o pai, já que além de sustentar financeiramente a família, ele não costumava sair à noite, consumir bebida alcoólica e agredir fisicamente D. Paula.

Em meio à dinâmica familiar conflitiva, Mônica manteve seus relacionamentos amorosos quase sempre em sigilo. Começou a se relacionar sexualmente aos quatorze anos e, em meados de 2006, aos 16 anos, descobriu que estava grávida de um namorado com quem já tinha terminado o relacionamento.

A gravidez estava no sexto mês e o rapaz se dispôs a assumir o filho, mas a notícia nem assim foi bem recebida pelo padrasto e pela mãe, sendo motivo de novas agressões verbais e físicas a jovem. Mônica acabou abortando a criança em condições declaradamente espontâneas, mas de fato muito “estranhas”. Segundo relatou, foi acometida por catapora e por uma queda no banheiro de sua casa, vindo a parir um bebê morto dois dias depois.

Após o resguardo, voltou logo às atividades do Jepsiara, grupo que considerava sua segunda família. Não conseguiu, todavia, retomar seus estudos, já atrasados em função de reprovações anteriores. A jovem acabou evadindo da escola, sem que nenhum responsável tenha tomado uma atitude para reverter esta situação. No segundo semestre de 2006, planejava se empregar como doméstica em casa de família, deixando o sonho de ser professora de matemática para o futuro.

Para isso, ela afirmou que iria estudar à noite, para poder cumprir a carga horária de trabalho durante o dia. Rotina que não considerava apropriada para uma jovem, mas inevitável para ela, cujas condições financeiras dos pais não provinham suas necessidades.

Aos dezesseis anos, Mônica parou de estudar cursando a sexta série do Ensino Fundamental; não gostava de ler; tinha vontade de aprender computação; não possuía título de eleitor; e passava suas horas de lazer nas festas de aparelhagem do bairro.

Desejava casar, mas não tinha isto como prioridade em sua vida. Afirmou não se importar com o julgamento alheio, ignorando as críticas que recebia de seus colegas, referentes ao seu comportamento sexual, ao que declarou:

Não quero ficá grávida tão cedo. Só quero ficá grávida quando eu tiver meu marido e minha casa. Pra criar meu filho com marido, pra ter o meu resguardo direito, pra ter tudo sabe, certo. Agora quero ficá sozinha, senão o marido vai trabalhar e quer que a gente faça a comida, isso e aquilo, quer que a gente arrume a casa, faça isso e aquilo. (sic)

Ao final da pesquisa de campo, Mônica tinha deixado de freqüentar as atividades do Jepsiara, em função de ter se envolvido numa briga e ferido com faca outra jovem. A situação reacendeu os problemas familiares e o sr. Sílvio a expulsou de casa. Segundo informaram sua colegas do GMB, em setembro de 2006, Mônica estava morando com amigas e se envolvendo com exploração sexual.

6.3 RETRATO DE CARLA, 17 ANOS.

A jovem é a irmã mais velha de Mônica e estava inserida no mesmo contexto familiar apresentado anteriormente. Diferente, no entanto, foi a percepção que ambas tinham sobre a realidade, os sentimentos que implicavam em suas relações e os modos de ser e expressar seus pontos de vista.

A jovem possui um jeito quieto, fechado, de poucas palavras, mas de um posicionamento que não escondia suas opiniões. Carla não relatou nas entrevistas nenhum dos episódios de violência física a que foi submetida (como, por exemplo, a agressão que resultou na fratura de seu braço), nem tampouco mencionou as mudanças de companheiro da mãe e de local de moradia da família ocorridas em sua infância.

Contudo, ela foi bem mais contundente, que Mônica, ao falar de sua relação com a mãe e com o padrasto, bem como, demonstrou se comportar de maneira menos ambivalente que a irmã diante dos conflitos familiares.

Para ela, o padrasto não exercia qualquer função paterna, considerando como pai e referência afetiva o senhor Daniel, que a criou desde o nascimento até a aproximadamente seus oito anos. Mantinha ainda com ele uma relação de muito carinho e afirmou só não residir com ele, em virtude de não gostar sua vida rotina boêmia.

A jovem relatou adorar a mãe, mas não suporta o fato dela se deixar conduzir pelo companheiro, sr. Sílvio, razão pela qual prefere passar a maior parte do tempo fora de casa e não estabelecer com a mãe um diálogo mais íntimo.

O período em que ficava fora de casa, Carla perambulava pelo bairro com amigos. Foi então que passou a freqüentar o Jepiara e a realizar as oficinas educativas no GMB. No grupo de jovens, fez novas amizades e as considerava uma segunda família, dividindo com elas as angústias que trazia de casa.

Praticamente no mesmo período, Carla passou a freqüentar também a rádio comunitária, local que despertou seu interesse e no qual ela se engajou na execução dos programas, passando a ficar horas no espaço.

Envolvida em várias atividades ao mesmo tempo (dança, atividades do Jepiara, escola, rádio) Carla era uma das jovens mais ocupadas do GMB e mais ausentes do ambiente familiar. Rotina que a fazia muito bem, como afirmou na entrevista:

Ah! tia, eu me sinto bem, porque antigamente, quando eu nem fazia o curso aqui, nem ficava lá na rádio, eu só vivia na rua, direto na rua, a mamãe até me brigava, num queria nem mais eu em casa. Aí depois, eu vim pro curso, aí eu fui mudando, já fui pra rádio, já fui me ocupando com outras coisa. Agora já tenho o que fazê, não fico na rua não. De manhã venho pra cá, de terça, quarta e quinta, depois vô pra rádio todo dia, quando eu saio vô pra casa, de casa vô pro colégio. (sic)

Ainda no tempo em que tentava fazer da mãe sua cúmplice, Carla comentou sobre o namoro com um rapaz (seu primeiro namorado). A relação gerou problemas familiares, pois o padrasto não permitiu inicialmente o namoro e passou a controlar mais rigidamente os horários de estudo e de lazer dela, conforme explicou no trecho:

A minha mãe me colocô pra noite, porque meu padrasto disse que não era pra eu estudá à tarde, porque ele não gostava desse meu namorado, que eu deixei dele. Aí ele dizia que eu não ia pro colégio, é que eu não estudava aqui no Benguí, eu estudava pra longe. Aí ele dizia que eu não ia pro colégio, dizia que eu ia sair com ele (sic)

Embora não confirmasse que faltava a aula para namorar, Carla admitiu que depois do horário de aula, passeava no shopping com colegas e o namorado. Período que lembrava com alegria e que a fazia desejar, em 2007, voltar a estudar à tarde e fora do bairro do Benguí.

O namoro durou quase dois anos e depois acabou sendo consentido pelo padrasto. Foi com este primeiro namorado que Carla teve sua primeira experiência sexual, aos quinze anos. Relatou que foi muito apaixonada pelo rapaz e mesmo com os

problemas familiares, não aceitou o convite dele para morar junto, priorizando sua vida escolar e profissional, como ilustra o trecho abaixo:

Não quis morá com ele (ex-namorado) porque eu acho que ele ia me prender, sei lá. Acho que em casa, eu ainda sou mais solta que amigada, eu acho. [...] Ah, porque ia ter que cuidá da casa, ia ter que lavá roupa, fazê comida, iche. Em casa não. Em casa é assim, mas já é um ajudando o outro. Lá não, ia ser só eu. Só ia morá eu e ele. (sic)

Carla estava cursando o EJA – 4ª etapa (antigo supletivo, sétima e oitava série) e pretendia concluir o Ensino Fundamental. Não tinha planos profissionais, apenas desejava um trabalho que lhe rendesse condições para suprir suas necessidades e de sua família (mãe e irmãos), como afirmou:

Na minha cabeça eu quero trabalhá, pra comprá as minha coisas devagar, comprá uma roupa pra mim, tudo o que eu preciso e pra ajudá lá em casa também. (sic)

A jovem nunca votou; nem tinha título de eleitor. Saía bem pouco do bairro do Benguí e adorava navegar na internet, pois aprendeu a usar computador na escola (fora do bairro). Adorava dançar e se auto-descrevia como curiosa. Considerando-se parecida com a mãe, no que dizia respeito a ser estressada, falar a verdade e ser agressiva quando contrariada.

No segundo semestre de 2006, começou a namorar o diretor da rádio comunitária, ascendendo à posição de vice-diretora da mesma. Cargo que não lhe rendia lucros financeiros, mas que a encheu de orgulho e satisfação, declarando:

Tia porque agora eu já tô trabalhando lá. Antes eu não trabalhava, agora já tô trabalhando lá. Agora já sô uma das integrante da rádio, a única mulher da rádio. Eu gosto de tá lá tia, porque lá é muito legal, que muita gente que pensa que a gente só vai lá pra se diverti, mas não é nada disso não, na verdade a gente vai pra trabalhar, porque a gente trabalha muito com a comunidade aqui do Benguí e de outros bairros também, que é uma rádio comunitária. Então lá dentro da rádio, quando tem assim algum programa, sempre a gente tá dando assim comunicação, por exemplo, assim, dos jornais e também do disque denúncia, de violência contra mulher, o adolescente, tudinho essas coisa. Eu acho bacana tá lá é por causa disso. (sic)

Ao final da pesquisa de campo, Carla foi expulsa de casa junto com a irmã Mônica. O motivo da briga, que resultou nos problemas familiares delas, foi terem descoberto que seu namorado (diretor da rádio) era casado. Assim, segundo as informações fornecidas por suas amigas, após ficar sem ter onde morar, Carla estaria morando na mesma casa que o namorado e a esposa, implicada num conflito conjugal de violentas proporções.

6.4 RETRATO DE DÉBORA, 17 ANOS.

A jovem era a única que possuía dois anos de participação no Jepiara. Permanência que, segundo ela, demonstrava a dificuldade que tinha em resolver seus problemas familiares, em especial, com a mãe.

O GMB, durante este período, era como sua segunda casa e seus membros uma extensão importante de sua família, tendo a ajudado a exercitar o respeito pelas pessoas e a suportar os desentendimentos com a mãe, como descreveu no trecho:

Aprendi a respeitar os outros, qualquer coisa eu já queria brigá já. Eu aprendi a ouvi as pessoas, aprendi a falar também. [...] Quando tem muito problema lá em casa, que não tem pra onde eu ir, eu venho pra cá. (sic)

A família de Débora configura-se por mãe, padrasto e dois irmãos. Eduardo, o irmão mais velho é fruto do primeiro casamento de D. Lúcia (mãe), cujo companheiro faleceu. Viúva, a sra. Lúcia se envolveu com o sr. Pedro, pai de Débora, com quem não chegou a morar junto. Vivendo com os dois filhos na casa de sua mãe – D. Rita.

Após alguns anos, D. Lúcia se envolveu como o sr. Jonas, padrasto de Débora, com quem a mãe vive há aproximadamente oito anos e tem uma filha – Cristiane. Quando foi morar com o atual companheiro, a avó pediu que Débora ficasse morando com ela e, portanto, durante boa parte deste tempo, a jovem não foi criada pela genitora. Embora as famílias residissem lado a lado e se vissem constantemente. Como ressaltou logo no começo da entrevista:

A gente morava tudo junto, aí depois que a mamãe fez outra casa, aí a mamãe...só que é uma do lado da outra. Aí eu fiquei com a vovó e a mamãe ficou morando com o meu irmão. Mas sempre gostei de ficá mais com a vovó do que com ela. [...]. Parece que a vovó me dava mais carinho, às vezes, eu acho, eu acho... eu chamava ela de mãe, porque sei lá... A mamãe me trata muito diferente dela, agora não entendo por quê? (sic)

Débora só passou a morar com a mãe em decorrência do falecimento da avó há três anos. Mudança que evidenciou a questão que, de maneira latente, já perturbava o pensamento da jovem desde criança – Por que a mãe a tratava diferente dos irmãos? Como mencionou na citação acima.

Buscando desde possíveis razões biológicas (ser adotada) à provável transferência do desafeto com o sr. Pedro para a filha, Débora criava hipóteses para a sensação cada vez mais nítida de ser tratada diferente dos irmãos. Diferença evidenciada

tanto nas formas de tratamento quanto nas manifestações de carinho, conforme indicou no trecho abaixo:

Quando meu irmão tava lá e eu chegava, ela abraçava ele e beijava “Meu filho, não sei o quê...”. Aí a outra filha também “Minha filha, minha bebezinha, não sei o quê...”. A gente sente falta de carinho, a gente vê os outros dando carinho assim. As meninas assim até falam pra mim “Ah Débora, se desse eu te levava lá pra casa, pra ti saber o que é amor de mãe”. Égua! assim, isso dói, tu é doido moleque! (sic)

Débora só conhecia o pai por foto e guardava o desejo de conhecê-lo pessoalmente, embora acreditasse que ele não gosta dela, em virtude de nunca tê-la procurado todos esses anos. Fato que ela suspeitava ser em razão dele temer as cobranças financeiras referentes à educação dela.

Ao mudar de casa, a jovem passou a conviver com os irmãos e o padrasto, a quem chama de tio e disse não ter problemas de relação. A família vivia numa casa de alvenaria e era mantida com a renda do sr. Jonas (ferreiro), pois a sra. Lúcia (balconista) estava desempregada, cuidando das atividades domésticas.

Agravante da relação entre Débora e a mãe, encontrava-se a situação de drogadição e envolvimento com crimes do primogênito Eduardo, que além da preocupação e desgaste emocional da família, promoveu enormes conflitos entre mãe e filha.

Eduardo, além dos pequenos furtos, se envolveu no assassinato de um policial e pela cumplicidade entre os dois irmãos, Débora passou a guardar os segredos dele, mesmo o repreendendo. Assim, quando os delitos começaram a ser do conhecimento de D. Lúcia, ela culpabilizou a filha de “acobertá-lo”.

Débora atribuía o envolvimento do irmão com drogas e crimes a ele ter ido “*atrás do mais*” (sic). Expressão que usou para designar o não contentamento do rapaz com suas impossibilidades materiais. Assim, por ficar mais tempo na rua exposto à influência dos amigos, Eduardo teria encontrado no furto o meio mais rápido de obter o que desejava.

Em 2005, em função do envolvimento com o assassinato, a família teve a casa invadida por policiais no meio da madrugada, sendo vítima de agressões verbais. Foragido, Eduardo não foi preso, mas no extenso relato que Débora fez sobre o episódio de violência, o fato tornou-se uma dolorosa lembrança para ela, como demonstra alguns trechos destacados abaixo:

Eles falaram: - “Tu devia ter preparado a tua mãe, tu sabia tudo o que teu irmão fazia, não sei o quê”. Eu falei: - “Eu não sabia de nada”. Ele: - “Sabia sim, que tua acoberta ele, irmã de ladrão é puta, não sei o quê...e mãe de ladrão é safada, que sabe e fica acobertando o que o filho faz, não sei o quê...”. [...] Eles foram embora, aí falô: - “Olha pode avisar pra mãe desse Eduardo aí viu, a gente vai entregar o filho morto de vocês. (sic)

As cenas supracitadas, além de trazerem recordações de medo e angústia, fizeram Débora falar da dificuldade de estabelecer diálogo com a mãe, ao que atribuía ao jeito “fechado” da genitora, que teria pouca disponibilidade para tentar compreender as posições da filha, e também, a sua própria barreira em solicitar a escuta da mãe e de manifestar carinho.

Pela dificuldade de comunicação, os relacionamentos amorosos de Débora foram sempre escondidos da mãe, com quem afirma não conseguir entendimento, uma orientação e apoio.

As opiniões de D. Lúcia e Débora eram quase sempre opostas, pois embora ambas freqüentassem a igreja evangélica, a filha não seguia todos os preceitos da religião como a mãe. Motivo dos constantes questionamentos da genitora ao modo de vestir, aos programas de lazer e às amigas da filha.

Dos relacionamentos amorosos, nenhum houve relação sexual, pois Débora relatou não confiar nos rapazes o suficiente para entregar-se. Esperava casar formalmente, mas temia as responsabilidades e os percalços de constituir família (perda da liberdade, traição, separação).

Eu tinha vontade de noivar, depois de casar, depois ter filho, marido. Casar de véu e grinalda viu? Hum, sô chique! Mas tem vezes que eu fico pensando assim, eu acho que não, sei lá. Aí a gente cása, depois não dá certo, não sei. Pra mim quando casá tem que casá na igreja e no civil (risos) (sic)

Ela priorizava os estudos e estava cursando o segundo ano do Ensino Médio; não sabia que profissão desejava seguir, mas estar no programa Agente Jovem a fazia pensar melhor no futuro, embora não gostasse de estudar.

Débora não gostava de ler; sua diversão era ir as festa de aparelhagem no bairro e ficar passeando com os amigos. Era vaidosa e se preocupava bastante com o julgamento alheio, atitude que procurava superar para vencer seus medos e ir em direção aos seus sonhos, como expressou no relato abaixo:

Ah, antes eu tinha medo de tudo, tudo que as pessoas ...Hoje eu não penso assim.. mais no que as pessoas falam, no que elas deixam de falar. Antes eu pensava “Ah, se eu fizer isso, vão falar isso, isso, isso...”. Agora não. (sic)

6.5 RETRATO DE OLÍVIA, 17 ANOS.

Observando o grupo das jovens do Jepiara, a jovem me pareceu sempre a mais alegre nos dias de atividade educativa. Sempre sorrindo, contando piada, fazendo graça com educadoras e colegas. Quando chegava triste ao GMB, logo se percebia por seus olhos inchados (de chorar) e sua quietude incomum. Tristeza, em geral, proveniente dos problemas de relacionamento com o pai, com quem tinha constantes discussões.

A família de Olívia é constituída por pai, mãe e treze filhos, dos quais nove já são adultos e possuem família própria e, apenas quatro, residem com os pais. Dos quatro, Olívia é a única mulher dentre os irmãos. Fator que segundo ela, influenciava na “perseguição” que o pai imprimia a ela.

Seu Mário (pai) é motorista aposentado e D. Lourdes, dona de casa. A família residia numa casa de alvenaria e sobrevivia com uma renda de aproximadamente dois salários mínimos.

Do tempo de criança, Olívia não lembrava ter tido grandes problemas. Brincava bastante e a casa, com doze irmãos, era sempre repleta de conflitos cotidianos, sem muita gravidade.

A jovem considerou que somente com a entrada na adolescência começaram seus problemas familiares. O pai teria “marcação” especial com ela, por ser a única mulher entre os filhos que residiam com os pais.

Ressaltou que, de um modo geral, o genitor passou a prestar mais atenção e a controlar o comportamento dos filhos mais novos, após ter se aposentado (maior disponibilidade de tempo) e, principalmente, depois de João (irmão de Olívia) ter sido preso por porte ilegal de arma. Conforme relatou no trecho:

Com meus irmão..., ele não batia a cabeça assim não, é mais com nós pequenos, nós os filho menores dele, que ele pega mais sabe. Eu acho que também ele pega muito pelo problema que aconteceu com meu irmão sabe, que ele foi preso, com arma. (sic)

Embora afirmasse compreender as preocupações do pai e suas ações proibitivas, Olívia considerava que com ela os cuidados extrapolavam o limite do aceitável, havendo por isso discussões quase cotidianas com ele.

Nas discussões, a jovem percebia que a grande preocupação de seu Mário era a sexualidade, devido à possibilidade de que ela viesse a engravidar antes de

se casar. Por esta razão, ele controlava com rigor os horários dela e a proíbe de namorar (até mesmo na porta de casa), como relatou abaixo:

Acho que é porque eu sô mulhé e tudo, eu falo assim mesmo: - “Por que o senhor pega no meu pé? Aí os meninos saem e eu não posso!”. - “Ah é muito diferente, tu é mulher ...” Acho que é porque ele tem medo né de acontecê alguma coisa, de engravidá, essas coisa assim. [...] - “É porque é filha caçula, então tu tem que sair daqui de casa casada, como todo mundo saiu”. Entendeu? É isso que ele fala. (sic)

Em função da expressa proibição de namorar, Olívia mantinha seus relacionamentos afetivos escondidos da “vista” do pai, embora sempre desse conhecimento a ele de que estava namorando, por achar importante demonstrar que não o obedecia, ao mesmo tempo, que gostaria de sua aprovação, como afirmou no trecho:

Eu comecei com quinze anos. Escondido dele, mas só... ele sabia, eu contava pra ele, eu não tinha medo (risos). Eu contava mesmo. Eu ficava com medo, mas a primeira pessoa que eu contava era pra ele. (sic)

No último relacionamento, que durou um ano e meio, Olívia relatou que o pai chegou até a agredir fisicamente o namorado dela. Razão pela qual numa discussão ela chegou a perguntar: - “Qual é o problema? O senhor qué me comer é?”. Expressando a incompreensão das ações proibitivas do genitor referentes a sua vida sexual.

Além do controle dos relacionamentos, a jovem relatou que sofria com o que qualificava como discriminação do pai, o qual a chamava de “puta”, sempre que não aprovava seu modo de vestir e suas amizades, conforme ilustra as situações abaixo:

Ele começa a falá: - “É porque tu tá igual uma puta, não sei o quê..”. [...] Ele reclama muito das roupa que eu visto. Short assim, blusinha assim decotada. Aí ele reclama muito: - “É essa roupa fica mais para puta. Tu tá parecendo uma puta, assim”. [...] Ele faz passá vergonha na rua, qué vê quando ele me vê conversando assim com alguma amiga, colega assim, porque eu tenho muita intimidade com gay. (sic)

Em meio aos conflitos entre pai e filha, estava D. Lourdes – a mãe, que procurava apaziguar as situações, sem contrariar o marido e tentando dar suporte afetivo à Olívia, sendo a pessoa a quem a jovem atribuiu o mérito de não ter saído de casa e se deixado influenciar por amigas, para consumir drogas ou se prostituir.

D. Lourdes é evangélica e os ensinamentos religiosos eram um elemento de relação com a filha, que aprendeu a se resignar diante dos problemas, buscando enfrentá-los, sem se prejudicar, conforme declarou no trecho a seguir:

Nós sempre freqüenta uma igreja que tem lá perto de casa, na Assembléia. Se a minha mãe não fosse isso, acho que eu tinha feito muita besteira na minha vida, porque ela me dá conselho. Ela prega sabe assim, a Palavra pra mim [...] Já encontrei várias amizade ruim, pessoas que querem...que teleguiavam sabe, “Ah, Olívia faz isso e aquilo”. Eu acho que se eu fosse por teleguiação, deixá a influência me levá, acho que hoje em dia eu não era assim, eu já tinha me jogado nos vício, tudo. (sic)

Contudo, mesmo sendo a mãe uma referência afetiva, Olívia ainda sentia que tinha que manter parte de sua vida em total sigilo, já que D. Lourdes mantinha certo grau de cumplicidade com seu Mário, inviabilizando maior intimidade com a filha.

Em função dos conflitos que se instauraram com a adolescência, desde quatorze anos, Olívia buscou uma forma de não ficar totalmente à mercê das expensas do pai, passando a ganhar renda própria, através do ofício de manicura. Ressaltando:

Iche é muito ruim dependê dele, por que ele, ele, ele dá...sabe. Eu não dependo totalmente dele, eu de mim mesmo..., porque fazendo unha sabe, eu faço unha, eu mesmo compro as minhas coisa. (sic)

Para dar conta da rotina de atividades domésticas, escola, Jepiara e trabalho, Olívia estudava no turno da noite. Cursava o segundo ano do Ensino Médio e desejava ser médica, mas não tinha muita certeza deste objetivo profissional, preferindo dizer que quer se formar “*em qualquer coisa*” (sic).

Para ela, o fato de trabalhar contribuía para não ter enveredado para a prostituição, drogas e outros, considerando o trabalho remunerado para jovens de família com baixa renda uma solução e não um problema para os mesmos.

Olívia gostava muito de ler, não saía muito de casa e bem pouco do próprio bairro. Embora afirmando que a virgindade das meninas de sua idade era motivo de gozação em sua turma de amigos, revelou que esperava um “par ideal” para casar e não encontrou ninguém em quem confiasse o suficiente, para ter a primeira relação sexual, ressaltando:

Eu peço assim pra Deus pra um dia aparecê o homem..., a pessoa assim ideal pra mim, pra mim me entregá assim de corpo e alma. E ele mostrar mesmo que gosta de mim sabe. Porque pro homem querer a mulher, ele inventa..., dá o céu, a terra pra ela e pronto. Aí eu penso assim também, pra mim não sofrê assim. [...] Eu vejo muitos caso, aí eu acho que vai acontecê comigo, muitos casos assim. Eu tive isso pela minha irmã. Ah, casou, o marido dela mete muito chifre nela sabe. Fica com um monte de mulheres e ele dexô ela com duas filha. Aí eu..., parece que vai acontecê comigo..aí eu tenho assim na cabeça casar, eu ainda não penso nisso não. Eu fico pensando no caso dela assim, eu fico com medo (risos) (sic)

Ela já sonhou ser cantora gospel, mas achava que não tinha talento. Apegava-se bastante aos ensinamentos religiosos, embora não seguisse as prescrições

de sua comunidade evangélica, a saber, não beber, não fumar, não dançar, não vestir decotes.

6.6 RETRATO DE BIANCA, 18 ANOS.

Simpática, ativa e uma espécie de “líder” das jovens, desde o momento em que passei a ir regularmente ao GMB, a jovem declarou que gostaria de participar da pesquisa, embora achasse que não conseguiria.

Interessei-me em saber os motivos pelos quais não participaria e o movimento de escuta em direção a ela fez com que passássemos a conversar sobre seus problemas familiares, sem prévia preocupação com sua efetivação como sujeito deste estudo.

Desconfiada, as conversas com Bianca sempre tiveram como pano de fundo a relação com o ex-namorado e com a mãe, havendo em seus relatos mais silêncios do que palavras. Surpreendentemente nas duas entrevistas realizadas, a jovem me “presenteou” tanto com a possibilidade de conhecer sua história de vida quanto a de compreender o não-dito de seus silêncios.

Bianca é filha do casal Ricardo e Lídia e possui dois irmãos mais velhos. Os pais foram casados, por aproximadamente vinte anos, e se separaram quando ela tinha por volta dos dez anos.

Do tempo de criança, a jovem relatou com saudosismo os cuidados maternos que recebia da genitora, quando esta era responsável exclusivamente pelos cuidados com o lar e com os filhos.

Bianca atribuiu a separação dos pais, inicialmente, ao fato da mãe ter se empregado como doméstica e passado a ficar ausente de casa durante a semana toda. O emprego teria gerado melhoria da condição financeira da família, mas acarretado o ciúme de seu Ricardo e a sensação de abandono em Bianca, que enfatizou:

Acho assim que a minha criação foi muito afastada dela. E isso me prejudicô. Eu sô mais aberta assim com o papai do que com ela, porque assim na semana, ela não ficava dentro de casa. Era só eu (ênfase). Todo tempo era eu. Era uma criança dentro de casa, tinha quem tomasse conta, mas era a presença dela que não tinha. (sic)

Curiosamente, a jovem afirmou ter mais afinidade com o pai, embora não tenha tido com ele uma rotina de convívio diferente da que teve com a mãe (no período em que passou a trabalhar fora de casa), declarando:

Não posso nem falar nada, porque ele chegava, ele saía com a gente, a gente não via quase ele, a gente só via ele era mais dia de domingo em casa, porque ele saía era cinco e meia da manhã e voltava lá pras onze, onze e meia em casa. A gente tava tudo dormindo. Tirando isso, era só alegria (sic)

Posteriormente, Bianca trouxe à conversa a declaração de que se sentia rejeitada pela mãe. Sensação que, para ela, era fundamentada pelos momentos em que percebia a diferença de tratamento que a mãe dirigia (e dirige) aos filhos.

Ao destacar o tratamento diferenciado, Bianca referiu principalmente aos castigos físicos que os pais utilizam para corrigir os filhos. Com efeito, apanhar mais da mãe do que do pai, fazia com que a jovem acreditasse que, além dos problemas conjugais (ciúmes), os pais teriam se separado em função da “proteção” que o pai dispensava a ela. Assunto sobre o qual a família nunca conversou abertamente.

Sentindo-se culpada por ser um fator também contribuinte na separação dos pais, Bianca demarcou este acontecimento como uma perda afetiva significativa em sua vida, com implicações importantes em toda sua adolescência.

Com a saída do pai de casa (figura de amor e proteção), os conflitos com a mãe foram acentuados, uma vez que, além das dificuldades relativas aos irmãos (ciúmes, rivalidades, punições diferenciadas), os filhos foram inseridos no jogo de acusações do casal, promovendo uma enorme desarmonia entre a família.

Na época em que o casal se separou, Bianca pensou em morar com pai, contudo, em função dele ter ido morar com a avó dela e logo em seguida com outra companheira, acabou residindo com a mãe.

A separação dos pais também teve repercussões econômicas sobre a família, haja vista seu Ricardo ter parado de construir a casa de alvenaria em que viviam (e vivem), deixando-a inacabada, e passou a rarear a contribuição financeira para os filhos. Motivo de novos conflitos familiares.

Somada a esta situação, aconteceu de D. Lídia ficar desempregada, passando a sobreviver de faxinas esporádicas. Pela perda da condição financeira, os filhos deixaram de ter acesso a cursos, recursos materiais e até alimentação.

Neste período, pré-adolescente, Bianca passou a freqüentar a casa da madrinha, local onde conheceu seu primeiro namorado – Rodrigo (15 anos).

Inicialmente o namoro foi escondido da mãe, sendo autorizado posteriormente pela mesma.

Com o aumento da rivalidade entre mãe e filha, distanciamento do pai e estreitamento dos laços afetivos entre os namorados, aos quatorze anos, Bianca passou a se relacionar sexualmente com Rodrigo e a praticamente conviver com a família dele (pais e irmãos), ao que parece buscando suprir as necessidades afetivas de seu contexto familiar, sobre o que declarou: *“Eu só queria ficá mesmo. Eu não gostava dele. Só que depois... (pausa). Eu acho que fui ficando por carinho”* (sic)

Bianca passou a praticamente morar na casa dos pais do namorado. Com o sogro nunca teve bom relacionamento (não sabe explicar o porquê), havendo distanciamento e indiferença entre os dois. Entretanto, as relações afetivas estabelecidas com a sogra e os cunhados sobrepujam suas expectativas, funcionando especialmente sua sogra como amiga e mãe, durante o tempo de convívio, como ressaltou:

Ah, era ótima. Ela fazia coisas assim que ninguém fazia. Ela falava umas coisas pra mim que nunca ninguém chegô pra mim e falô. [...] Ela ia, se sentava perto de mim e dizia “Bora conversar?”. Muitas das vezes antes dele chegar, a gente sentava às vezes ela tava costurando e eu ajudando. Ela ia assim..., só que sempre assim, eu fugia de algumas coisas, sabe. (sic)

Rodrigo passou então a ser um “namorido” (namorado + marido), assumindo (desde os 15 anos) responsabilidade integral sobre Bianca, especialmente após passarem a se relacionar sexualmente, como expôs no trecho:

Rolou transa só depois dos quatorze anos. Véspera de ano novo (risos) (pausa longa). Eu tinha medo de me entregar assim e ele não ficasse comigo, só que ele demonstrou ser bem o contrário. [...] Ele chegava do serviço assim, e já vinha por casa e me pegava. A gente ficava aí (na casa dele), não saía. (sic)

Convivendo na casa dos sogros, a jovem relatou que seus pais nunca conversaram com ela sobre esta situação, nem tampouco sobre estudos, gravidez ou planos de vida. A sogra foi sua referência, no que diz respeito às orientações educativas, fazendo com que Bianca se sentisse acolhida e pertencente à família de Rodrigo.

Bianca ficava na casa dos sogros fazendo as atividades domésticas com os cunhados e por seu relato, parece que imaginariamente se sentia mais um dos filhos do casal, inserindo-se num jogo de transferências afetivas em que era, ao mesmo tempo, “filha” e nora, mulher e “irmã” de Rodrigo, cunhada e “irmã” dos irmãos do namorado.

Com o passar do tempo e a convivência, as relações com Rodrigo e a família dele passaram a ser permeados de conflitos, que minaram a relação do casal e culminaram em sua separação, em 2005.

Bianca relatou que os problemas aconteciam porque ela, na adolescência, desejava ter liberdade para sair e passear, e por ser muito ciumento Rodrigo não permitia. A sogra, às vezes, a “acobertava”, mas em geral também recomendava que como “mulher de Rodrigo” ela não deveria sair sozinha para se divertir.

Conflito que passou a dar a sensação de aprisionamento para Bianca, acentuando sua condição de total dependência financeira do namorado e de sua submissão (tutela) ao lugar de mulher que a família dele lhe impunha.

Como forma de ir de encontro a tais posições, Bianca passou a boicotar seu próprio futuro, deixando de ir à escola, paga por Rodrigo, para afrontá-lo ou simplesmente aborrecê-lo.

O estopim para o fim do relacionamento foi a gravidez não planejada, ocorrida aos dezessete anos. Segredo que nunca revelou a nenhum familiar (nem dele nem dela) para poder decidir o que desejava fazer sem ser obrigada a arcar com um filho que não sabia se gostaria de criar.

Por estar numa fase de desgaste conjugal, considerou que a criança iria ser um ônus para ela, que futuramente separada, teria que arcar com a criação sozinha. Assim, embora Rodrigo tenha se disposto a assumir o filho, Bianca optou pelo aborto. Fato pelo qual se culpa e tem remorso até hoje.

O aborto foi indicado por Bianca, como o segundo acontecimento de grande repercussão em sua vida, pois após o ter realizado, não conseguiu mais se relacionar com Rodrigo, acusando-o de “*ter feito isso com ela*” (sic). Expressão que usou para designar que o namorado seria o único culpado pela situação do aborto, já que foi dele a idéia de não usar preservativo e, a atitude de transferir para ela a decisão de interromper, ou não, da gravidez.

Assim, embora amando Rodrigo, o relacionamento chegou ao fim. O casal tentou reatar outras vezes, mas não conseguiu. Razão pela qual Bianca voltou a morar com a mãe e os irmãos, regressando para os problemas familiares (afetivos e sociais) anteriores.

Enfrentando as dificuldades econômicas da família, as difíceis relações com a mãe e os irmãos, e as recentes perdas afetivas (relacionamento com

Rodrigo/família e o aborto), Bianca entrou em depressão, passando o ano de 2005 isolada dentro de casa, com insônia, falta de apetite, crises de choro e agressividade.

Foi dessa forma que, através das primas, passou a freqüentar as atividades do Jepiara no GMB, razão de sua única alegria naquele período. Assim, quando a conheci, em 2006, ninguém (educadoras e amigas) compreendia por que Bianca, sendo inteligente e esperta, aos dezoito anos, não conseguia investir na vida estudantil, em cursos profissionalizantes ou qualquer projeto de vida.

No segundo semestre de 2006, ela continuava evadida da escola e estagnada na sexta série do Ensino Fundamental. Não possuía documentos pessoais como carteira de identidade e título de eleitor. Nunca votou, não gosta de ler e tem como único divertimento os passeios pelo bairro e as festas de aparelhagem que ocorrem no Benguí.

Desejava trabalhar, mas não visualizava suas possibilidades profissionais. Sendo muitas vezes tentada a entrar no mundo da exploração sexual, como alternativa para suprir suas necessidades, conforme declarou no trecho a seguir:

Ás vezes assim, quando eu fico assim com aquela necessidade assim, bate aquela dúvida: Será que eu tenho que fazê isso (prostituição) mesmo? Será que isso dá pra mim? Sabe, mas eu penso que não vale à pena. O corpo é meu, jamais eu vou botar na vitrine pra exposição de tantos homens. (sic)

7 SIGNIFICAÇÕES SOCIAIS QUE FORJAM O “SER MULHER”

Cientes das histórias de vida das jovens e, por conseguinte, do contexto social e intersubjetivo que as constituem, passaremos a discussão de suas representações de gênero, identificando as significações sociais que configuraram seu modo de conceber o “ser mulher”.

Segundo Castoriadis (1982) as significações imaginárias sociais são discursos, que configuram o modo de ser das pessoas nos diversos contextos sócio-históricos. Enquanto marcos simbólicos introjetados através da socialização da psique, elas podem ser acessadas através de nossas representações cotidianas, em nosso dizer (*legein*) e fazer (*teukhein*) sociais. Sendo assim, vejamos as significações sociais reveladas pelas representações das jovens desta pesquisa.

7.1 AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DAS JOVENS

De acordo com as entrevistas realizadas, pode-se dizer que todas as participantes definiram o “ser mulher” como pessoa diferenciada do homem, em decorrência de aspectos correspondentes à condição biológica e ao aprendizado social.

Em congruência com o caráter relacional (SCOTT, 1990; SAFFIOTI, 2004) referido sobre a discussão de gênero, as jovens conceberam a mulher no movimento de oposição imaginária ao homem, evidenciando a diferença anatômica/funcional; a orientação sexual; a função social; e a moralidade sexual, como elementos que constituem a diferença entre os gêneros.

Para Bianca, Luciana, Débora e Olívia, a condição de ser mulher está posta desde o nascimento, a partir da constatação da identificação dos órgãos genitais, os quais foram considerados símbolos naturais de “ser homem” ou “ser mulher”. Conforme ilustram os trechos abaixo:

A gente nasce e depois a gente vai se tornando pouco a pouco, degrau a degrau. [...] O sexo já é tudo né?! (sic) (BIANCA)

Ela nasce criança né, aí tem o sexo lá, daqui pra frente é que se torna. (sic) (OLÍVIA)

No que diz respeito à constituição biológica, não apenas os órgãos sexuais foram considerados ponto de referência para identificação dos gêneros, a menarca foi citada por Bianca e Luciana, como elemento indicador da passagem da condição de criança para mulher.

Com isso, a condição de ser mulher foi atrelada à noção de processo, a partir do que “ser mulher” não foi visto como algo apenas encerrado à anatomia humana, mas como resultado do desenrolar de processos funcionais (menarca) e também sociais.

Quanto aos processos sociais, as jovens se remeteram em suas representações à orientação sexual, à função social e à conduta moral como elementos que constituem o processo de forjar-se mulher.

A orientação sexual foi destacada por Mônica e Débora, as quais condicionaram ser mulher à heterossexualidade. Aspecto que delimitaria o modo de ser dos gêneros, no que tange as suas aspirações, aparência física, desejos e trejeitos. Conforme expressou Débora no trecho:

A gente nasce lá tá o sexo. Agora, quando a gente vira sapatão, ela não vira mulhé, se ela gosta de coisa de homi, ela vai sê mulhé só no sexo, mas ela não vai se torná mulhé, ela vai querer se torná homi [...] Elas (mulheres homossexuais) querem ser homi. A mulher é vaidosa, tem vaidade, gosta de coisas diferente. (sic)

Curiosamente, Débora demonstrou na entrevista que, apesar de indicar a condição de ser mulher como um processo não definido apenas pelos fatores biológicos, gostaria que assim o fosse. Exaltando em suas afirmações, além da anatomia humana como um demarcador, que deveria ser incontestável para definição dos gêneros, a possível existência de características psíquicas naturais entre os mesmos, como por exemplo, a vaidade “da mulher”. Como demonstrou seu relato:

Ah, elas vestem roupa de homi, querem falar igual a homi, ter jeito de homi. Ah, eu acho isso muito feio. [...] Eu acho assim, é homi ...virá mulhé, ser gay, Meu Deus do Céu! Acho horrível. [...] Eu fico pensando...o dia que eu tivé um filho..., uma filha, ele virá fresco ou então sapatão, Meu Deus do Céu!. Ah eu não vô saber lidar não, vou dar um monte de porrada pra ele virá logo homi. [...] Ah, porque nasceu homi, tem que ser homi. Nasceu mulhé, tem que ser mulhé, pra mim é assim, mas a gente tem que respeitar a diferença dos outro né?. (sic)

O lugar social da mulher foi referido à função de mantenedora do ambiente doméstico, traduzido nos cuidados com o lar e com os filhos; bem como,

demarcado por relações assimétricas de poder entre os gêneros, expressas nas experiências cotidianas. Como ilustram os trechos destacados abaixo:

Acho que a mulhé pode ser mãe, e no dia a dia de um uma mulhé e de um homi...quanto ..as coisa doméstica, com certeza a mulhé faz melhor que o homi. Acho que sem comparação. Cuida dos filhos, né?. Também o homi não faz isso. [...] Numa família normal, a mãe fica cuidando dos filhos, cuida da casa, cuida de tudo, mas só que também a mulhé tem que ser independente. (sic) (BIANCA)

Eu acho assim, sabe deveria ser igual pros dois, mas sempre é a mulhé que faz, que cuida dos filhos, porque os homi acham que não sabem direito e a mãe não, tem cuidado de cuidá das crianças. (sic) (OLÍVIA)

Nos relatos de Carla, Débora e Mônica, além da menção ao lugar doméstico da mulher, foi dada ênfase à insatisfação com a percepção de que, para homens e mulheres, a realidade parece não ter o mesmo pesar de obrigações e responsabilidades.

Como um destino de fatalidades, a comparação entre os gêneros compreendeu representações nas quais o sofrimento e a sensação de aprisionamento, foram atrelados imaginariamente à condição de ser mulher, concebida enquanto condição existencial peculiar e inerente apenas a ela. Conforme ilustra o relato de Débora:

Ah, sê mulhé é muito difícil. Meu Deus do Céu! Que mulhé passa uma barra, iche, muito grande. Ainda mais quando ..tem filho. Mulhé sofre muito, muito, muito mesmo. Sofre muito mais que homi, mas por outro lado é bom sim. [...] Eu queria sê homem. Acho que se nascesse de novo, eu queria sê homi. Tu é doido! Mulhé sofre muito. [...] Homi gosta muito de impor as vontade, gosta muito de impor as idéia assim, as coisa assim sobre a mulhé. Se o homi falar que quer aquilo é aquilo. (sic)

Destacando-se que, entre tais relatos, Mônica trouxe também o exemplo de outra forma de relação entre os gêneros, a qual denominou de “diferente”, uma vez que parecia contrariar as condutas previstas socialmente para eles. Conforme descreveu:

Tem homi que faz sim, por exemplo, o meu tio, marido da minha tia. A minha tia já é diferente, ela vai trabalhá e ele fica em casa cuidando dos filho, aí os dois trabalham e eu fico cuidando dos filho, quando ele não vai trabalhar, porque ele trabalha aqui no Benguí, ela trabalha pra fora, em casa de família. Quando ele não vai trabalhá, aí ele fica com os filho dele, cuida, limpa a casa, ele que lava roupa. Ela vai trabalhar. Então ele lava roupa, limpa a casa. Só não faz comida. [...] É muito difícil a senhora vê um homi trabalhando, lavando roupa, porque ele fala que isso é coisa de mulherzinha, é de mulhé, até as crianças mesmo tem esse preconceito, porque se o homi pega uma boneca é porque o homi é fresco, se a mulhé pega um boneco... (sic)

Este aspecto trouxe à tona a questão quanto à existência de certas prescrições normativas para os gêneros, reguladas pela sociedade. A partir do que, tornou pertinente pontuar-se que, em suas representações sobre ser mulher, quatro entrevistadas não indicaram nenhuma atividade pública como, por exemplo, votar, estudar, trabalhar, fazer política ou participar de movimentos sociais, como atividades condizentes a este gênero. Sendo suas afirmações predominantemente voltadas para as atividades domésticas.

Das referências ao âmbito público, apenas Bianca e Mônica suscitaram esta questão em suas entrevistas, citando somente o trabalho remunerado como uma possibilidade de expressão do ser mulher.

Vale ressaltar que em ambas, a referência ao trabalho remunerado foi seguida de comentários quanto ao preconceito vivido pelas mulheres, seja através da proibição de exercer trabalho remunerado, impostas por seus companheiros, seja através de impedimentos ao exercício de certas funções ou, seja pelas formas “sutis” de depreciação verbal da mulher que trabalha. Como ilustram os comentários abaixo:

A mulhé faz e os homi não reconhecem ela, e fica as piadas e ás vezes, nem dexa trabalhar.[..] Ela pode trabalhá no serviço dela e ainda existe o preconceito. (sic) (BIANCA)

O homem pode trabalhá em qualquer coisa a mulhé não, né?! Sempre a mulhé tem mais dificuldade de trabalhar, por exemplo, agora não, negócio de ônibus, mulhé não podia ser motorista, agora que tá coisando, a mulhé não pode trabalhá nisso, não trabalha naquilo. (MÔNICA)

Um aspecto interessante está contido no depoimento de Mônica, que ao falar de preconceito, demonstrou perceber os efeitos dele em ambos os gêneros, citando também as impossibilidades do homem no exercício de certas atividades consideradas socialmente femininas, sobre o que declarou:

Homi não pode trabalhá em manicure, porque é de mulhé. Como o meu tio fez minha unha e falô que não queria que ninguém subesse... (sic)

Exemplo que, por parecer ir de encontro ao considerado habitual em sua realidade familiar e comunitária, fez com que a entrevistada retomasse a heterossexualidade como condição de ser mulher ou homem, incluindo a procriação como “prova” factual da masculinidade do tio, que vivencia um relacionamento

conjugal em situação que denomina de “diferente”. Conforme ressaltou, ao continuar o relato sobre o tio e sua habilidade de manicura:

Não queria que ninguém subesse porque ele é homi, é homi mesmo, tem os dois filhos dele. Fez até a unha da minha tia, que é mulhé dele, fez da minha irmã e fez a minha, só que ele disse que não queria que ninguém subesse que foi ele que fez. [...] Iam chamar ele de gay, que o pessoal tem muito preconceito né?! Aí ele não queria que ninguém subesse. (sic)

Subjacente a todas as entrevistas, mas explícitos nos relatos de Carla e Olívia, a questão da moral sexual também foi pontuada como fundamental no processo de forjar-se mulher. A partir do que “ser mulher” foi considerado aprender e se comportar mediante regras morais, nas quais o papel ativo da mulher no jogo de sedução sexual, a prostituição (compreendida apenas na situação de necessidade econômica) e o envolvimento em vários relacionamentos afetivos, concomitantemente, foram vistos como indesejados. Como se pode perceber no relato a seguir:

Mulhé não pode saí por aí correndo atrás de macho. Mulhé que é doida saí se agarrando, se esfregando. [...] Ela não deve se prostituir também. Vendê seu corpo, acho que a própria pessoa que faz isso não acha legal, só faz mesmo por necessidade. [...] Tia, eu acho assim que essa situação de homi arrumá mulhé, porque homi pode arrumar uma cinco mulheres assim numa festa, se a mulhé for fazê isso ela fica mal falada. Acho que isso não pode pra mulhé. (sic)

Proposições também enfatizadas por Olívia, para quem ser mulher estaria relacionada com a idéia de valor, enquanto investimento moral que a própria pessoa se dá ou que os outros atribuem. Neste sentido, o valor de cada mulher estaria relacionado ao exercício das virtudes - respeito e dignidade, atrelados estritamente à conduta sexual da mulher e não ao conjunto de suas potencialidades como pessoa. Conforme ilustra esta passagem da entrevista:

A mulhé...acho assim, ser mulher é sabe...se dá valor ainda mais. Eu sô uma pessoa assim, sô muito brincalhona, me dô com vários tipos de pessoa, mas eu acho que sei dá valor no meu corpo, na minha vida. Porque eu vejo cada menina assim que nem sabe se dá valor, sabe. Aí eu acho que ser mulhé é sabe se dá valor a si mesmo, saber respeitar a si mesmo, porque tem várias meninas que não se dão valor [...] Tem meninas amostrando já o que não era pra mostrar. Meninas que assim, andam se oferecendo pra homi. Acho que ela não dá valor a si mesmo. (sic)

Com efeito, as representações de gênero de Carla e Olívia demonstraram que entre as prescrições sociais para os gêneros, também estão incluídas as condutas sexuais, nas quais parece haver uma assimetria moral reguladora da sexualidade de

homens e mulheres, traduzida nas diferentes conotações que o número de envolvimento afetivos, a traição, o investimento declarado na conquista sexual e a exposição do corpo, possuem quando relativo a um ou outro gênero. Fazendo do tolerável na conduta masculina, abominável na conduta das mulheres, como exemplificou Olívia:

A mulhé, ela cai ali, ali ela fica suja, mal-falada, entendeu? E o homi já não é assim. Porque assim, o homi já sabe como se defendê e a mulhé não, ela fica mal-falada “Ah, essa daí é isso e aquilo”. [...] Quando acontece alguma coisa assim do tipo, ela se oferecer, se jogar pro homi, aí fica todo mundo falando dela: - “Ah, essa muleca é oferecida!”. Aí o homi não, já não fica feio pro homi isso, porque o homi faz parte. (sic)

Desse modo, as representações de gênero possibilitam afirmar que, para as jovens do Benguí, ser mulher foi significado imaginariamente como condição existencial demarcada tanto pelo órgão genital e, processos biológicos como a menarca, os quais lhes possibilitam a função procriativa; quanto por processos sociais, a partir do que, ser mulher é constituir orientação heterossexual, função social, predominantemente, doméstica e maternal, e moral sexual “virtuosa”.

Representações que considero serem formas de apropriação imaginária das significações sociais de gênero, estabelecidas na modernidade com o modelo do *two sex-model* (COSTA, 1995), a partir do qual foi legitimada a diferença sexual como demarcador da existência de dois seres humanos diferenciados.

Diferenciação utilizada como justificativa para o estabelecimento da divisão sócio-moral, a partir da qual os gêneros foram encerrados à dicotomia público-privado e a sexualidade atrelada à reprodução. Tornando esta última, identificada com a genitalidade e a heterossexualidade, os quais foram instituídos como padrões morais. (LOYOLA, In: HEILBORN, 1999)

Discursos sociais que demonstraram vigorar entre as representações das jovens, em diferentes graus e de diferentes maneiras. Mas que possibilitam inferir-se que os gêneros foram concebidos, a partir dos lugares sociais organizados pela divisão sexual e social do trabalho (SAFFIOTI, 1976), nas quais, predominantemente, ainda são conferidos às mulheres atributos domésticos e maternos, e aos homens, atributos de provedor, de autoridade familiar e de cidadão (atividades públicas).

Divisão sexual-social que, pelas peculiaridades históricas descritas na revisão de literatura (capítulo II), corresponde ao modelo patriarcal de relações entre os gêneros, o qual se estrutura no imaginário social como um conjunto de significações

complementares que dão suporte para a manutenção de suas prescrições normativas. Como exemplifica as enunciações de Mônica sobre os lugares sociais de gênero que visualizou em seu cotidiano.

Ao citar a situação de um casal “diferente”, isto é, com funcionamento contrário lugares sociais instituídos, Mônica não deixou de enfatizar que, apesar das tarefas domésticas, o tio mantinha sua masculinidade. Condição para ela determinada pela orientação heterossexual, cuja prova factual seriam os frutos da procriação (filhos). Ressaltando sua posição de homem (patriarcal), que poderia ser “abalada” pela execução de tarefas consideradas “*coisa de mulher*” (sic).

A partir do que se percebe que ser homem, como ser mulher, situa-se na encruzilhada entre a procriação, a heterossexualidade e as condutas sociais cotidianas, nas quais, transgredir os demarcadores sociais, como, por exemplo, homem desempenhar atividades domésticas e maternação; e mulher, trabalhar e ser provedora da casa (havendo um companheiro) pode ser visto como certa ameaça à orientação sexual, às relações de poder e por fim, ao enquadramento como mulher ou homem.

No que diz respeito à mulher, as articulações entre estas significações sociais parecem conter ainda outras especificidades, que compõem o lugar doméstico feminino. Para o que me remeto às proposições de Petit (1994) e Muraro (1995), que ressaltam na construção deste lugar social, o entrelaçamento entre as significações sociais de família nuclear, monogamia, domesticidade da mulher, além do amor romântico e o amor materno, como balizadores do ser mulher na interseção entre os afazeres domésticos e maternais, reificados como atributos naturais deste gênero.

A atribuição maternal como característica feminina, de acordo com Chodorow (1978) e Badinter (1995) foi construída socialmente na modernidade. Assim, mediante a dicotomia público-privado e ao entrelaçamento das significações de amor com os ideais patriarcais, pode-se dizer que a maternidade se tornou uma significação social, a partir da qual ser mulher é também ser mãe, compreendido enquanto sacerdócio feminino, demandante de paciência e dedicação, dada a analogia entre as santas religiosas e a figura da mãe.

Considerando a magnitude que a significação de maternidade tomou na modernidade, ressalta-se a persistência da relação entre ser mulher e ser mãe nas representações de gênero das jovens, nas quais maternar foi considerada função melhor desempenhada pelas mulheres e tomada como habilidade natural, que confere a elas um lugar existencial de sofrimento, como citou Débora; de aprisionamento a uma rotina que

lhes cerceia a liberdade de ir e vir, como destacou Mônica; e de perda do direito a não se subjugar à vontade do companheiro, conforme relataram Débora e Mônica.

Assim, acredito que as jovens internalizaram discursos sociais que configuraram para elas, predominantemente, um lugar social de mulher doméstico, maternal e relacionado com o âmbito público, muito mais pela necessidade de sobrevivência econômica do que pelo gozo dos direitos, da racionalidade e das vicissitudes cívicas dos cidadãos.

Em suas representações, apenas através da necessidade financeira de subsistência, elas indicaram perceber a relação da mulher com a esfera pública. Ótica parcial sob a qual elas parecem não se projetar como sujeito de direitos plenos.

Posicionamentos que fazem ressaltar o sistema patriarcal na organização simbólica não apenas do âmbito privado, mas como substancialmente alicerçado no sistema capitalista (SAFFIOTI, 1976) que, com a industrialização, promoveu (e promove) a divisão sexual do trabalho, ao separar o local de produção (público) e reprodução (privado), reduzindo as famílias às relações de pessoalidade (BRUSCHINI in: AZEVEDO; GUERRA, 1993).

Por fim, além da vigência destes discursos sociais, as representações de gênero possibilitaram ainda se identificar significações sociais relativas à conduta sexual entre os gêneros.

Percebeu-se que a moral patriarcal foi apontada como normativa para os gêneros, na qual são vigentes os princípios da monogamia, a virgindade e a fidelidade (RAGO, 1991) e por isso, estigmatizados: o papel ativo na sedução sexual, a infidelidade e o envolvimento sexual da mulher com vários parceiros.

Condutas não apenas indesejadas, mas motivo de muitas mulheres serem rotuladas de “prostitutas, galinhas”, entre outros (GASPAR, 1985; BRASIL, 2004; SILVA, [200-]).

Desse modo, as representações que destacaram a conduta sexual da mulher, denotaram que, não seguir as prescrições patriarcais, é ser amoral. Significando a condição de ser mulher como o exercício da virtuosidade (da obediência) moral.

Significado no qual a prostituição foi enquadrada por Carla como conduta indesejada, provavelmente, por ser figuração de auto-regulação da sexualidade, prazer e papel ativo na sedução. Valores incongruentes com a moral patriarcal, na qual, embora considerada “menos pecaminosa” se motivada pela necessidade financeira

(RAGO, 1991; BRASIL, 2004), de toda forma, a prostituição faz alusão a imagem de mulher que se contrapõe à “santa”, doméstica-maternal das “moças de família”.

Com efeito, Carla e Olívia demonstraram estar implicadas na visão moral que desqualifica condutas sexuais fora dos demarcados pela cultura patriarcal, agregando à noção de mulher a de valor, enquanto o exercício das virtudes morais relativas estritamente à conduta sexual e não as demais potencialidades humanas.

Posicionamentos que me remeteram a argumentação de Petit (1994) sobre a questão da valoração da mulher na modernidade, na qual a autora propõe que, implicada na função de esposa e mãe, a valoração da mulher passou a ser demarcada por três valores, a saber, a razão, a utilidade e a virtude, articuladas da seguinte maneira.

Por ser considerada possuidora de menor racionalidade, à mulher foi atribuída imagem indolente e dependente (tal como às crianças), por isso sua utilidade foi atrelada unicamente à procriação da espécie e manutenção da família. Da associação destes dois fatores, sua virtude passou a ser mensurada unicamente por seu comportamento sexual, sendo mais virtuosa quanto mais submissa for a sua função doméstica e maternal.

Padrão moral que restringiu a virtuosidade da mulher a sua conduta sexual e contribui para o entendimento da existência do que diversos autores (MATOS, 2000; SAFFIOTI, 2004; SILVA, [200-]) denominam de dupla moral sexual, definido por Silva ([200-], p.6) nos seguintes termos:

No macho, em termos de sexualidade, “nada pega”, do contrário, enaltece. A moral sexual manifesta-se segundo um duplo padrão social de complacência com as extravagâncias masculinas e um olhar muito severo com as mulheres.

Sendo assim, considero a dupla moral sexual uma significação social presente nas representações de gênero das jovens, as quais demonstraram perceber uma desigual valoração de poder e hierarquia entre os gêneros, a partir do que ser mulher ainda corresponde a ser vigiada e punida de maneiras explícitas, ou sutis, ao subverter as normas sexuais vigentes. Conforme propõe Foucault (2003) e demonstrou Olívia, em seu linguajar:

*Tem um homi arriando assim na muleca assim e tal. Pra ele não fica feio, agora vai a mulhé arriar no homi! Pra ela fica feio. “Égua, a muleca, a mulhé mesmo arriando no cara, **nem espera o homi arriar nela**” (sic)*

7.2 VALORES PATRIARCAIS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO

Explicitadas as significações sociais identificadas nas representações de gênero das jovens, esta categoria temática, não tem como objetivo acrescentar nenhuma novidade à análise dos discursos sociais, a partir dos quais elas concebem a condição de ser mulher.

Contudo, para subsidiar a discussão sobre a relação entre as representações de gênero e a noção de adolescência, será feito destaque aos valores patriarcais identificados nos relatos sobre a educação familiar e as projeções conjugais das jovens.

De acordo com as informações sobre suas relações familiares, percebeu-se que todas as jovens, manifestaram sentir diferenças de tratamento e/ou atribuição e/ou imposição de regras de comportamento, em função das diferenças de gênero expressas por seus cuidadores no cotidiano das famílias, através de múltiplos dispositivos como, por exemplo, na delegação de responsabilidade pelas tarefas domésticas. Como ilustra o relato abaixo:

Só faz, às veze, varrê e arrumá. Ele (o irmão) diz que tem mulher em casa então não tem porque ele tem que fazê essas coisa. (sic) (BIANCA)

A realização de atividades domésticas não foi o único aspecto que demarcou como desiguais as relações de gênero na família. Estas também foram expressas através do controle diferenciado dos cuidadores sobre a circulação dos filhos no espaço público e, o envolvimento afetivo-sexual deles. Conferindo maior liberdade aos filhos e mais restrições às filhas, como ressaltaram, respectivamente, Débora e Carla:

Ele chega a hora que ele quer, sai pra onde quer. Depois quando passa dos dezesseis, que o homi passa dos dezesseis, já é quase ele que manda na vida dele, inda mais se não tivé pai. A mulhé não. A mulhé pra podê sair tem que voltá cedo, a mãe qué que dez horas eu já teja lá em casa. [...] Mulhé não fica quase na rua, mas também tem menina na rua, mas é porque assim..., mãe não qué saber, que tá assim desguiada (sic)

Os menino a mãe libera mais cedo, sai a hora que qué. Nem precisa levá a namorada em casa pra pedir. A mulhé não, é tudo diferente. [...] Iche, ela tem que levá o namorado. Tem que ter horário pra chegá e sem poder sair também, essas coisa. Eu acho que os pais acham que as filhas tem que sê mais protegida que o homens, que o homens sabem se cuidá. Mulhé não, mulhé é meio indefesa. [...] A mamãe não dexa a gente sair pra passeá, assim pra fazê nada. Só pra ir pro curso, pro colégio, essas coisa. (sic)

Assim, as representações de ser homem e ser mulher foram delineadas nas regras sociais transmitidas através das relações familiares, bem como, repassadas através do discurso dos pais e de sua colocação frente às questões das filhas, ou seja, da maneira como serviram (e servem) de marcos de identificação primária. Como por exemplo, das referências de Luciana sobre a situação de sua mãe não lhe ensinar o que designou por “*essas coisa de mulher*” (sic).

Com efeito, através das referidas diferenças de gênero impressas nas delegações domésticas; na relação de poder; no controle sobre a sexualidade e circulação no espaço público; e nos ensinamentos parentais, percebe-se que a educação familiar das jovens demarcou relações de gênero alicerçadas no modelo de relação patriarcal, no qual:

Há uma forte assimetria de forças, profunda hierarquização de papéis masculinos e femininos, com a prevalência de valorização do masculino e concomitante separação entre esferas pública e privada (mantendo-se o masculino do lado público e o feminino do lado privado, excluído ou subordinado, por sua vez, à esfera pública). (MATOS, 2000 p. 40)

Análise que, de acordo com alguns autores (ENGELS, 1995; MURARO, 1997) possibilita se pensar na associação entre a família e o patriarcado, configurada historicamente com organização sedentária de vida, o advento da propriedade privada e o estabelecimento da monogamia, a partir dos quais a sociedade ocidental foi instituída como “norma social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 4)

Desse modo, as representações de gênero revelaram que os discursos familiares nos quais as jovens foram socializadas, guardam ainda importante grau de comprometimento com o sistema patriarcal. Sendo possível ainda hoje, a despeito das mudanças sociais ocorridas entre os gêneros (HOBSBAWN, 1996), vislumbrar seu atravessamento no processo de forjar-se mulher das entrevistadas, ratificando as observações de estudos recentes sobre a família brasileira (BERNARDES, 1995; NARVAZ; KOLLER, 2006).

Assim, de acordo com o contexto familiar apresentado em suas histórias de vida, observa-se a existência do discurso patriarcal personificado na figura de pais, mães, padrastos, uma vez que, atrelavam as responsabilidades domésticas predominantemente às filhas, desobrigando os filhos homens de implicação no âmbito privado; demonstraram controle exacerbado sobre a sexualidade das filhas, para quem,

por exemplo, engravidar antes do casamento e ter amizades com homossexuais (no caso de Olívia) contrariavam as normas sociais patriarcais vigentes em seu contexto social – casamento, recato, obediência, heterossexualidade (MURARO, 1995).

Assim, considerando o caráter relacional do gênero (SAFFIOTI, 2004), ressalto que o discurso patriarcal não foi visto como uma prerrogativa dos homens, mas também como significação social reproduzida pelas mulheres em suas diversas relações sociais. Razão pela qual entendo que as cuidadoras das entrevistadas (mães biológicas ou não, e outras) não foram coadjuvantes no processo de socialização das jovens, espelhando para elas (em palavras e ações) um lugar social de domesticidade e de auto-imagem atrelada à fragilidade, que assegura aos homens o lugar de “protetor” e “responsável” pela vida da mulher (suas escolhas, ações, projetos).

Da mesma forma, no que se referem às idealizações de construir a própria família, as jovens apresentaram menções à significação social de família patriarcal, enquanto o modelo nuclear burguês, constituído por pai, mãe e filhos. Conforme ilustra o trecho a seguir:

Eu tinha vontade de noivá, depois de casá, depois ter filho, marido. Casar de véu e grinalda viu? Hum, sô chique! Mas tem vezes que eu fico pensando assim, eu acho que não, sei lá. Aí a gente casa, depois não dá certo, não sei. Pra mim quando casá tem que casá na igreja e no civil (risos) (sic) (DÉBORA)

Ideal de família que veio revertido também com o ideal amoroso romântico²¹, nos quais amor, confiança, ideal de parceiro como completude existencial, foram citados pelas jovens como critérios para uma união estável. Como exemplifica o relato de Olívia, abaixo:

Eu peço assim pra Deus, pra um dia aparecer o homem..., a pessoa assim ideal pra mim, pra mim me entregar assim de corpo e alma. E ele mostrará mesmo que gosta de mim, sabe. (sic)

Contudo, o amor e as idealizações românticas que açucaravam o sonho de construir uma família, não descaracterizaram o receio das jovens em assumir relacionamentos de maior compromisso (afetivo e social). Haja vista, também destacarem suas percepções quanto às desilusões das mulheres de seu contexto social e familiar. Conforme declarou Olívia:

²¹ O leitor interessado na discussão sobre o amor romântico pode consultar o livro de Jurandir F. Costa, intitulado *Sem fraude nem favor. Estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Eu tenho medo de sofrer. Eu tiro isso pela minha irmã. Ah! Casou, o marido dela mete muito chifre nela, sabe. Fica com um monte de mulheres e ele deixo ela com duas filha. Tá com outra mulher já amigado. Parece que a outra já tá até grávida dele. Ai eu..., parece que vai acontecer comigo..ai eu tenho assim na cabeça casar, eu ainda não penso nisso não. Eu fico pensando no caso dela assim, eu fico com medo (risos) (sic)

Desse modo, pode-se dizer que as representações de gênero referentes à educação familiar e aos ideais amorosos das jovens, foram fortemente implicadas por valores patriarcais, transmitidos no processo de socialização delas.

Valores que foram pautados também na articulação imaginária entre a significação social de família e a de amor, articulados de tal maneira que acredito, contribuem, sutilmente, para manutenção da ordem simbólica patriarcal, uma vez que, socializadas em relações patriarcais, em seus relacionamentos amorosos, elas projetaram um lugar social de mulher submisso ao marido. Como demonstraram os relatos a seguir:

Não quis morá com ele (ex-namorado) porque eu acho que ele ia me prendêr, sei lá. Acho que em casa, eu ainda sou mais solta que amigada, eu acho. [...] Ah, porque ia ter que cuidá da casa, ia ter que lavá roupa, fazê comida, iche. Em casa não. Em casa é assim, mas já é um ajudando o outro. Lá não, ia ser só eu. Só ia morar eu e ele. (sic) (CARLA)

Ah, o homi não, ele vai trabalhar, o homi não se sente preso, porque assim..., o homi vai trabalhar, ele tem a mulhé dele, né. Mas sempre o homi se sente mais solto, mais livre, porque a mulhé tá cuidando do filho, não pode ir embora, porque tem que dá de mamar. O marido não, ele diz: - "Olha vou pra tal canto" e vem a hora que quiser, entendeu? (sic) (MÔNICA)

Representações que podem ser remetidas a reprodução de um contrato sexual, que segundo Pateman (1993 p. 11-17), é pouco citado, mas fundamental na manutenção de relações hierárquicas e assimétricas de poder entre os gêneros, conforme ressalta a autora:

O contrato sexual nunca é mencionado. Ele é uma dimensão suprimida da teoria do contrato [...] A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal. Embora a teoria do contrato social seja contada como uma história sobre a liberdade. [...] O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social, é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno.

Com efeito, através destas representações, pode-se dizer que a educação familiar contribuiu para as que as significações sociais patriarcais configurassem a concepção de mulher das jovens, as quais também reverberam sobre seus ideais amorosos, através dos quais elas visualizam o lugar dependente, submisso e doméstico

que poderão ocupar ao constituir sua própria família. Como ilustra o depoimento de Carla:

Não quis morar com ele (ex-namorado) porque eu acho que ele ia me prendê, sei lá. Acho que em casa, eu ainda sô mais solta que amigada, eu acho. [...] Ah, porque ia ter que cuidar da casa, ia ter que lavar roupa, fazer comida, iche. Em casa não. Em casa é assim, mas já é um ajudando o outro. Lá não, ia ser só eu. Só ia morar eu e ele. (sic)

7.3 ADOLESCÊNCIA E MORATÓRIA DE GÊNERO

A noção de adolescência se apresentou como categoria teórica pertinente a esta pesquisa, desde o momento de sua formulação como projeto. Optando por não partir, a priori, de enquadramentos teóricos propostos pelas teorias psicológicas do desenvolvimento, as participantes foram denominadas de jovens para indicar sua faixa-etária diferenciada (prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente). Deixando-se a definição delas como adolescentes ou não a cargo dos resultados da pesquisa. Motivo pelo qual o tema foi transformado num dos tópicos do roteiro das entrevistas.

De acordo com a análise das informações, as entrevistadas se auto-definiram como adolescentes, identificando de maneiras diferenciadas, aspectos considerados peculiares a esta fase do desenvolvimento, tais como: o crescimento do corpo, as mudanças cognitivas, a ampliação das relações sociais e início dos relacionamentos amorosos.

Das seis entrevistadas apenas Olívia e Luciana ao falar em adolescência enfatizaram as transformações físicas e psíquicas que perceberam em si mesmas. Como ilustra o relato de Olívia a seguir:

Porque tá saindo da infância para a adolescência já. Tá deixando a vida de criança e aí já adolescente pensá mais na vida. [...] Comigo foi assim, eu era muito infantil, muito criança mesmo, depois que eu peguei meus quatorze anos, que eu comecei a pensár mais na minha vida, o que eu queria. Antes eu só vivia na rua brincando, comecei a pensá. [...] É na adolescência que ela vai sabê o que é o bom e o melhó pra ela. Ela vai sabê pensá. (sic)

As demais, para além das mudanças físicas, psicológicas e sociais atribuídas à fase de desenvolvimento, relataram ser submetidas à tutela de seus cuidadores e, polemizaram questões sobre a escolarização e a necessidade de trabalhar

no período atual de vida. Aspectos que sem dúvida podem ser remetidos ao que, Santos (1996), descreve como a noção moderna de adolescência, composta pela discussão da descontinuidade entre o mundo infantil e o adulto; participação nos processos produtivos sócio-econômicos; a escolarização e a preparação para a vida profissional; a crise identitária; a normatização social; e, a questão da cidadania regulada; entre outros.

Para as demais, Bianca, Mônica, Débora e Carla (e também Olívia) as principais afirmações giraram em torno da noção de liberdade, proveniente da percepção que fazem da adolescência enquanto um período de divertimento, de vivência de experiências amorosas descompromissadas. Conforme ilustra a citação a seguir:

Adolescência é..época deu ir pra escola, deu poder saí, deu ter minha liberdade, porque depois se eu tiver marido, ter filho, eu não vô ter mais a liberdade que eu tenho. [...] Hoje eu vivo essa liberdade de ir pro canto que eu quiser. Aonde eu vô, onde eu quiser ir, a mamãe me prende um pouco, mas tenho.... (sic) (MÔNICA)

Especialmente aqui, destaco a interface da noção de adolescência com a questão de gênero, uma vez que, curiosamente, esta fase da vida, considerada de gozo da liberdade, não foi evidenciada como oposta à vida adulta propriamente dita, isto é, contraposta a todo o acúmulo de obrigações civis, familiares, profissionais, imputados com o crescimento. Mas, sobretudo, como um período oportuno e “irresponsável”, que antecede o fatídico destino de aprisionamento a que as jovens serão submetidas na vida de mulher casada (de maneira formal ou não).

Sendo assim, a adolescência foi vista como suscetível ao término ou à interrupção, a partir do momento em que a jovem ascenda ao “lugar de mulher” traçado socialmente (âmbito doméstico), cuja via de acesso primordial é o relacionamento amoroso heterossexual. Como demonstraram o depoimento de Carla, anteriormente, e ainda os depoimentos abaixo:

Assim Roberta, eu perdi metade da minha adolescência namorando, namorando entendeu?! Eu me prendi, eu me prendi, eu era presa. [...] Adolescência é podê se divertir sem ter que pedi (para o companheiro), sem ter que tá em tal lugar tal hora, depois em tal lugar e ficar nessa responsabilidade. Isso eu tive muito cedo (sic) (BIANCA)

Ás vezes, eu fico com raiva (do pai) porque eu tô já com..., vamo dizê eu já vô fazê dezoito anos, eu quero aproveitá a vida porque daqui pra frente eu posso arranjà marido, já basta o meu pai pra me prendê, marido não. (sic) (OLÍVIA)

Assim, percebendo que a palavra liberdade foi amplamente usada para designar a adolescência como tempo de diversão e de experiências amorosas descompromissadas. Este aspecto tornou-se centro de minhas elaborações teóricas, na medida em que percebi que a adolescência estava remetida à idéia de “moratória social”, que segundo Marguilus ([19--], p. 43):

Alude a un plazo concedido a cierta clase de jóvenes, que les permite gozar de una menor exigencia mientras completan su instrucción y alcanzan su madurez social y económica. Es un periodo de permisividad... La moratoria tiene referencias históricas y sociales: en el siglo XVIII comienza a perfilarse cierto sector juvenil como una capa social que goza de alguns privilegios, y poco a poco, pero sobre todo a partir de la segunda mitad del siglo XIX.

Contudo, nos relatos das participantes, a liberdade adolescente não seria totalmente uma “moratória social” como afirma o autor supracitado. Pelas informações analisadas, as adolescentes indicaram que visualizam essa “menor exigência, essa permissividade” estritamente dirigida às relações amorosas e às “obrigações” maternas e domésticas que compreendem ser da mulher, ao que denomino a adolescência então de moratória de gênero, atestando a especificidade do grupo pesquisado.

Assim, pode-se dizer que elas vêem a adolescência como uma fase de provisória suspensão do lugar de mulher, socialmente forjado no calor das significações patriarcais. Matéria-prima que as fabrica como indivíduos sociais, através das relações familiares, conforme apresentei anteriormente.

Desse modo, compreende-se que para elas não há “liberdade de” – não ter tantas responsabilidades adultas, mas uma “liberdade para” – experimentar condutas afetivo-sexuais, circular no espaço público, desempenhar atividades públicas (estudar) e desfrutar divertimentos “sem” cerceamento de ir e vir, antes de assumirem eminentemente um relacionamento conjugal heterossexual (formal ou não) e com ele, seu lugar doméstico-maternal.

Havendo, curiosamente, a sensação de serem menos “aprisionadas” sob a égide da autoridade do pater-famílias personificada por seus cuidadores, do que sob a autoridade que atribuem ao companheiro em suas projeções conjugais. Conforme relatou Mônica, no trecho abaixo:

Ah! O homi não, ele vai trabalhá, o homi não se sente preso, porque assim..., o homi vai trabalhá, ele tem a mulher dele, né. Mas sempre o homi se sente mais solto, mais livre, porque a mulhé tá cuidando do filho, não pode ir embora porque tem que dá de mamá. O marido não, ele diz: - “Olha vou pra tal canto” e vem a hora que quisé, entendeu? (sic)

Com efeito, apesar de representarem os gêneros a partir das significações patriarcais transmitidas por sua educação familiar e, projetarem relacionamentos amorosos nos quais ocupariam, predominantemente, um lugar doméstico. Compreendo a ênfase da adolescência como moratória de gênero, como uma forma de resistência imaginária à reprodução dos discursos que as socializaram, isto é, uma forma de confronto imaginário entre as significações sociais patriarcais e igualitárias de gênero, e entre os discursos instituídos e o movimento instituinte do imaginário radical, o qual possibilita sermos sujeitos, ao estabelecer formas diferenciadas e únicas de elaboração dos conteúdos que nos constituem como indivíduos sociais.

Resistência, que acredito, foi promovida por dois fatores: a presença de valores igualitários de gênero (SAFFIOTI, 2004) no contexto social, como por exemplo, a noção de relacionamentos descompromissados e outros, que serão elencados, posteriormente; e a capacidade do imaginário radical de produzir novos sentidos ao que está instituído, conforme propõe Castoriadis (1982).

Ambos, fatores que demandaram a necessidade de se produzir outro capítulo de discussão, no qual serão aprofundadas as reflexões sobre os elementos subjetivos e contextuais, que singularizaram as representações de gênero das jovens e, por conseguinte, tonificaram, de maneira peculiar, os discursos sociais que identificamos como pertinentes ao seu imaginário social.

8 SUBJETIVANDO O GÊNERO: FORJANDO-SE MULHERES

Nesta pesquisa, utilizou-se a expressão forjar-se mulher com dois objetivos discursivos, a saber: expressar o posicionamento de que a diferença entre os gêneros foi considerada criação sócio-histórica, que permeia os diversos arranjos culturais, conforme propõe Castoriadis (1982); e, destacar com o verbete mulher (singular) que, a despeito das peculiaridades pessoais e culturais, em cada lugar e tempo, existem discursos sociais hegemônicos que dão tonalidade à concepção do ser homem e ser mulher.

Este último capítulo tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre o processo do forjar-se mulher, abordando as dinâmicas subjetivas que fomentaram as representações de gênero das adolescentes²², uma vez que, considerando as proposições de Castoriadis (1982), o psiquismo humano é constituído por um imaginário implicado pelos conteúdos sociais, mas também, radicalmente fluxo psíquico que possibilita a colocação de novos sentidos aos que está posto como ordem simbólica.

Com efeito, paradoxalmente determinado e indeterminado pelas múltiplas possibilidades de significar a vida, acredito que o forjar-se mulher constitui também em forjarem-se mulheres. Pluralidade que advém da perspectiva de que, para cada ser humano nomeado mulher, inscrever-se nas prescrições culturais dos gêneros, seja também um movimento singular produção de sentidos e articulações psicossociais peculiares. Tornando cada uma, exemplar único de uma coleção existencial (dinâmica que concebo para ambos os sexos) na medida em que, as representações de gênero são constituídas de maneira peculiar por cada uma.

Assim, chamo a atenção nesta discussão para os aspectos psicológicos pertinentes às histórias de vida. Sobre os quais se destaca a relação das dinâmicas familiares, do contexto social e as elaborações individuais das adolescentes com suas representações de gênero.

8.1 TRAMAS AFETIVAS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO

²² - Os sujeitos neste capítulo serão referidos como adolescentes, atendendo ao critério de sua própria auto-definição, explicitada no capítulo anterior.

Considerando a caracterização da família enquanto núcleo diferenciado, espaço de intimidade e privacidade, cuja função social foi ampliada da transmissão do nome e dos bens aos herdeiros para a atenção “moral e espiritual formadora dos corpos e almas” (ARIÈS, 1978 p. 277), no contexto dos discursos sociais modernos Bruschini (in: AZEVEDO; GUERRA, 1993), ressaltou o grande impacto dos pressupostos freudianos sobre a compreensão do sujeito e da família.

Apontando para dimensão psicológica imersa às relações familiares, Sigmund Freud destacou a família para além de seus demarcadores econômicos, sociais e culturais, evidenciando-a como “uma complexa teia de vínculos e emoções, que se expressa simultaneamente através do ódio e do amor”. (BRUSCHINI, s/a in: AZEVEDO; GUERRA, 1993, p. 62)

Assim, concebendo a importância da psicanálise para a compreensão das dinâmicas familiares, serão apresentadas leituras psicodinâmicas das histórias de vida das adolescentes. Ressalvando-se que implicitamente alicerçam esta discussão, a perspectiva de alguns autores (CASTORIADIS, 1982; COSTA, 1995; GARCIA-ROZA, 1998; KEHL, 1998; MEZAN, 2000), que apesar de atestarem a importância teórica de Freud, apresentaram críticas ao que avaliam como implicações patriarcais nas formulações conceituais freudianas como, por exemplo, a noção de família restrita ao modelo nuclear burguês; a sexualidade feminina referenciada pela diferença anatômica entre os sexos; a homossexualidade como “inversão” das identificações sexuais.

Dito isto, passaremos à discussão das dinâmicas familiares das adolescentes, sobre as quais foi possível visualizar a inscrição subjetiva dos discursos sociais, mediante aos registros afetivos e ideativos singulares que influíram sobre suas representações de gênero. Considerando os pressupostos teóricos de desenvolvimento psicosssexual e de internalização dos discursos sociais, apresentados na revisão de literatura (capítulo I)

Pra mim parece até que eu já tô meia adulta já, que parece que eu não tive nem infância, nem nunca nem... (pausa), foi muito diferente comigo. [...] Morei com a minha tia, passei semanas com a minha avó e passava os dias assim... [...] Eu tenho que fazê por mim, quando meu tio não tá por perto, eu tenho que fazê por mim, se eu não fizer por mim, ninguém vai fazer. (sic)
(LUCIANA, 14 anos)

Considero esta passagem de texto expressiva do significado imaginário latente a toda a narrativa da história de vida de Luciana, a qual girou em torno da tônica da sensação de desamparo.

Criada durante alguns anos longe da genitora, Luciana constituiu um sentimento de desatenção materna, atenuado pela maternagem da tia, com quem estabeleceu grande afinidade e identificação.

Deste processo, a tia parece ter se tornado o primeiro modelo de identificação para Luciana. Exemplo de mulher que, além do âmbito doméstico, também tinha projeção no espaço público, desempenhando uma carreira que lhe garantia sustento e quiçá, realização pessoal.

Convivendo com a organização familiar acima referida, a adolescente apresentou em suas representações a possibilidade de maleabilidade entre os atributos sociais destinados aos gêneros, aspecto contrastante com ideais de sua genitora.

Os conflitos que se delinearão, acerca das relações de gênero na família, se tornaram o elo afetivo com o padrasto e podem ser compreendidos também como a revivência do processo edípico na adolescência, compreendido enquanto exercício de abdicção do prazer (amor incestuoso pelos pais) e submissão ao princípio da realidade, o que habilita o indivíduo à compreensão das normativas que o transcendem.

Em sua história de vida, Luciana parece ter remetido imaginariamente o momento de separação fusional da mãe (Édipo infantil) à separação real ocorrida (ir morar com a tia), dando-lhe a sensação de que a genitora a “substituiu” como objeto de amor pelo padrasto (sr. José). Articulação que pode ser explicativa do desamparo revertido sobre o sentido de abandono que ela anunciou em sua narrativa, da hostilidade inicial relativa ao padrasto e, de sua acentuada ambivalência (amor e ódio) pela mãe, a quem sempre remeteu suas queixas de “falta” (de carinho, de atenção, entre outros).

Contudo, com o desenrolar do processo edípico, Luciana tornou o padrasto objeto de amor, aceitando sua interdição na relação com a mãe. Dinâmica afetiva atravessada também pela rivalidade entre os irmãos e, pelo conflito entre os valores identificatórios, que protagonizou na infância e as da adolescência, haja vista na primeira configuração haver, supostamente, mais igualdade entre os sexos e na segunda, o lugar de mulher ser fortemente demarcado pela domesticidade.

A genitora de Luciana, embora seja provedora e chefe de família, pareceu revestir a atividade pública do trabalho mais com o sentido de garantia de

sobrevivência, do que um projeto de realização pessoal. Evidenciando por seus discursos e condutas na educação familiar a crença nos balizadores patriarcais.

O padrasto, em meio às dificuldades de relacionamento com a mãe, tornou-se uma figura de maternagem e paternagem da adolescente, sendo também um importante exemplo para Luciana, que percebia nele (como na tia) outra proposição nas relações de gênero e a possibilidade de não reproduzir integralmente o modelo patriarcal, a exemplo de sua interdição sobre a possibilidade de Luciana vivenciar uma relação conjugal na adolescência, assumindo o lugar de “mulher” (doméstico).

Lei paterna que Luciana incorporou para si e que a mantinha, até o fim da pesquisa, convicta de continuar virgem (durante a adolescência) para não engravidar ou abortar, como faziam várias de suas amigas, devido ao desconhecimento ou da não utilização dos métodos contraceptivos. Desejando continuar a estudar.

Dinâmica intersubjetiva que acredito tem relação com as representações de gênero apresentadas por Luciana, nas quais se observa como proeminente a coexistência de significados advindos de prescrições patriarcais e de modelos igualitários de gênero, dada sua trajetória de vida.

A mamãe chegava comigo ... me humilhava muito, falava assim mesmo pra mim, que eu via que ela passava e eu ainda fiz isso com ela, “Por que eu tinha feito isso com ela?”. Que se o Sívio descobrisse ia ... Iche, foi muita coisa que ela falou pra mim. Batia na minha cara, fazia muita coisa sabe, comigo, ela ficava muito triste. [...] Imaginava que eu ia ser mãe, né, e falava só pra mim que eu ia cuidar do meu filho, que eu não ia deixar, que eu ia cuidar do meu filho, que eu não ia deixar ninguém bater nele, que eu ia dar tudo que ele precisava sabe, não ia fazer nada que ele não quisesse. (sic)

(MÔNICA, 16 anos)

A biografia da adolescente pode ser resumida nos elementos trazidos neste trecho da entrevista, a saber: agressão, submissão, repressão, culpa e amor.

Mônica descreveu, tanto no relacionamento de seus pais, quanto no de sua mãe com o padrasto, como naturais (mas não desejáveis) as agressões físicas e psicológicas estabelecidas entre os casais.

Referiu o genitor com carinho, mas atribuiu a função paterna ao padrasto com quem convive desde os oitos anos de idade, aproximadamente.

Sua narrativa trouxe a tônica da dependência e sujeição feminina como lugar social atribuído à mulher, o qual percebeu desde criança ser figurado por sua mãe nas relações conjugais, através das quais, pela dependência financeira (autoridade ao provedor); pela distribuição desigual de funções e poder; pela naturalização da sujeição

e domesticidade da mulher no discurso transgeracional familiar; a mãe submeteu-se aos mandos e desmandos dos companheiros.

Transgeracionalidade evidenciada, por exemplo, no ato falho que Mônica produziu ao dizer “*ele (marido) batia nela, ela se mandava pra casa do meu avô (...)* Ele ia buscar ela de manhã, que o vovô dizia: - ‘Ah, vai pra casa do teu **pai**, ôô, vai pra casa do teu **marido** minha filha” (sic), no qual as funções de pai e marido foram confundidas pela provável articulação imaginária entre a tutela e autoridade, que ambos exercem sobre a mulher dentro do modelo patriarcal de relação.

Segundo relatou Mônica, D. Paula sempre buscou companheiros para “assumir” a responsabilidade sobre ela e os filhos (casando com eles, mesmo sem dizer amá-los). Assumiu durante alguns anos a chefia da família, período no qual trabalhou regularmente, por necessidade. Disposição que não manteve por muito tempo, ao que parece não ser o trabalho um desejo pessoal.

Ela e os filhos foram sempre colocados à mercê dos provedores, assim, tomando este posicionamento materno como uma “impossibilidade” de escolha, a adolescente mantinha um sentimento de gratidão pelos “sacrifícios” de D. Paula e isso, somado aos preceitos religiosos propagados pela mãe, especialmente, a resignação, fazia Mônica reprimir seus sentimentos hostis em relação a ela. Falando de maneira muito contida os momentos de humilhação e agressão impetrados pela mãe.

Mônica disse compreender a atitude agressiva da mãe frente a sua gravidez, pois na sua situação “gravidez sem marido”, detonou na mãe a raiva de perceber que a filha repetiria a trajetória de vida dela. Caminho sofrido que não desejava para a filha. Mas, como quebrar esta transgeracionalidade?

Criada para manter a família a qualquer custo, Mônica foi desde criança submetida ao pacto de silêncio e aprendeu, sob duras penas, a amar o padrasto para não perder o amor da mãe (que já tinha doado um filho).

Assim, inserida numa ordem simbólica de desigualdade entre os gêneros, ela idealizava uma família sobre os mesmos ditames (obviamente sem desejar a violência sofrida), pois guardava com a mãe a cumplicidade de aceitar, que embora “ruim” para os filhos, D. Paula encontrou um marido “melhor”, tanto por ser um bom provedor, como por não abusar de bebidas e festas. Atitudes comuns em homens do bairro e em seu próprio pai.

Das vezes que a mãe separou do padrasto, a situação da família piorou afetiva e financeiramente, ocasiões em que Mônica chegou a trabalhar como doméstica em casa de família.

Portanto, da imbricação destes fatores subjetivos e sociais, a adolescente vivia à sombra da culpa. Calava a si mesma (suas angústias, hostilidades) para não contribuir com a separação do casal, não contestava e evitava falar sobre as relações de poder estabelecidas na família. Motivo provável de suas representações de gênero ser demarcadas pelas significações patriarcais impressas por suas relações familiares, especialmente através da relação com a mãe.

Tudo o que eu peço pra ela, ela diz: -“Ah, é o Sílvio.”. Por isso eu não peço mais nada pra ela também, tudo ela fala que é o Sílvio. [...] A mamãe sempre diz que eu tô errada. Diz que não é pra mim falar nada, que é pra dexar ele falando. [...] Todo mundo tem que ficá calado. Só eu que não fico tia. (sic)
(CARLA, 17 anos)

O processo edípico da adolescente parece ter sido bem diferente de sua irmã Mônica. Como mais velha entre os filhos que residiam com D. Paula, ela foi o principal alvo das agressões do padrasto.

Provavelmente, por isso, conforme indica sua narrativa, nunca se “acostumou” com o padrasto e nem delegou a ele a função paterna em sua vida. Criada sem o genitor, Carla manteve uma relação de afeto e gratidão com o Sr. Daniel, a quem remeteu o lugar paterno.

Com a mãe mantinha uma enorme relação afetiva, mas que não a furtou de contrapor-se ao padrasto, por ser extremamente contra as relações de poder entre os gêneros, estabelecidas em sua família.

A adolescente não aceitava a sujeição da mãe e sua submissão aos ditames de seu Sílvio, motivo pelo qual também não o aceitava como lugar de interdição na relação com a mãe, e muito menos, a ordem patriarcal que ele estabeleceu nas relações familiares.

Percebendo que, quer nos estudos, quer nos namoros, quer nas tarefas domésticas, remeter-se à mãe era submeter-se ao padrasto, Carla encontrou no espaço da rua a saída (literal) para a “liberdade”.

Estabeleceu uma relação distanciada da mãe; buscava investir nos estudos e no trabalho (rádio); e disse o primeiro “não” a uma possível relação conjugal com o primeiro namorado, por perceber que nela estaria predisposta a reproduzir as

relações familiares que visualizava em casa. Assumindo o lugar de mulher que sua mãe figurava e que não desejava para si, naquele momento.

Curiosamente, suas representações apresentaram a contradição de, ao mesmo tempo, demonstrarem seus questionamentos as relações patriarcais de poder e valor entre os gêneros, mas serem fortemente demarcadas por estas no que se trata da moral sexual. Contradição, provavelmente, proveniente da educação familiar da adolescente, severamente controlada em horários e namoros pelo padrasto, que apesar dos conflitos, é a autoridade legitimada em seu grupo familiar.

Quando eu era pequena, ficava pensando um bando de besteira também, falava: - “Ah eu acho que a mamãe...acho que ela não é minha mãe, acho que minha mãe é a tia”, que a tia me trata melhor que a mamãe. “Acho que quando a tia me teve, a tia me deu pra ela por coisa...”. (sic)
(DÉBORA, 17 anos)

Conforme ilustra a citação acima, a narrativa da adolescente pareceu marcada pela palavra carência e pelo questionamento de sua relação com a genitora.

A avó materna (falecida) foi a principal figura afetiva na vida de Débora, que embora conviviado muito próximo à genitora, nunca se sentiu maternada por ela.

Quando a mãe partiu para a construção de uma “nova” família com o sr. Jonas, Débora foi “deixada” com a avó, quase como um apêndice extirpado. O sentimento de desamor, que sente desde criança já a fez elocubrar imaginariamente várias possibilidades explicativas para que o “instinto maternal”, que ela acreditava ser natural, não a tenha contemplado com a afeição da genitora.

Com o falecimento da avó, a carência afetiva da adolescente piorou e no convívio direto com a mãe, cada vez que buscava afeto, deparava-se com a falta (de completude narcísica), provável justificativa do acirramento dos conflitos entre elas.

Desse modo, a questão da maternidade parece ter centralizado a organização imaginária das representações de gênero de Débora. Sem apresentar dificuldades de relacionamento com o padrasto, a adolescente estabeleceu um triângulo edípico com o irmão mais velho – Eduardo, como processo inconsciente de interditar a afetividade que sentia ser dirigida a ele (e à filha menor) e não a ela.

No bojo dos problemas criminais, que Eduardo passou apresentar, Débora se colocou como “cúmplice” do irmão (embora desaprovando suas condutas) e ocupando o lugar imaginário de mãe dele. Impedindo com isso, que D. Lúcia tivesse acesso aos problemas do filho.

Na posição de terceiro na relação entre mãe e filho, a adolescente sofria com a indiferença que a mãe dirigiu a ela, quando soube dos fatos ocorridos. Sofrimento que também parecia abarcar certo grau de satisfação em Débora, por fazer a mãe sentir-se traída por seu objeto de desejo (o filho), atestando-lhe a falta e a incompletude narcísica, que a própria adolescente vivenciava, ao sentir-se rejeitada pela genitora.

Diante desta trama afetiva, provavelmente, em função de o conflito materno ser central em sua vida afetiva, Débora ressaltou a questão da maternidade, em suas representações de gênero. Função compreendida como lugar de sofrimento e atributo feminino.

Em virtude de considerar a maternidade tão difícil e com medo de que numa relação conjugal viesse a sofrer, ao ocupar este lugar social de mulher (mãe), até o fim da pesquisa, Débora se mantinha virgem e desejava investir nos estudos, para apenas depois pensar em casamento e suas conseqüências.

O negócio é meu pai. É uma pessoa assim, sabe..., ele não sabe conversar, ele é daquele tempo antigo ainda. Ele não pega pra conversá, ele só sabe falar na ignorância. Desse jeito assim..., e me magoa muito, porque tem vezes que ele fala cada palavra assim pra mim sabe, coisas que eu não sô, aí começa a ficar discriminado, aí iche, é tudo isso na minha vida. (sic).
(OLÍVIA, 17 anos)

A narrativa da adolescente gravitou em torno dos conflitos com o genitor, significado como choque de gerações entre ambos. Como demonstra o trecho supracitado.

Criada sempre pelos pais biológicos, ela é a filha caçula (entre as mulheres) de uma família de treze filhos, educados dentro dos mais tradicionais atributos de gênero.

Sendo o pai considerado único provedor da casa, Olívia acostumou-se a ver os irmãos e a mãe submetendo-se à autoridade familiar dele, a qual também legitimou desde criança.

Olívia não demonstrou hostilidade em relação ao pai, compreendendo como “normal” as imposições morais que ele faz a ela. No entanto, apesar de legitimar sua autoridade, ela vivia a contradição de - por um lado, aceitar a ordem simbólica instituída em suas relações familiares - e por outro, negar tais representações, entrando em confronto com o pai.

Em sua narrativa, Olívia destacou bastante os conflitos com o pai, principalmente, sobre o controle que ele exercia sobre a sexualidade dela. Acredito que, não por coincidência, foi a entrevistada que mais referiu em suas representações a condição de ser mulher como aprendizado moral, ressaltando também a dupla moral sexual entre os gêneros.

Assim, parece que, pelo cerceamento excessivo do pai, Olívia não passou da fase de visualizá-lo como a lei, para a de vê-lo como representante dela, compreendendo a ordem simbólica que a norteia (FREUD, 1923). Motivo pelo qual o conflito entre elas parece ser da ordem do conflito de gerações.

Contudo, Olívia ainda não percebeu que, em suas próprias representações morais relativas aos gêneros, reproduz aquilo que contesta na ordem paterna. Seu desconforto afetivo, portanto, parece provir da não percepção de seu próprio superego e ideal de eu.

Como caminho para relativa “liberdade” do pai (provedor), começou a trabalhar desde quatorze anos, buscando amenizar o “controle externo” sobre ela. Caminho que a levou a conhecer e se identificar com pessoas das mais variadas posições de gênero e identidade sexual. Valores que ela aderiu (no modo de vestir, por exemplo), mas que entraram em desacordo com sua criação familiar.

A mãe, suporte afetivo, compõe as prerrogativas patriarcais, buscando conformar a filha às restrições colocadas pelo marido. Assim, entre querer ser diferente e ser diferente do que aprendeu com sua família, Olívia vivia um enorme dilema moral, acrescido com a influência religiosa da mãe, a partir da qual o limite entre “ser diferente” (do instituído) e “perder-se” na vida mundana de bebidas, drogas, exploração sexual, parece imaginariamente bem tênue.

Representações que gravitam em torno do gênero e, que não faziam Olívia se magoar com o pai, pelo que ele proclama como regras do jogo intersubjetivo, mas por ele não lhe dá a oportunidade da moratória de gênero, isto é, experiências amorosas descompromissadas, apenas durante este período da vida. Havendo em suas projeções conjugais coerência ao seu superego (patriarcal) e, por conseguinte, a valores como monogamia, amor, casamento, entre outras.

Enquanto expressamente remetida à figura do pai, Olívia fez do estudo e do trabalho suas opções de possíveis mudanças na relação com o subjugo paterno, acreditando travar uma batalha de gerações, que pode ser também uma batalha dela contra uma parte dela mesma (severidade de seu superego).

Eu penso assim, eu não tinha pra onde correr. Eu olhava prum lado, olhava pro outro e era só ali que eu tinha gente pra me consolar, me dar força. Aí ele foi um braço forte do meu lado. [...] Ele foi meu namorado, meu amigo, meu confidente, meu conselheiro. Ele era tudo e que eu perdi. (sic)

(BIANCA, 18 anos)

Nos relatos da adolescente, carência, desamparo e desorganização afetiva foram os sentimentos, que perpassaram trechos de sua entrevista, conforme ilustra a citação acima.

Criada em relações familiares patriarcais, os lugares sociais, doméstico-maternal da genitora e provedor-autoridade do genitor foram concebidos por Bianca além de naturais, uma organização afetiva que trazia felicidade e bem-estar.

Razão pela qual o emprego da mãe, a separação do casal e a “desorganização” das funções supracitadas, foram negativamente sentidas por Bianca que, provavelmente estando na fase do complexo edípico, desenvolveu forte hostilidade pela mãe e grande amor pelo pai.

Com a separação dos pais, assunto nunca debatido abertamente pela família, Bianca cristalizou esta divisão afetiva (hostilidade/amor), provavelmente pelo percalço da separação ter ocorrido na época em que, vivendo seus desejos incestuosos pelo pai e a disputa com a mãe, a separação ter ficado imaginariamente como objetivação de sua onipotência narcísica (poder do pensamento), guardando por isso, o sentimento de culpa, por achar que contribuiu para separação dos pais (FREUD, 1923).

Com a saída do pai de casa, a relação com a mãe piorou, dada a falta de diálogo e as dificuldades financeiras. Fazendo com que logo na entrada da adolescência, Bianca procurasse em suas escolhas amorosas, reproduzir as relações de gênero vividas em seu contexto familiar, rememoradas como um “tempo feliz”.

Assim, com o namorado Rodrigo, ela reproduziu as posições de lugar doméstico-provedor, havendo, no entanto, pela carência de maternagem, também a transferência das relações paternas e maternas para membros da família do namorado.

A transferência, neste sentido, é compreendida como “processo no qual os desejos infantis inconscientes se atualizam sobre determinados objetos. [...] Trata-se de uma repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada” (LAPLANCHE, 1998, p.514)

Desse modo, durante os anos de relacionamento, a sogra estabeleceu uma relação de maternagem sobre Bianca que conflitou, no entanto, com as restrições

que a adolescente passou a contestar ao ocupar efetivamente as atribuições sociais de ser mulher em pleno desenvolvimento adolescente.

Permeada pelos valores de outros grupos (amigos, escola, outros), com o avançar da adolescência, Bianca não gostou de não usufruir a moratória de gênero e passou a estabelecer confronto com o namorado (e indiretamente com a sogra), atacando sua autoridade familiar.

Enquanto namorado, constituído marido e desempenhando funções de cuidador de Bianca, por exemplo, custeando seus estudos, saúde e tudo mais, Rodrigo foi também, irmão, pai e mãe dela durante o relacionamento.

Assim, quando Bianca fez o aborto; o relacionamento acabou; e voltou ao convívio da mãe e irmãos, ela perdeu afetivamente e, materialmente, não apenas o namorado, mas personagens de sua família imaginária, a quem investiu o amor e ódio transferidos dos genitores.

Saiu do relacionamento com a noção de que a mulher “*precisa ser independente*” (sic), para não ser “aprisionada” nas relações afetivas, perspectiva que a fez admirar a mãe, mesmo diante dos conflitos entre elas.

No entanto, seu maior arrependimento foi ter percebido que, durante o relacionamento com Rodrigo, minou suas “melhores” saídas para a própria independência – o estudo e o trabalho.

Estagnada nos estudos e sem trabalhar, Bianca apresentou representações que mesclavam noções patriarcais com a necessidade de mudança nas relações de gênero. Estava, até o fim da pesquisa, tentando retomar sua vida.

Não desejava se envolver com alguém seriamente, desejando investir no estudo e no trabalho. Todavia, desanimada pelas dificuldades de trilhar novos caminhos (retomar os estudos e se qualificar profissionalmente), ela não conseguia ver as possibilidades de não reproduzir esse lugar social doméstico da mulher, que sobrevivia em suas tenras memórias.

Com efeito, a partir destas breves leituras psicodinâmicas de cada história de vida, considero que as representações de gênero não são compreensíveis apenas pelo que de discurso social elas contém, mas também são forjadas mediante a trama afetiva que se estabelece nas relações familiares. Grupo primário de identificação que segundo Freud (1905), Berger e Luckman (1983), pela afetividade implicada, servem de protótipos para as demais relações sociais.

Processo subjetivo sem o qual não é possível a internalização dos conteúdos sociais, pois é no grupo familiar (leia: arranjos familiares diversos) que, utilizando a afetividade como moeda de troca, a criança se submete à normatização social, obedecendo aos primeiros cuidadores (representantes do registro social), para posteriormente, submeter-se às regras dos demais grupos. Motivo pelo qual Freud (1923) ressaltou que o “superego é o sucessor e o representante dos pais (e educadores) do indivíduo, que lhes supervisionam as ações no primeiro período de sua vida”.

Argumento que considero pertinente para o entendimento do por que as adolescentes demonstraram se sentir “menos aprisionadas” sob a égide dos cuidadores do que sob a de futuros maridos.

Segundo Freud (1923) apesar de serem representante das restrições sociais no psiquismo, as exigências do superego são sentidas pelo indivíduo de maneira prazerosa (quando não há severidade extremada do superego), pois uma vez implicado na trama afetiva (Édipo) a obediência ao cuidador e, por conseguinte, às regras (sociais) trazem sempre subjacentes a promessa de continuar a ser amado como na tenra infância.

Obediência que parece não integralmente transposta, quando se dirige as projeções conjugais, nas quais o companheiro é visto como figura externa (ao psiquismo), que trazem exigências sociais (prescritivas para o lugar social de mulher) num momento em que as adolescentes esperam gozar a moratória de gênero, isto é, suspensão do enquadramento aos lugares patriarcais entre os gêneros.

Sendo assim, pode-se dizer que há certa transgeracionalidade entre as representações de gênero dos cuidadores (sua visão de mundo) e as adolescentes, a qual, no entanto, pode ter múltiplas reverberações subjetivas, pois podem produzir movimento de repetição ou mudança das escolhas identitárias, como se pode visualizar no caso das irmãs Mônica (repetição do lugar social de mulher, figurado pela mãe) e Carla (busca por modificação do lugar social de mulher, figurado pela mãe).

Assim, pelas diferentes tramas afetivas explicitadas, foram produzidas tônicas diferentes às representações de gênero das adolescentes. Havendo ênfases diferenciadas sobre a discussão de gênero, conforme a história de vida das participantes, como, por exemplo, conflitos sobre a maternidade, no caso de Débora; sobre as questões morais relativas à sexualidade, referidas por Olívia e Carla; sobre a relação de poder entre os gêneros, destacados por Mônica; e, sobre a oscilação entre atributos patriarcais e igualitários de gênero, trazidos nas representações de Luciana e Bianca.

Com efeito, pode-se dizer que embora compartilhando significações sociais semelhantes, cada arranjo familiar, acertos, negociações afetivas também influenciou sobre a forma de representar a condição de ser mulher das adolescentes, estabelecendo, em graus variados, as reproduções imaginárias dos discursos sociais e a elaboração de posicionamentos subjetivos.

Assim, o forjar-se mulher torna-se um processo de reverberação (leia-se produção, elaboração) plural, fazendo do encontro entre a sociedade e o fluxo psíquico um produtor de significados imaginários singulares, tornando peculiar a cada adolescente o modo de representar a condição de ser mulher (e homem).

8.2 CONTEXTO SOCIAL E HETERONOMIA

Seguindo a lógica da interface psique-sociedade, não se considera que apenas as dinâmicas afetivas são explicativas das peculiaridades, que contemplaram as representações de gênero das participantes. Por isso, vejamos o que o contexto social suscitou no processo de forjarem-se mulheres das adolescentes.

De acordo com Castoriadis (1982) a heteronomia é uma consequência inevitável do processo de socialização da psique, que o torna apto ao convívio social, através do que pode explicar a vigência dos valores patriarcais nas representações de gênero das adolescentes.

Vigência que não se estabeleceu apenas através das relações privadas, familiares, mas que também se alicerça em elementos presentes no cotidiano do contexto social das entrevistadas. Neste sentido, utilizando as informações sobre a escolarização e profissionalização das adolescentes como âncoras nesta discussão, vejamos alguns aspectos da realidade sócio-econômica, cuja reverberação se considera importante em suas representações de gênero.

Diante do quadro de escolaridade das participantes, apresentado na metodologia, percebeu-se que o relato delas, com relação à importância da escolarização, não condizia com o contexto escolar que vivenciavam e a visão de futuro que projetavam, de atraso escolar, evasão escolar ou acentuada imprecisão das

profissões a serem exercidas. Conforme declarou Olívia na expressão “*quero me formar em qualquer coisa*” (sic).

Da mesma forma, a profissionalização incentivada principalmente através do Jepiara, apresentou a mesma contradição entre o discurso e a prática, evidenciado, por exemplo, pelo fato de apenas Olívia utilizar os ensinamentos das oficinas para começar a ter sua própria renda mensal e, todas as outras adolescentes, não utilizarem nenhum dos aprendizados sobre – pintura, manicura, biscuit, reciclagem, para inserção no mercado de trabalho.

Panorama estudantil-profissional, que considero um frágil investimento no âmbito público, decorrente do lugar doméstico e maternal, remetido prioritariamente à mulher nas representações de gênero das entrevistadas.

Contudo, fazer tal formulação sem ampliar suas possibilidades explicativas, pareceu ser parcial e reducionista. Sendo necessário destacarmos outros aspectos do contexto social que parecem exercer implicação sobre suas representações.

No contexto familiar das adolescentes, nenhum dos cuidadores possuía formação escolar completa. As genitoras desempenhavam, em geral, trabalhos domésticos remunerados, informalmente, e os genitores desenvolviam trabalhos manuais. Situação que corresponde à maioria da população do Benguí, conforme foi demonstrado na metodologia.

Em comparação com os resultados de Lamarão e Maciel (2006), cujo estudo analisou a sociabilidade de mulheres do Benguí, demonstrando que nas famílias pesquisadas o número de filhos era grande e, as mulheres realizavam trabalho doméstico como meio de subsistência; pode-se dizer que a realidade da família das participantes desta pesquisa, embora tenha apresentado redução no número de filhos, manteve a característica quanto à produção da subsistência.

Assim, não sendo um estudo metodologicamente sobre a família, acho prudente não avaliar como os cuidadores incentivam, ou não, a escolarização e a profissionalização das filhas (o que mereceria uma nova pesquisa), mas acredito ser pertinente considerar que os modelos identificatórios disponíveis no contexto familiar e social, nos quais as adolescentes se espelhavam, apresentam timidamente outras possibilidades subjetivas e sociais às mulheres para que extrapolem seu lugar doméstico. Mesmo quando desempenham trabalho doméstico remunerado, extra-lar.

As atividades produtivas que desempenhavam, por serem predominantemente de cunho doméstico, são desvalorizadas na cultura patriarcal, fator

contribuinte para que sua capacidade de provedoras seja considerada sempre auxiliar a do homem e em alguns casos, não promotora de mudanças nas relações de gênero. Assim, o trabalho parece assumir, para algumas mulheres, o caráter estritamente da necessidade, não engajado ao projeto pessoal de vida. Dinâmica na qual o casamento (formal ou não), acaba perpetuando-se como o principal do ideal. Razão pela qual, segundo Sarti (1996, p.78) “o trabalho da mulher está subsumido no desempenho do papel de mãe/esposa/dona-de-casa”.

Funcionamento social do qual as adolescentes e seus cuidadores são apenas uma amostra micro-social, do que está instituído por uma estrutura macro-social (significações), na qual patriarcado e capitalismo se articulam mutuamente.

De acordo com Martins (1997) e Netto (2001) a organização societária capitalista contribuiu para a divisão de classes, a desigualdade de oportunidades sociais e para a manutenção de milhões de brasileiros em condições precárias de sobrevivência.

O capitalismo, enquanto modo de produção e organização social produziu, segundo Saffioti (1976), a divisão social do trabalho, sobre a qual o patriarcado mantém a dicotomia público-privado. Havendo com isso, estreita relação entre fatores sócio-econômicos e as relações de gênero.

Com efeito, mediante esta articulação de fatores, considero as contingências sociais apresentadas pelo bairro do Benguí (precariedade de serviços e moradia, desemprego, outros) elementos que restringem o acesso das adolescentes às oportunidades de escolarização e trabalho (de qualidade); contribuem para o não usufruto de todos os benefícios que o espaço público pode proporcionar ao cidadão (direitos políticos, mínimos sociais, entre outros); tornam o trabalho uma perspectiva de subsistência e não aspiração pessoal; bem como, tornam as iniciativas das mulheres que se lançam ao trabalho demasiadamente sacrificantes, visto que, situadas em bairro periférico, elas não dispõem de bases de apoio (RIZZINI; CASSANIGA, 2000) que colaborem para que o trabalho feminino não seja associado como causa dos conflitos familiares, conforme apontam diversos autores (CALDEIRA, 1984; SARTI, 1996).

Contexto que, por estas especificidades, potencializam a reprodução da assimetria hierárquica entre os gêneros, ditadas pelo sistema patriarcal, tornando menos eloqüentes outras possibilidades de representação dos gêneros.

Além disso, as dificuldades sócio-econômicas comuns à população do Benguí (LAMARÃO; MACIEL, 2006) também foram consideradas pelas entrevistadas fator que promovia, ou agravava, os conflitos familiares, havendo em cinco das seis

famílias, algum membro envolvido com drogas, com crimes e contatos com o universo da prostituição, nas quais a violência (em suas várias vertentes) também se apresenta como fator que demarca e é demarcado pela questão do gênero, a exemplo, das situações de violência (familiar, policial, outras) relatadas pelas entrevistadas.

Contudo, a análise das representações possibilitou visualizar-se, que no contexto social que circunscreve as adolescentes e suas famílias, há também, significações sociais que propõem formas igualitárias de poder e valoração entre os gêneros, oriundas do discurso da década de 70. Conforme afirmaram as entrevistadas abaixo:

*Ah, tia quero primeiro estudar, me formar e depois eu penso em casar.
(CARLA) (sic)*

A mulher tem que ser independente (BIANCA) (sic)

A partir do que se observa que, embora familiar, a socialização não se desenvolve apenas neste grupo, sendo um processo que se desenrola, segundo Beger e Luckmam (1985), em duas etapas específicas, a saber, a socialização primária e a secundária.

A socialização primária se processa na infância, tem como principais agentes os pais (representantes) e, pela forte base afetiva, marca profundamente o indivíduo por toda sua vida. Conforme analisamos anteriormente.

A socialização secundária ocorre se sobrepondo à primária. Introduce no indivíduo em novos setores do mundo social, através dos amigos, do local de trabalho, grupo religioso, entre outros.

Desse modo, segundo os referidos autores, ambos implicam em internalização de sistemas simbólicos, cujas identificações podem, ou não, ser contraditórias entre si. Sendo por isso, a adolescência considerada um período de constantes encontros e desencontros identificatórios entre as significações internalizadas nas relações familiares e demais grupos sociais.

Conforme as informações obtidas sobre o contexto social das adolescentes, destacaram-se como grupos secundários na socialização os amigos do bairro e o grupo Jepsiara.

Os amigos eram moradores do Benguí, distribuídos entre os colegas da escola, da vizinhança e do Jepsiara. Tinham idades variadas e condições sócio-econômicas semelhantes as das entrevistadas. Foram destacados como importantes no

aconselhamento amoroso, nas festas, nos passeios e no compartilhar de dúvidas e angústias sobre sexualidade.

O grupo Jepiara também foi pontuado como significativo em suas vidas, por apresentar, concomitantemente, a possibilidade de agregação adolescente (amigos), a informação sobre temas “tabus” (sexo, gravidez, aborto, entre outros) e a disposição de educadoras sociais, que funcionavam imaginariamente como uma segunda família, substitutos parentais para as adolescentes (que as investem de afeto e autoridade).

Partícipes da socialização secundária das adolescentes, as integrantes do Jepiara/GMB também serviam indiretamente como exemplos de mulheres, moradoras do Benguí, que buscavam formação escolar e profissional; participavam do Grupo de Produção (cooperativa de renda mensal); promovem eventos engajados com as questões sociais (principalmente as feministas), e com isso, também atuavam nas representações de gênero das adolescentes.

Com efeito, a convivência com homossexuais, com mulheres que geram a própria renda (Grupo de Produção do GMB), as discussões temáticas sobre sexualidade (e outros temas) promovidas pela equipe Jepiara, a mídia, a moda, os exemplos de casais heterossexuais, que começam a adotar um modelo igualitário de gênero (como o citado por Mônica), novos códigos de relacionamento como o ficar (CHAVES, 2001), que elas vivenciam com seus pares; são elementos cotidianos que também concorriam subjetivamente para pequenos questionamentos aos valores patriarcais dispostos em suas representações de gênero.

Tais elementos sócio-históricos estão disponíveis na sociedade ocidental, desde as transformações de gênero ocorridas na década de 70 (HOBSBAWN, 1996), as quais têm introduzido na sociedade brasileira mudanças nos alicerces patriarcais que estruturam relações familiares, conjugais, trabalhistas. Promovendo segundo Matos (2000, p. 59), a existência sempre conflituosa entre a tradição (patriarcal) e as novas relações sociais entre os gêneros, dentre as quais:

Diferenças ou “novidades” equilibram a assimetria atualmente: mulheres chefiando lares, homens desempregados desempenhando atividades domésticas, mulheres na arena política, em altos cargos de comando. Fazendo com que, apesar de muito do antigo esquema permanecer, as transformações de gênero não possam ser subestimadas.

De acordo com Arán (2003) fatores como a inserção da mulher no mercado, as sexualidades homoeróticas, a contracepção, possibilitam novas formas de

representar as relações de gênero, constituindo diante da desigualdade imposta pelo patriarcado um paradigma igualitário, no qual homens e mulheres não gozem dos mesmos direitos e oportunidades apenas juridicamente (SAFFIOTI, 2004).

Desse modo, o contexto social das adolescentes pode ser considerado como demarcado pela coexistência entre significações patriarcais e igualitárias de gênero, na qual a participação de amigos, e do grupo Jepiara/GMB, influi ativamente no processo de socialização, potencializando, minimamente, o questionamento aos valores patriarcais vigentes sobre as representações de gênero.

Com efeito, a partir de suas representações compreende-se que o contexto social contribui maciçamente para a heteronomia frente à ordem patriarcal, afetando o investimento delas em propostas educativas/profissionalizantes, e o usufruto amplo do âmbito público como possibilidade de identificação e projeto de vida. Contudo, este contexto também tem promovido tímidas inserções nos discursos sociais que propõem outras possibilidades no jogo de forças entre os gêneros.

Inserção tímida, pela proeminência dos valores patriarcais na educação familiar e na organização produtiva, mas de reverberação subjetiva nas entrevistadas, que na adolescência, resistem imaginariamente, de diferentes maneiras e graus, a assumir o lugar doméstico e maternal de mulher, permitindo-se (em confronto com os cuidadores) vivenciar experiências afetivo/sexuais descompromissadas e, perceber a importância do estudo e da profissionalização para as mulheres.

A partir do que podem elaborar outras possibilidades de representar a mulher, seu lugar social e sua moral. Embora isto, necessariamente, possa não refletir sua realidade cotidiana, como foi analisado anteriormente, acerca de seu investimento no âmbito público.

Ressaltando-se que, embora considerada importante, a relação entre os fatores sociais e as representações de gênero, não se preconiza a articulação generalizada entre a classe social e a heteronomia, acreditando-se que este arranjo de elementos supracitados são possibilidades explicativas dos casos ilustrativos desta pesquisa. Podendo ser pertinentes, ou não, em outros contextos sociais.

8.3 SUBJETIVANDO O GÊNERO: QUAL A AUTONOMIA POSSÍVEL?

Ao provocar uma “ferida narcísica” no pensamento racional moderno concebendo o inconsciente no psiquismo humano (HALL, 2001), Freud promoveu não apenas a derrocada da ilusão de termos o domínio sobre nós mesmos, mas também a de que poderíamos ser considerados apenas efeitos dos condicionantes sociais.

Assim, se as argumentações sobre as significações sociais hegemônicas; sobre o contexto social que circunda os indivíduos; e, sobre o atravessamento dos fatores sócio-históricos nas representações imaginárias “individuais”, são fundamentais para todo estudo que se proponha compreender o ser humano na interface psique-sociedade, virar a moeda e discutir o que nós, como fluxo imaginário indeterminado (CASTORIADIS, 1982) apresentamos ao social, também o é na mesma proporção, pois como destaca Levisky (1998, p.176):

Freud em “Introdução ao Narcisismo” (1914), afirma que o indivíduo é o escravo, o beneficiário e o herdeiro de uma cadeia intersubjetiva, formada por uma rede, em que parte dela é constituinte e parte, constituída.

A partir das proposições de Castoriadis, pode-se dizer que subjetividade e autonomia se correspondem, na medida em que, pela elaboração psíquica há possibilidade de se questionar as verdades instituídas, adotando-as e modificando-as (em diferentes graus), enfim, posicionando-se frente a elas de maneira reflexiva.

A elaboração psíquica compreendida como o trabalho de “integrar as excitações no psiquismo e em estabelecer entre elas conexões associativas” (LAPLANCHE, 1998 p.143), possibilita, portanto que, frente ao social, haja atividade ao invés de pura passividade, fazendo da autonomia não um ideal inatingível, liberdade de tudo que nos precede e constitui, mas uma relação esporadicamente qualificada com o mundo social inscrito em nós enquanto indivíduos.

Desse modo, ao analisar as histórias de vida à luz das proposições acima referidas, percebi que diante do contexto social de coexistência de valores patriarcais e igualitários de gênero, cada adolescente além de confrontar-se com um conjunto de elementos que singularizam suas representações de gênero, ao mesclar os discursos sociais às trajetórias peculiares de vida (trama afetiva familiar; fatores sócio-econômicos do contexto social; e grupos secundários de socialização), também se defrontam com um elemento radicalmente particular – o movimento instituinte do imaginário radical, isto é, apresentaram sentidos oriundos de sua própria elaboração psíquica.

Desse modo, o elemento imaginário radical nos conduz, ao final deste capítulo, a uma discussão que prescinde comentários sobre discursos reproduzidos e/ou modificados historicamente presentes nas representações das adolescentes. Mas que se dirige à possibilidade de subjetivação do gênero, na medida em que diante dos discursos instituídos (patriarcais e igualitários) e dos elementos subjetivos que os inscreveram, acredita-se na possibilidade de relativa autonomia diante da heteronomia dos indivíduos.

Autonomia que não depende exclusivamente do conteúdo discursivo que se adota, mas da posição de sujeito e objeto das verdades que se advoga. Dinâmica imaginária, que possibilita os deslizamentos dos sentidos atribuídos aos fatos, normas, ações, palavras, que não são fantasias, mas que operam na realidade cotidiana dos sujeitos produzindo um mundo psíquico único para cada ser humano, que de diferentes maneiras e formas tomam o mundo não totalmente pelo que ele é (estabelecido simbolicamente), mas pelo que se imagina sobre ele.

Movimento imaginário que percebi esboçar-se nas representações de gênero das adolescentes e constituir também parte de sua resistência imaginária à plena reprodução dos discursos patriarcais, como, por exemplo, na narrativa de Luciana sobre a virgindade. Aspecto que ela não trouxe no enquadramento patriarcal da moralidade ou virtude feminina, mas que foi significado como liberdade, no sentido peculiar de defende-se da possibilidade de engravidar e ter que constituir família, “aprisionando-se” no lugar social de mulher que não desejava para si, naquele momento da adolescência. Fazendo de uma restrição (social), uma “libertação” (subjetiva) no rol de suas representações de mulher.

De maneira diferenciada, a subjetivação de Mônica pode ser pontuada pelas elaborações psíquicas que realizou durante as entrevistas, nas quais refletiu, minimamente, sobre o que foi coagida a não questionar pela mãe e o padrasto – a relação de autoridade entre marido e mulher; a autoridade de pai/padrasto sobre os filhos; e, o lugar “omisso” da mãe neste processo. Projetando, em dolorosas narrativas, não repetir com o filho as relações que vivenciou em sua família.

Processo, no qual se permitiu ser sujeito de pelo menos um por cento da sua história, resignificando-a e, estabelecendo uma outra relação com a versão de mulher, a que foi orientada e conduzida a tomar como verdade, conforme demonstrou exemplos de sua relação com a mãe.

Na dinâmica imaginária de Débora e Olívia foram identificados aspectos bem insipientes de elaboração acerca de suas histórias de vida, conflitos e representações. Angustiadas com as relações com os genitores (mãe e pai, respectivamente), não compreendiam o motivo pelo qual os discursos sobre o inquestionável amor materno, e a associação entre trabalho e independência, não produziram, em suas situações, os efeitos esperados – amor materno e liberdade da autoridade paterna. Questões que podem fazê-las refletir sobre as verdades que as socializaram e sobre a relação entre as significações de ser mulher e ser mãe; o lugar e a moral da mulher frente aos ditames patriarcais, materiais e simbólicos.

Através de experiências familiares diferentes, Bianca e Carla, demonstraram ter vivenciado, ao longo da adolescência, situações difíceis (relacionamento conjugal e relações educativas violentas, respectivamente) que as levaram a questionar suas representações de gênero, o que direcionou suas perspectivas para o âmbito público.

Embora adotar outros discursos sociais não corresponda, *per se*, a subjetivar as verdades que nos constituem. Este movimento parece ter gerado nelas produção de sentidos peculiares. Fugindo dos problemas familiares, Carla encontrou no trabalho, não um meio de sobrevivência (o que seria comum em sua situação econômica), mas atribuiu a ele um sentido pessoal de respeito e estima por si própria. Bianca, após o relacionamento conjugal, passou a repensar a configuração familiar patriarcal, que até então tinha como padrão de felicidade, encontrando-se numa crise existencial de reconstrução dos sentidos que constituem suas representações de gênero.

Neste sentido, não posso afirmar se e como tais questionamentos terão, ou não, implicações profundas e duráveis na organização da organização cotidiana de todas estas adolescentes, pois, como afirma Afonso (2001, p.53):

Ainda que a adolescência seja vista como uma fase de desenvolvimento psicossocial, cada geração de adolescentes encontra, em sua relação com a sociedade, sua matriz de possibilidades, os desafios legados, os impasses criados na produção da vida social, que os fazem imprimir continuidade, ou descontinuidade às representações e identidades sociais herdadas da geração que os precede.

Contudo, compreendo os questionamentos supracitados como esboços de reflexão das adolescentes e posicionamentos subjetivos transitórios, indicadores de que elas não estão alheias ao processo social que as constituem como indivíduos sociais, buscando se apropriar de “suas verdades” e lançar-se a condição de sujeitos.

Exercício imaginário, que lhes possibilitará serem autônomas, quanto maior forem seus investimentos nas elaborações sobre sua realidade psicossocial, bem como, a disposição de modelos identificatórios e oportunidades contextuais (família e social) que potencializem a capacidade reflexiva imaginária. Visto que, frente à coexistência de discursos sociais (patriarcais e igualitários) socializadores do indivíduo, acredita-se que a condição imaginária humana é o elemento diferencial que pode constituir o processo de forjar-se mulher não como uma plena submissão heterônoma, mas também como um processo de escolhas, de projetos e possibilidades de representar os gêneros.

Desse modo, o que denomino como o forja-se mulher, isto é, a conjuração de fatores sociais e subjetivos nas representações de gênero, demonstrou que as adolescentes, embora fortemente demarcadas pela reprodução dos discursos sociais que as socializaram, também estão em processo de subjetivação das verdades que as constituem. Podendo as conduzir a assumirem, em maior ou menos grau, o posicionamento de sujeitos do discurso, que elas enunciam sobre ser mulher.

Dinâmica que pode gerar autonomia ou heteronomia muito menos pelo o que se acredita e muito mais pela forma como se aderiu a estas crenças, pois considerando que todo simbolismo é uma criação histórica, pode-se supor que sempre haverá heteronomia (alienação). Assim, pode-se dizer que a gangorra entre o movimento heterônomo e autônomo situa-se na diferença significativa que existe entre aderir de maneira passiva à nossa condição de indivíduos (fabricação social), tomando como natural as verdades históricas, e aderir através do esforço de questionamento, elaboração e deliberação. Havendo neste último, sempre a abertura à ação, criação e transformação do sujeito no mundo simbólico no qual está implicado como indivíduo.

Assim, quer se tornem donas-de-casa, trabalhadoras remuneradas, mães, esposas, mulheres solteiras, prostitutas, entre tantas outras identidades sociais, as adolescentes demonstraram que a partir da indeterminação que o imaginário radical confere ao ser humano, as representações de gênero podem também demonstrar maleabilidade de sentidos, através da qual manter-se virgem, pode ser um ato de submissão moral e de relativa liberdade; casar, uma regra social e uma opção; trabalhar, uma necessidade e um desejo pessoal; realizar atividades domésticas restringir-se ao lugar prescritivo de gênero e valorizar os cuidados com a sobrevivência imediata; entre tantas outras possibilidades existenciais de ser mulher.

A partir do que afirmo que o sujeito também atua sobre a sociedade, vivendo sob a égide não apenas dos condicionantes biológicos e sociais, mas do que reflete, escolhe, articula e produz imaginariamente sobre si mesmo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a mulher me levou à questão do gênero, e aos poucos, erigiu em mim a reflexão mais ampla deste tema e suas múltiplas imbricações sociais. Reverberando sobre tudo o que denominamos de realidade, o gênero é sem dúvida uma discussão interdisciplinar, que qualifica o olhar sobre as relações humanas em suas delimitações sócio-históricas e em suas potencialidades subjetivas.

A partir da análise das informações obtidas através da pesquisa de campo, demonstrei e comentei que as representações de gênero das adolescentes do Benguí, possibilitam afirmar que ser mulher é condição existencial demarcada tanto pelo órgão genital e, processos biológicos como a menarca, os quais lhe possibilitam a função procriativa; quanto por processos sociais, a partir do que, ser mulher é constituir orientação heterossexual, função social, predominantemente, doméstica e maternal, e moral sexual “virtuosa”.

Concepção pautada sobre um conjunto de significações patriarcais de poder, lugar e valoração entre os gêneros, cujo entrelaçamento corrobora tanto as formulações de Castoriadis (1982), para quem as significações sociais são articuladas entre si, compondo o conjunto de instituições que regem os indivíduos; quanto às das autoras Scott (1990) e Saffioti (2004), para quem o gênero é uma construção histórica, que funciona como sistema cultural relacionado a todos os âmbitos da vida humana.

Assim, a socialização primária das adolescentes pode ser considerada fortemente demarcada pelos valores patriarcais, internalizados através das relações afetivas familiares. Apontando a reprodução imaginária do lugar doméstico e maternal atribuído à mulher nas representações de gênero das participantes.

Contudo, através dos relatos, foi possível perceber também certa resistência imaginária a ocupar este lugar doméstico durante a adolescência, período caracterizado como moratória de gênero, que permite às adolescentes experienciar relações amorosas sem compromisso conjugal.

Resistência imaginária que anuncia a coexistência entre valores patriarcais e igualitários de gênero, estes últimos derivados das mudanças sociais ocorridas a partir da década de 70. Internalizados, a partir da socialização secundária, através da convivência com amigos, integrantes do Jepiara/GMB, e pelas observações

da realidade social onde encontram diferentes orientações eróticas; casais heterossexuais reconstruindo a divisão sexual e social do trabalho; e, mulheres se inserindo no mercado de trabalho e em movimentos sociais.

Da mesma forma que demonstrou potencializar questionamentos, o contexto social também apresentou contingências sócio-econômicas, que restringem as oportunidades de acesso a bens e serviços no usufruto do espaço público pelas adolescentes, e suas possibilidades de questionamento às estruturas patriarcais.

Diante do movimento de manutenção da cultura patriarcal, o imaginário foi concebido como fonte de criação que possibilita também a autonomia. Condição, que não é proposta como um ideal inatingível de dissociação completa com os discursos que nos precedem, mas como a capacidade elaborativa (subjetividade), que nos possibilita a apropriação das verdades que chamamos de “nossas” e que, portanto, também constituem a resistência imaginária à reprodução dos discursos patriarcais.

Movimento que, para além da discussão dos conteúdos que as adolescentes adotam ou não, potencializou a capacidade reflexiva delas de subjetivamente esboçarem articulações imaginárias próprias, a partir das quais começam a significar a condição de ser mulher de maneira singular, resignificando sua trajetória de vida e suas relações familiares no processo em que forjam-se mulheres.

Do encontro entre os fatores sociais e subjetivos, as representações de gênero foram uma espécie de impressões digitais, semelhantes, mas não idênticas, através das quais se compreendeu as significações sociais que constituem o imaginário social das adolescentes, forjado-as como indivíduos, bem como, seus esboços de elaborações, enquanto sujeitos.

Conhecimento que, sem dúvida, para além da curiosidade acadêmica, proporcionou-me ser sujeito e objeto discursivo na produção desta dissertação, o que de sobremaneira, contribui para o questionamento de minha própria visão de mundo. A propósito do que anuncia Malinowski (1976 apud DA MATA, 1991, p.145):

Embora possamos por um momento entrar na alma de um selvagem e através de seus olhos ver o mundo exterior e sentir-se como ele deve sentir-se ao sentir-se ele mesmo. Nosso objetivo final ainda é enriquecer e aprofundar nossa própria visão de mundo, compreender nossa própria natureza e refiná-la intelectual e artisticamente. Ao captar a visão essencial dos outros com reverência e verdadeira compreensão que se deve mesmo aos selvagens, estamos contribuindo para alargar nossa própria visão.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia. **A Polêmica sobre adolescência e sexualidade**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2001.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1997.

ALVES, Branca M., PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11 (2):360, jul.-dez., 2003.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

ASSALTOS no Benguí ameaçam trabalho do “Juventude Sadia”. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 15 de fev., 1991.

AUGRAS, Monique. Psicologia da Cultura. In: _____ **Alteridade e Dominação no Brasil**. Psicologia e Cultura. Rio de Janeiro: NAU editora, 1995. Cap. 1 p.13-26.

_____. **“Mil Janelas”: teóricos do imaginário**. Trabalho proferido na palestra “Em busca de uma teoria do imaginário”. Belém: UFPA - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Jun/2000.

AZEVEDO, Maria; GUERRA, Viviane N. A. (orgs.) **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993. p.49-80.

BAIRRO do Benguí reclama ausência de pavimentação. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 08 de mar. de 1991.

BANDINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Froteira, 1949.

BERNARDES, N. M. G. Ser Mulher, ser homem In: JAQUES, M. G. C. (Ed.) **Relações e Ética**. Porto Alegre: ABRAPSO, 1995. p. 219-232.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 5. ed. Petrópoles, 1983.

- BOSI, Ecléa. Cultura de Massas e cultura popular. Leituras de operárias. In: OLIVEIRA, Paulo S. (org.) **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
- BRANDÃO, Margarida Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (orgs.) **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n.8.069/1990. Brasília, DF: [s.n.], 1990.
- BRASIL, Roberta Gilet. **Aids e o ideal de amor romântico: uma relação nada preventiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Curso de Graduação em Psicologia – Universidade Federal do Pará. Belém, 2000.
- _____. **Exploração sexual: (re)apresentação do significado da comercialização do corpo**. Monografia (Especialização em Serviço Social) – Curso de Pós-graduação – Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.
- CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **As Encruzilhadas do Labirinto/2. Os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **As Encruzilhadas do Labirinto/3. O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.
- CASTORIADIS, Cornelius et al. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Feito e a ser feito. Encruzilhadas do labirinto/5**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Jurandir Freire. **A face e o verso – Estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Escuta, 1995.
- _____. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- CHAVES, Jacqueline Cavalcanti. **“Ficar com” – Um Novo Código entre Jovens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978.

CIDADE de Emaús aprova no vestibular. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 29 de março de 1991.

CURSOS realizados no Benguí formam mão-de-obra para atuar no mercado. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 31 de maio de 1991.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Tradução de Maria Helena Coelho, Irene M. Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto (Portugal): Afrontamento. São Paulo: EDRADIL, 1991. vol. 3 e 4

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FALTA água para os moradores da rua São Pedro, no Benguí. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 30 de nov., 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Mary (org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero – UFMA. Salvador: Redor, 1999.

FINALMENTE, o gosto da vitória. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 01 de julho de 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópoles: Vozes, 2003.

FREUD, Sigmund (1905). **Os Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade**. Edições Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1972. v. 7.

_____ (1915). **O inconsciente**. Edições Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 14

_____ (1916-1917). **Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise**. Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1998. v. 16. 1CD-ROM

_____ (1923-1925). **O ego e o id e outros trabalhos**. Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1998. v. 19. 1CD-ROM

GARCIA-ROZA, Luiz A. **Freud e o Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GRUPO DE MULHERES DO BENGUI. Belém, [200-].11p.

_____.; FASE PARÁ/AMAZÔNIA. **E a saúde como vai? Pesquisa mulheres do Benguí “de olho na saúde”**. Belém, 2004.19p. (cartilha)

HAGUETTE, Teresa Maria F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópoles: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. Revolução Cultural. IN: _____ **A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 –1991**. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

HEILBORN, Luiza (org.) **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2000.

JORNAL DO BENGUI. Belém: **Leal Mídia**, ano 1, n.1. abril, 2006.

_____. Belém: **Leal Mídia**, ano 1, n.2. maio, 2006

KEHL, Maria Rita. **A mínima diferença: masculino e feminino na cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1998

LAMARÃO, Maria L. N.; MACIEL, Carlos A. B. (orgs.) **Mulheres do Benguí: Contando histórias de trabalho infantil doméstico**. Belém: Gráfica Alves, 2006.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITÃO, Carla F. e FRISON, Vitória L. A análise de discurso: uma possibilidade metodológica para as pesquisas qualitativas em psicologia clínica. IN: **Cadernos de Metodologia**, PUC/Rio, 1994 (1)

LEVISKY, David Léo. **Adolescência: pelos caminhos da violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

LIXO no Benguí provoca reclamações. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 18 de jan., 1991.

LOSADA, Manuel R. **O Imaginário Radical de Castoriadis. Seus Pressupostos**. In: AZEVEDO, Nyrma S. Nunes (org.) *Imaginário e Educação. Reflexões teóricas e aplicações*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006.

MARGULIUS, Mario. Juventud: una aproximación conceptual. IN: BURAK, Solum Donas (org.).[19--].

MARTINS, José de Souza. **O falso problema da exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Palus, 1997.

MATOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MEZAN, Renato. **Sigmund Freud, a conquista do proibido**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

MONITORAS reunidas no Benguí fizeram discussão sobre o ensino comunitário. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 29 de março de 1991.

MORADOR luta por melhorias de vida. **O Liberal**. Caderno Atualidades. Belém, 03 de ago. de 2004.

MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS (MRE) Disponível em www.revistatipiti.com.br. Acesso em 20/03/2007.

MURARO, Rose M. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NEP comemora 1º de maio com evento cultural no Benguí. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 26 de abril de 1991.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. Família e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v.18, nº 1. Porto Alegre, jan-apr., 2006.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n 3, jan-jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana M. **Questões metodológicas sobre a análise do discurso**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1989, 4 (1/2), p.103-108.

_____. A Análise do Discurso em Questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, 1994, v.10, nº2, pp.317-331.

NOGUEIRA, Conceição. **Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Gênero**. [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.
NOVO Benguí, energia chega com arame farpado. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 23 de set. de 1987.

OSORIO, L. **Adolescente Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PETIT, Cristina Molina. **Dialéctica feminista de la Ilustración**. Barcelona: Anthropos; Madrid: Cominidad de Madrid. Consejería de Educación General de la Mujer, 1994.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do povo Brasileiro)

PITTA, Daniele P. R. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durant**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

PLACA de parada do trem deu origem ao nome do bairro. **O Liberal**. Belém, 12 de agosto de 1987.

QUEIROZ, Maria I. P. Histórias de Vida e Depoimentos Pessoais. In: **Sociologia**, vol. XV, n.1. São Paulo, 1953.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RELATÓRIO DE CIDADANIA III. **Os Jovens e os Direitos Humanos**. Rede de Observatórios de Direitos Humanos, 2002.

RIZZINI, Irene e CASSANINGA, Gary. **Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária CESPI/USU/Instituto POMUNDO, 2001.

SALEM, Tânia. **Mulheres Faveladas: “Com venda nos olhos”**. Perspectivas antropológicas da mulher 1. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

SANTOS, Benedito Rodrigues. **A Emergência da Concepção Moderna de Infância e Adolescência**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo: PUC/março, 1996.

SILVA, Valdeci G. **Homem, seu “direito” de trair, e a mulher adúltera**. disponível em www.algosobre.com.br/contnt/view/546/49/, acesso em 21/03/2007.

SCHMIDT, Mario. **Nova História Crítica Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Nova Geração, 1996

SPINK, M. J. (org) **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynnthia A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n° 2, jul-dez, 1990.

TURATO, Egberto R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

UNIDADE Municipal de Saúde é pequena para o Benguí. **O Liberal**. Caderno jornal dos bairros. Belém, 04 de maio de 1990.

APÊNDICES

APENDICE I: FOLHETO CONVIDATIVO PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA

O que é ser mulher?

Você já pensou sobre isso?

Que tal pensarmos juntas?!



Para mim sua participação nessa discussão É MUITO IMPORTANTE, pois desenvolvo uma pesquisa como estudante da Universidade Federal do Pará, na qual objetivo discutir a experiência de ser mulher, especialmente, no ponto de vista de vocês, jovens mulheres que participam das atividades do Jejiara no GMB, pois em outros momentos já pude observar sua valiosa capacidade de crítica e reflexão da realidade a sua volta.

Pesquisas como essas são importantes, pois ajudam os profissionais a planejar, modificar ou criar formas de atendimento e de políticas públicas que melhorem a sociedade em que vivemos. Assim, se você se interessar em saber mais sobre o assunto e em participar ativamente dessa pesquisa, expressando a sua opinião, contando a sua história de vida e levantando questões importantes, A HORA É AGORA !!!!!!!

Você não precisa ficar com receio, seu relato será **desidentificado**, assim não saberão o seu nome, apenas o que nos interessa: A SUA OPINIÃO. Se você ficou a fim, **preencha as questões abaixo e falaremos mais sobre como a pesquisa vai ser feita, OK?!**



VENHA!!!!

A sua presença é muito importante para mim!

Roberta Brasil



PARTCIPE!!!

1. O que você entendeu sobre essa pesquisa?

2. Você deseja participar dela? Por quê?

3. Você acha que essa pesquisa pode fazer alguma diferença na sua vida? Qual (quais)?

APENDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.**

Pesquisa: **FORJANDO-SE MULHER: SUBJETIVAÇÕES DAS JOVENS NO GRUPO DE MULHERES DO BENGUÍ (GMB).**

A proposta deste projeto de pesquisa é discutir com as jovens que participam de atividades educativas no GMB, o que é ser mulher. Para isto, propõe-se a realização de entrevistas, as quais serão gravadas e transcritas posteriormente, garantindo-se as participantes o anonimato.

As informações coletadas serão utilizadas para fins de pesquisa acadêmica do Mestrado em Psicologia Clínica e Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa terá como principal investigadora a psicóloga Roberta Gilet Brasil, a qual ficará à disposição dos responsáveis para maiores esclarecimentos, se necessário for. Podendo ser localizada na Rua dos Caripunas, fone 3230-4784/9119-0839. Estando sob orientação do Prof. Dr. André Maurício Lima Barretto, docente do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia e coordenador do curso de Mestrado em Psicologia Clínica e Social na UFPA.

DECLARAÇÃO

Declaro que compreendi as informações que li e que me foram explicadas sobre a pesquisa em questão. Discuti com a psicóloga Roberta Gilet Brasil sobre a decisão de autorizar a participação da jovem neste estudo, ficando claros para mim, quais são os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e dos esclarecimentos permanentes. Assim, autorizo voluntariamente a jovem pela qual sou responsável legal, a participar deste estudo, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento em caso de não cumprimento das garantias estabelecidas ou quaisquer outros problemas decorridos da participação neste estudo.

Belém, _____, de _____ de 2006.

Assinatura do representante legal

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CINÊNCIAS EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (CEP/CCS/UFPA) – COMPLEXO DE SALAS DE AULA/CCS – SALA 14 – CAMPUS UNIVERSITÁRIO, Nº 10, GUAMÁ – CEP: 66075-110 – BELÉM-PARÁ. TEL: 3201-8028 E-MAIL: cepccs@ufpa.br.

ANEXOS

ANEXO A: AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



GRUPO DE MULHERES DO BENGUÍ
CNPJ. 03.144.894/0001-81 CEP. 66.620-520
Rua Benfica, 18 - Bairro Benguí – Telefone: (91) 3279-6052
Belém – Pará


Ofício Nº 0001/2006-GMB

Belém-Pa, 14 de Fevereiro de 2006

O Grupo de Mulheres do Benguí- GMB, em parceria com o Projeto JEPIARA, do Movimento República de Emaús, tem um trabalho voltado para a prevenção de violência sexual (abuso e exploração) e vem atendendo adolescentes e jovens neste programa desde novembro de 2004.

Conforme ofício recebido anteriormente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia apresentando a mestranda Roberta Gillet Brasil para realizar um trabalho de pesquisa no grupo de adolescentes do projeto Jepsiara, o G.M.B percebe a importância deste trabalho para o fortalecimento do grupo, neste sentido **AUTORIZA** a realização do seu trabalho e se predispõe a colaborar com o mesmo no que for possível.

Atenciosamente,



Maria Sônia Barbosa
Coordenadora do G.M.B



Ila Maria Pereira Falcão
Educadora Social

ANEXO B: APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

Universidade Federal do Pará

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS DO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

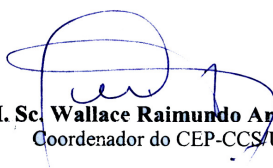
A: Prof. André Maurício Lima Barretto.

Carta: 051/06 CEP-CCS/UFPA.

Belém, 13 de junho de 2006.

Senhora Pesquisadora, temos a satisfação de informar que seu projeto de pesquisa intitulado “Forjando-se mulher: subjetivações das jovens no grupo de mulheres do Bengui” sob o protocolo nº: 070/06 CEP-CCS/UFPA, foi apreciado e aprovado na reunião do dia 13 de junho de 2006. Você tem como compromisso a entrega do relatório até o dia 30 de Dezembro de 2006 no CEP-CCS/UFPA situado no Campus universitário do Guamá no Complexo de sala de aula do CCS – sala 13 (Altos), (em frente ao estacionamento do Curso de Odontologia).

Atenciosamente,



Prof. M. Sc. Wallace Raimundo Araújo dos Santos
Coordenador do CEP-CCS/UFPA

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-CCS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ CCS – Sala 14 - Campus Universitário, nº 01, Guamá – CEP: 66075-110 - Belém-Pará. Tel./Fax. 3201-8028 E-mail: cepccs@ufpa.br